

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO

PAULA JOELSONS

**AMFORP EM PORTO ALEGRE (1928-1959):  
multinacional norte-americana de eletricidade e  
o papel do gerente geral J. E. L. Millender**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Musa Fay

Orientadora

Porto Alegre  
2014

PAULA JOELSONS

AMFORP EM PORTO ALEGRE (1928-1959):

multinacional norte-americana de eletricidade e o papel do gerente geral J. E. L. Millender

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Claudia Musa Fay

Porto Alegre

2014

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J644A	Joelsons, Paula
	AMFORP em Porto Alegre (1928-1959) : multinacional norte-americana de eletricidade e o papel do gerente geral J. E. L. Millender / Paula Joelsons. – Porto Alegre, 2014. 126 f. : il.
	Diss. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Orientadora: Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Claudia Musa Fay.
	1. História. 2. Porto Alegre (RS) – História. 3. Empresas – Rio Grande do Sul. 4. Empresas Multinacionais. 5. CEERG – História. 6. Carris – História. I. Fay, Claudia Musa. II. Título.
	CDD 981.651

**Ficha Catalográfica elaborada por  
Vanessa Pinent  
CRB 10/1297**

PAULA JOELSONS

**AMFORP EM PORTO ALEGRE (1928-1959):  
multinacional norte-americana de eletricidade e o papel do gerente geral J. E. L.  
Millender**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Professora Doutora Claudia Musa Fay (orientadora)

---

Professor Doutor René Ernaini Gertz

---

Professora Doutora Cláudia Schemes

Porto Alegre

2014

Ao meu pai, Roberto.

## AGRADECIMENTOS

À minha supervisora Cláudia Musa Fay, que me instigou a ir atrás de J. E. L. Millender, pelas valiosas sugestões, envolvimento e dedicação pela orientação, mas também pelo apoio, compreensão e amizade ao longo dos anos de convivência na PUCRS.

À professora Núncia Constantino (*in memoriam*), que me incentivou e me ensinou muitas coisas nas disciplinas e no Laboratório da PUCRS.

A todos da equipe do Laboratório de Pesquisa em História Oral (LAPHO), que contribuíram para esta pesquisa através de debates e sugestões, em especial, Egiselda Charão, Leonardo Conedera e Geneci de Oliveira.

A todos os professores e colegas do Curso de Pós-Graduação em História, que tiveram papel fundamental na minha formação acadêmica, em especial o professor Charles Monteiro.

Ao professor Eduardo Svartman, que me orientou na disciplina de Relações Brasil-Estados Unidos: processos, agendas e interpretações, na qual elaborei o artigo que me motivou a pesquisar sobre relações diplomáticas.

À Gilsene, que teve paciência e dedicação na correção do meu trabalho.

Ao professor William J. Hausman, que forneceu os Relatórios Anuais digitalizados da Amforp para a realização deste trabalho.

Ao sobrinho-neto de J. E. L. Millender, Shawn Millender, que compartilhou comigo poucas, mas valiosas, informações sobre a vida do seu tio-avô.

Aos meus pais, Roberto e Rose, e minha avó Silma, que me incentivaram.

Aos meus amigos, que também me incentivaram e me ajudaram quando precisei.

E ao Carlo Scherer Taffarel, que esteve comigo nas horas boas e ruins.

[...] a história da energia é a energia da história.

*(Ente Nazionale per l'Energia Elettrica)*

## RESUMO

A presente dissertação apresenta um estudo sobre a empresa norte-americana *American & Foreign Power Company Inc.* (Amforp), tendo como enfoque as suas subsidiárias em Porto Alegre, a Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG) e a Companhia Carris Porto Alegrense (Carris). A Amforp atuou na produção e distribuição de energia elétrica e ingressou em vários estados no Brasil, inclusive no Rio Grande do Sul, em 1928, onde permaneceu até a sua polêmica encampação pelo governo de Leonel Brizola em 1959. Procura-se compreender a expansão do setor de energia elétrica nos Estados Unidos e de que forma a empresa propagou-se mundialmente. Além disto, o estudo visa elucidar a administração das subsidiárias na conjuntura da renovação urbana por qual passava Porto Alegre. Para tanto, é necessário dar visibilidade ao gerente-geral norte-americano J. E. L. Millender, importante figura por trás das subsidiárias gaúchas, e que esteve esquecido por décadas. Partiu-se do paradigma indiciário para reconstruir sua trajetória e sua administração, bem como as articulações com a elite política e econômica da cidade, suas relações com os funcionários e redes sociais estabelecidas ao longo do período de atuação da empresa. Fontes impressas, em jornais e revistas, e testemunhos de funcionários que conviveram com ele, fragmentos de informações esparsas, ajudaram a traçar sua personalidade e sua forma de gerenciar. Ao longo do período analisado, percebeu-se que, por um lado, a Amforp provocou a euforia da modernidade, do progresso e do desenvolvimento, e por outro, frustração frente aos poucos investimentos e às crescentes necessidades. Esta insatisfação termina por levar grande parte da população a apoiar a encampação, e ao longo do tempo, que a gestão norte-americana caísse no esquecimento da memória da cidade.

**Palavras-chave:** J. E. L. Millender. História de empresas. Amforp. CEERG. Carris Porto Alegrense.

## ABSTRACT

This dissertation presents a study of the North American company American & Foreign Power Company Inc. (Amforp), and its subsidiaries in Porto Alegre, Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG) and Companhia Carris Porto Alegrense (Carris). Amforp was responsible for the production and distribution of electric power, and acted in several states in Brazil, including Rio Grande do Sul, in 1928, where remained until the controversial takeover of its subsidiaries by Leonel Brizola's government in 1959. In this sense, the research analyses the expansion of the electric power industry in the United States and how the company has spread worldwide. In addition, the study aims to elucidate the administration of the subsidiaries during the process of Porto Alegre's urban development and transformation. Therefore, it is necessary to give visibility to the general manager of North American J. E. L. Millender, important person in charge of Amforp's subsidiaries in Porto Alegre, who was forgotten for decades. Inspired by the Indiciary Paradigm, the study rebuilds his career and administration, as well as his networks with the political and economic elite of the city, its relations with employees and social networks established throughout the period of performance of the company. Fragments of scattered information, found in Periodicals, such as newspaper and magazines, and testimonies from employees who knew Millender, helped to trace his personality and his way of managing. Over the period analyzed, the evidence underlines that on the one hand, Amforp caused euphoria in local population because of modernity, progress and development. On the other hand, it caused frustration because of few investments and increasing needs of population. This dissatisfaction made most people in the city to support the North American Company's takeover, and over time, the trajectory of American management has fallen into oblivion in the memory of the city.

**Keywords:** J. E. L. Millender. Business history. Amforp. CEERG. Carris Porto Alegrense.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Logo Amforp, 1953 .....	24
Figura 2 - S. Z. Mitchell .....	25
Figura 3 - Charles A. Coffin .....	29
Figura 4 - Transição do logo da G.E. ....	29
Figura 5 - J. P. Morgan e a indústria de eletricidade e equipamentos elétricos .....	30
Figura 6 - Territórios combinados das três maiores holdings do setor de energia elétrica dos Estados Unidos: Electric Bond & Share, Insull's Interests e United Corp. ....	35
Figura 7 - Companhias controladas pela Electric Bond & Share, por estados, em 1932 .....	35
Figura 8 - Dominação estrangeira no setor de energia elétrica no Brasil. Mapa cidades alcançadas pela Amforp e <i>Light</i> .....	45
Figura 9 - Usina do gasômetro. Prédio em concreto armado .....	54
Figura 10 - Usina do Gasômetro. Prédio e chaminé .....	55
Figura 11 - Usina do Gasômetro. Transporte do Carvão, charqueadas .....	55
Figura 12 - Alberto Bins, 1940. Prefeito (1928-1937) .....	60
Figura 13 - Engenheiros norte-americanos durante a construção da Usina do Gasômetro, década de 1920. J.E.L. Millender à direita, e o da esquerda, não identificado .....	63
Figura 14 - G. E. Sands. Gerente-geral da CBFÉ .....	66
Figura 15 - Hierarquia entre as empresas .....	67
Figura 16 - J. E. L. Millender, s/d. ....	68
Figura 17 - Vitrine departamento comercial CEERG no Edifício Força e Luz, Rua dos Andradas, 1.223 .....	72
Figura 18 - Anúncio publicitário da CEERG, 1930 .....	76
Figura 19 - Anúncio norte-americano da <i>General Electric</i> , 1920 .....	77
Figura 20 - "Senhoras e senhoritas da elite de Porto Alegre". Turma de mulheres formadas pela Escola de Economia do Lar, 1933. Gerente-geral J. E. L. Millender aparece à direita da foto, na última fila .....	78
Figura 21 - Anúncio CBFÉ de 1931. Eletricidade: cooperadora do progresso .....	79
Figura 22 - Joseph Ermonde Lindy Millender. Corsicana, Texas .....	85

Figura 23 - Elsie Louise Millender em sua casa em Porto Alegre, na rua Luciana de Abreu, no bairro Moinhos de Vento. 1932 .....	86
Figura 24 - Casa de dois andares de J. E. L. Millender e esposa, na Rua Luciana de Abreu 184, Bairro Moinhos de Vento, Porto Alegre .....	88
Figura 25 - Jogo de Golfe. Da esquerda, Sr. Carlos Sylla, Olavo Araujo, J. E. L. Millender, H.S. Evans e Armando Dibize .....	70
Figura 26 - Jogo de Golfe, Porto Alegre Country Club, 1932. Mr. Millender e o embaixador Vitorio Cerutti .....	93
Figura 27 - A. J. Renner no Porto Alegre <i>Country Club</i> em 1930 .....	95
Figura 28 - Millender empurrando o bote junto aos funcionários da Usina. Enchente maio de 1941, Porto Alegre .....	100
Figura 29 - Grêmio Esportivo Força e Luz .....	101
Figura 30 - Lindy Millender, 1912 .....	104
Figura 31 - Visita de Millender ao Brasil em 1959. Recepcionado pela presidente da EEB L. M. Pabst e sua esposa no Cais do Porto em Porto Alegre .....	105

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conselho de Administração, 1927 ( <i>Board of Directors</i> ) .....	26
Quadro 2 - Diretoria ( <i>Board of Officers</i> ) .....	26
Quadro 3 - Investimento Estrangeiro Direto dos Estados Unidos (1919-1929) .....	33
Quadro 4 - Subsidiárias da Amforp no Brasil através da CAEEB e CBFÉ. Capacidade Geradora e cidades, 1932 .....	43
Quadro 5 - Administração da Companhia Carris Porto-Alegrense -1929 .....	64
Quadro 6 - Companhia Energia Elétrica Rio Grandense, 1930 .....	65

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>Amforp</b>	American & Foreign Power Company Inc.
<b>AEG</b>	Allgemeine Elektrizitas Gessellschaft
<b>BIRD</b>	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
<b>CAEEB</b>	Companhia Auxiliar de Empresas Eléctricas Brasileiras
<b>Carris</b>	Companhia Carris Porto Alegre
<b>CBFE</b>	Companhia Brasileira de Força Eléctrica
<b>CCPA</b>	Companhia Carris Porto Alegre
<b>CEEE</b>	Comissão Estadual de Energia Eléctrica
<b>CEEE</b>	Companhia Estadual de Energia Eléctrica
<b>CEEER</b>	Companhia Energia Eléctrica Rio Grandense
<b>CEFMSJ</b>	Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
<b>CEO</b>	Chief Executive Officer- Diretor Executivo
<b>Cia. Força e Luz</b>	Companhia Força e Luz Porto-Alegre
<b>Cia. São Jerônimo</b>	Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
<b>Cinfa</b>	Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul
<b>CNAEE</b>	Conselho Nacional de Águas e Energia Eléctrica
<b>Country</b>	Porto Alegre <i>Country Club</i>
<b>Country Club</b>	Porto Alegre <i>Country Club</i>
<b>EBASCO</b>	<i>Electric Bond and Share</i>
<b>EEB</b>	Empresas Eléctricas Brasileira
<b>EXIMBANK</b>	Export-Import Bank of Washington
<b>FFE</b>	Fundo Federal de Eletrificação
<b>GE</b>	General Electric
<b>GM</b>	General Motors
<b>IED</b>	Investimento Estrangeiro Direto
<b>IUEE</b>	Imposto Único sobre Energia Eléctrica
<b>IUPERJ</b>	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
<b>Light</b>	<i>Light &amp; Power Company</i>
<b>MERGS</b>	Museu da Energia Eléctrica do Rio Grade do Sul
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PRL</b>	Partido Republicano Liberal

<b>PRR</b>	Partido Republicano Rio Grandense
<b>RCA</b>	<i>Radio Corporation of America</i>
<b>VARIG</b>	Viação Aérea do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 A EMPRESA: <i>AMERICAN &amp; FOREIGN POWER COMPANY</i> .....</b>	<b>24</b>
<b>1.1 A Amforp nos Estados Unidos .....</b>	<b>27</b>
<b>1.2 Amforp na América Latina .....</b>	<b>35</b>
<b>1.3 Amforp no Brasil .....</b>	<b>38</b>
<b>2 ESTRATÉGIAS DA AMFORP NO SETOR ELÉTRICO EM PORTO ALEGRE .....</b>	<b>47</b>
<b>2.1 Adaptação às peculiaridades políticas na cidade .....</b>	<b>57</b>
<b>2.2 Reorganização operacional .....</b>	<b>64</b>
<b>2.3 Desenvolvimento tecnológico e relação com os consumidores .....</b>	<b>70</b>
<b>3 A INFLUÊNCIA DA AMFORP NAS DIFERENTES ESFERAS DA SOCIEDADE .....</b>	<b>81</b>
<b>3.1 Gerente-geral: J. E. L. Millender .....</b>	<b>84</b>
<b>3.2 Decadência da Amforp em Porto Alegre .....</b>	<b>105</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>116</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS .....</b>	<b>124</b>

## INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX, o setor de energia elétrica brasileiro passou por uma fase na qual grandes empresas estrangeiras financiaram o setor. A companhia norte-americana *American & Foreign Power Company* (Amforp) atuou em Porto Alegre a partir de 1928, ano do contrato realizado com a intendência da cidade para prestação de serviços de iluminação e transportes, até 1959, quando teve suas atividades finalizadas através de polêmica encampação.<sup>1</sup>

O tema enérgico também é uma preocupação da atualidade. Chegou-se no século XXI totalmente dependentes das tecnologias que geram velocidade e comodidade. Segundo Nicolau Sevcenko, o tema põe em perspectiva a atual configuração globalizada (SEVCENKO, 2012, p. 11).<sup>2</sup>

Em 2001, ocorreu no Brasil “a crise do apagão”<sup>3</sup>, uma interrupção de energia elétrica de grandes proporções que provocou perdas e forçou o racionamento no fornecimento aos consumidores. Episódio que levou a população a uma insatisfação quanto às políticas governamentais, surgindo queixas em relação aos serviços prestados e ao aumento de preços das tarifas. No entanto, a insatisfação e o questionamento em torno do setor elétrico não são novos. Desde o início do desenvolvimento do sistema elétrico no Brasil, foram enfrentadas dificuldades para atender a população, e, ao mesmo tempo, para gerar desenvolvimento econômico, confrontando interesses diversos, que nem sempre puderam ser atendidos. Não se pode deixar de mencionar que dificuldades enfrentadas com o transporte público urbano<sup>4</sup> são da mesma ordem, e embora tenham sido apontados neste trabalho, não foram exaustivamente analisados.

O momento histórico de que trata esse estudo representa o início do desenvolvimento da eletricidade, que promoveu mudança radical na história da humanidade. Esta mudança alterou a própria estrutura da sociedade e redefiniu o estilo de vida das pessoas na forma de locomoção e comunicação nas grandes cidades (SEVCENKO, 2001). Assim sendo, a

---

<sup>1</sup> A iluminação e o transporte ficaram a cargo de duas subsidiárias, a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG) e a Cia. Carris Porto Alegrense (CCPA). A Carris foi encampada pela Prefeitura de Porto Alegre em 29 de novembro de 1953 e a CEERG foi encampada em 13 de maio de 1959 pelo estado do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Prefácio “A virada cognitiva, ambiental e ética” do historiador Nicolau Sevcenko, no livro *História e Energia*, organizado por Gildo Magalhaes (2012, p. 11).

<sup>3</sup> Em 1º de julho de 2001 houve uma falta de luz em muitas cidades brasileiras, e a crise, chamada pela imprensa de “apagão”, foi provocada pela escassez de chuvas e pela falta de planejamento e de investimentos, obrigando os brasileiros a racionar energia.

<sup>4</sup> Os protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como “Manifestações dos 20 centavos”, foram manifestações que ocorreram por todo o país, para contestar os aumentos das tarifas de transporte público.

consolidação do capitalismo e o modelo de vida norte-americano foram exportados para outras partes do mundo. Ao mesmo tempo, percebe-se a permanência das organizações no mundo atual e sua influência como atores políticos, econômicos e sociais, e por isso a importância de tentar entendê-las dentro de um contexto mais amplo.

Assim, reforça-se o caráter relevante dos estudos sobre empresas elétricas, na contribuição das pesquisas históricas para orientar debates atuais. Entretanto, o acesso à memória do processo de eletrificação na sociedade brasileira encontra-se fragmentado, em razão das múltiplas iniciativas, tanto públicas quanto privadas, da atividade de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A escolha do tema partiu de debates realizados nos encontros do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre História Empresarial no Rio Grande do Sul, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Musa Fay, ao longo do segundo semestre de 2011. Foram discutidas questões sobre o processo de industrialização e urbanização da cidade de Porto Alegre no início do século XX. Ao longo das três primeiras décadas, notou-se a forte presença de empresas estrangeiras em setores essenciais para o crescimento das cidades e desenvolvimento das sociedades, como o setor de energia elétrica.

Como ponto de partida para esta pesquisa, utilizou-se a obra clássica “Porto Alegre: Guia Histórico” de Sérgio da Costa Franco (1988). Recorreu-se ao livro à procura de informações concernentes à energia elétrica, no qual foram identificadas, dentre os inúmeros verbetes sobre a formação de importantes ruas, bairros e personalidades de Porto Alegre, informações relativas ao tema. Os verbetes mais significativos foram: “Companhia Carris de Ferro Porto Alegrense”, “Energia Elétrica”, “Gasômetro” e “Iluminação Pública”. Todos fazem menção ao contrato feito entre a companhia norte-americana *Electric Bond and Share* e o município de Porto Alegre, em 1928. A empresa despertou curiosidade por gerenciar a Usina do Gasômetro e a Companhia Carris Porto Alegrense. Assim, através da História Empresarial, buscou-se aprofundar o tema acerca da sua atuação.

A revisão de literatura mostrou que, ao longo do tempo, diferentes nomenclaturas foram utilizadas para referir-se à empresa. Alguns estudos encontrados a mencionam como Amforp, e outros como Companhia Brasileira Energia Elétrica (CBEE), além de muitas abreviaturas, que tornam confusa a compreensão do leitor. Isso ocorre porque a *Electric Bond and Share* criou a Amforp, *holding*<sup>5</sup> de abrangência global, que incorporava outras empresas do setor de energia elétrica ao seu patrimônio. Por questões legais, mudava a razão social

---

<sup>5</sup> É uma forma de sociedade criada com o objetivo de administrar um grupo de empresas (conglomerado).

conforme suas necessidades, burlando leis para esquivar-se de taxações, a fim de obter lucros. Neste trabalho, será referenciada como Amforp, pois foi a *holding* mais importante criada pela *Electric Bond and Share*, que tinha como objetivo atuar fora do território norte-americano, e funcionou no Brasil e na América Latina.

A necessidade de se colocar em evidência o estudo sobre a Amforp justifica-se através da afirmação de Douglas North (1995)<sup>6</sup> na obra *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*, que segue a argumentação de que o desenvolvimento não pode ser explicado através de características ou dons naturais, nem mesmo pela acumulação de riqueza, mas por instituições e o modo como influenciam e regulam os indivíduos ou grupos sociais.

Na atualidade, a história empresarial ocupa lugar de destaque na historiografia internacional. Na obra coordenada por Carmen Erro (2003), encontra-se reunido um expressivo número de pesquisadores que debatem as diversas problemáticas que envolvem as empresas, a identificação das tendências gerais e sua comparação em diferentes países. Os ensaios contidos na obra são de grande relevância ao presente estudo, como a pesquisa de Toni Pierenkemper (2003).<sup>7</sup> Para ele, a abordagem da história empresarial vai além do conceito de empresas e empresários, pois engloba as filosofias empresariais e suas ações junto à sociedade, possibilitando estudos comparativos.

Com a pretensão de contribuir e complementar estudos sobre o desenvolvimento da energia elétrica em Porto Alegre, a problemática da pesquisa aspira trazer novas questões sobre a empresa norte-americana Amforp em Porto Alegre, reconstruindo sua trajetória. Além disso, pretendeu-se analisar sua história através de seus atores, suas estratégias, suas práticas e influências.

Buscar-se-á dar visibilidade a um dos dirigentes silenciados pela historiografia, Joseph Ermonde Lindy Millender, norte-americano, gerente geral da Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG) e da Cia. Carris Porto Alegrense (Carris) de Transporte Público, subsidiárias da Amforp, adquiridas na capital gaúcha. Integrou-se na sociedade porto-alegrense fazendo uso de estratégias para se relacionar e negociar com a elite. Destaca-se que o empresário não é um indivíduo isolado, faz parte de um grupo, vinculado às relações com a

<sup>6</sup> Douglas North, economista estadunidense nascido em Cambridge a 5 de novembro de 1920, junto a Robert Foguel, obteve o prêmio Nobel de Ciências Econômicas de 1993, e passou a ser uma referência importante para o estudo sobre o desenvolvimento das economias a longo prazo. O autor procura demonstrar como o crescimento de longo prazo, ou a evolução histórica, de uma sociedade é condicionado pela formação e evolução de suas instituições.

<sup>7</sup> Toni Pierenkemper, pesquisador da área de História Econômica da Universidade de Colônia, na Alemanha, dedicou-se à pesquisa da história empresarial, da história da industrialização e do mercado de trabalho e consumo.

própria sociedade na qual se insere. Ele é “tão somente o representante de um novo grupo, que segue, tateando, o caminho que o levará a um acordo com os outros homens de poder dentro da sociedade” (DEAN, 1971, p. 22). Desta forma, segundo Henrique Espada Lima (2006, p. 51), “novos personagens, novas formas de organização social que não se comportavam nos quadros de análise tradicional, exigiam novos instrumentos e, por analogia sugeriam novos problemas e perguntas sobre o passado”.

No processo de elaboração da biografia<sup>8</sup> de Millender, elegeu-se, em grande parte, fontes empíricas esparsas, para investigar e analisar a trajetória do indivíduo e suas relações pessoais estabelecidas em Porto Alegre. Optou-se pela redução da escala de observação, levando em conta a proposta de Guinzburg, que define a micro-história e a história em geral como “a ciência do vivido” (GUINZBURG, 1989, p. 178).

Cabe ressaltar que tal reflexão partiu do “paradigma indiciário”, que se traduz em “um saber de tipo venatório”, caracterizado pela capacidade de, a partir de dados aparentemente irrelevantes, descrever uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável. Guinzburg (1989) explica que se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. Para reconstruir a biografia de Millender, foi utilizada essa metodologia, partindo de fragmentos de sua vida e suas relações encontradas na imprensa da época.

A pesquisa só foi possível porque a Biblioteca Nacional, através de um portal na internet, criou a “Hemeroteca Digital Brasileira”, em 2012. Desta forma, foi possível acessar páginas digitalizadas de periódicos, como o “Correio da Manhã” (RJ) e o jornal “A Federação” (RS), ambos disponíveis para consulta através de um mecanismo de busca, que viabiliza encontrar os conteúdos desejados por meio de palavras chave, e em poucos minutos percorrer anos de jornais diários. Além desta fonte, recorreu-se ao acervo Delfos, Espaço de Documentação e Memória Cultura, na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), no qual encontram-se digitalizados o periódico ilustrado “Revista do Globo”<sup>9</sup>, e as atas das assembleias gerais das companhias subsidiárias da Amforp publicadas no “Diário Oficial da União”.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> A narrativa biográfica, muitas vezes mal vista pela historiografia nas últimas décadas, tem experimentado uma renovação. Pode ser trabalhada de maneira que se torne uma “leitura do social”: “As singularidades e a especificidade irredutíveis de cada indivíduo não impedem que a individualidade possa constituir uma forma social” (WOLIKOW, 1994, *apud* ABREU, 1998, p. 10).

<sup>9</sup> A “Revista do Globo” circulou em Porto Alegre de 5 de janeiro de 1929 até 17 de fevereiro de 1967. Possui 941 fascículos e dois números especiais.

<sup>10</sup> O “Diário Oficial da União” digitalizado está disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/>>.

Quanto à imprensa internacional, pesquisou-se o jornal “*New York Times*”, que também se encontra *online na internet*, porém não foram encontradas evidências sobre a vida de J. E. L. Millender nesta fonte. Frente a essa limitação, buscou-se alternativa em seu estado de origem, o Texas. Recorreu-se ao *College Archives* da Universidade do Texas e obteve-se artigo publicado na revista da Universidade em que Millender concluiu seus estudos. Outra alternativa foi o jornal da cidade onde passou seus últimos dias, o “*Corsicana Daily Sun*”.

Quanto aos arquivos da Amforp em Porto Alegre, encontram-se localizados no Centro Cultural da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) Érico Veríssimo, localizado no Edifício Força e Luz, sede e loja comercial da sua subsidiária na cidade, a CEERG. Atualmente, abriga o Museu da Eletricidade do Rio Grande do Sul (MERGS)<sup>11</sup>, em que foram consultados livros, contratos e revistas relacionadas à evolução da energia elétrica no estado.

Os relatos orais dos antigos funcionários da Usina do Gasômetro foram utilizados neste trabalho, na tentativa de ouvir suas vozes em relação à gestão norte-americana. Foram procuradas as fitas do projeto coordenado por Dorzila Ritter e Luiza Kliemann, realizado em 1988 para compor o Museu do Trabalho. No entanto, o projeto não foi concluído e as fitas com as gravações não foram localizadas. O que resta são as transcrições das entrevistas que se encontram no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.<sup>12</sup> Os depoimentos transcritos revelaram-se ricos em detalhes sobre a administração da Usina, as relações de trabalho e alguns indícios da personalidade e atuação de Millender na empresa.

Algumas fotografias que auxiliaram na construção desta memória foram obtidas em diversos locais; algumas pertencem ao acervo da Fototeca Sioma Breitman do arquivo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, e outras foram retiradas da bibliografia consultada e de revistas.

Além dos trabalhos acadêmicos, foi particularmente útil a obra do jornalista Carlos Augusto Bissón (2008) sobre o bairro Moinhos de Vento. Esta obra pertence a uma série publicada pela Prefeitura de Porto Alegre a respeito dos bairros da cidade. No livro encontram-se descritas várias personalidades que ali viveram, como Ildo Meneghetti, Leonel Brizola, Getúlio Vargas, João Goulart, Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, bem como homens ligados à indústria gaúcha, como A. J. Renner, João Wallig e Abramo Eberle, e alguns proprietários de marcas famosas, como Varig, Casa Krahe e Taurus. Millender, que até então

---

<sup>11</sup> O MERGS é um órgão cultural da CEEE, criado em 1977, e se encontra no Centro Cultural CEEE Érico Veríssimo, localizado no antigo Edifício “Força e Luz”, na Rua das Andradas, n. 1223, em Porto Alegre (BORDINI, 2002).

<sup>12</sup> Projeto Memória da Usina do Gasômetro/Transcrições das entrevistas, Fundo Cultura, código 19.10.6. 1988 (AHPAMV).

estava invisível, foi identificado por este jornalista morando entre as mansões da rua Luciana de Abreu, no número 184.

A contribuição de autores como Alexandre Saes (2012), Gunter Axt (1995; 1998) e Emerson de Carvalho Guimarães (2002) para os estudos sobre a Amforp no Brasil e no Rio Grande do Sul é inegável. No entanto, abordaram a empresa sem “o coração do sistema”, que era o empresário (SCHUMPETER, 1997). Segundo Joseph Schumpeter (1997), o empresário não é necessariamente o detentor do capital investido; pode ser também aquele que gerencia a empresa e que promove reinvestimento e inovação nas áreas que atua. Foi o caso de Millender.

O estudo da Amforp e suas empresas na capital gaúcha é de interesse da história econômica do país. O economista Tamás Szmrecsányi<sup>13</sup> - fundador da revista “História Econômica & História de Empresas” - contribuiu para os estudos de História das Empresas. Sobre a Amforp, afirmou que o grupo não era apenas uma empresa de produção e distribuição de energia elétrica, era “acima de tudo, um empreendimento gerador de altos lucros para seus acionistas, e mais particularmente para os grupos capitalistas que detinham o seu controle efetivo” (SZMRECSÁNYI, 1986, p. 132).

O artigo “*The rise and fall of Amforp*” (1997), dos economistas William Hausman e John Neufeld<sup>14</sup>, demonstra que a Amforp fez grandes investimentos em serviços de utilidade pública no setor elétrico. Além do mais, afirma que a empresa era, de longe, a companhia mais comprometida na aquisição e, no gerenciamento de empresas estrangeiras de serviços públicos, operando quase em escala global. No final de 1929, controlava grande parte das empresas no seu próprio país de origem, os Estados Unidos (HAUSMAN; NEUFELD, 1997).

Sobre o desenvolvimento de energia no Brasil, foi utilizado o livro “A energia do Brasil”, do ex-ministro das Minas e Energia Antonio Dias Leite. A obra abrange o contexto global do setor e das transformações ligadas à energia em suas dimensões histórica, econômica, social e política. O autor elucida questões controversas e definições de governos

---

<sup>13</sup> Nasceu em Budapeste (Hungria), em 1936, e faleceu em São Paulo, em 2009. Entre as muitas contribuições, foi o fundador da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e realizador das primeiras conferências internacionais de História de Empresas no Brasil. Graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), em 1961, e mestre em Economia pela *New School for Social Research*, nos Estados Unidos, e mais tarde, doutor pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

<sup>14</sup> Hausman tem Especialização em Economia e História de Negócios (*Business History*), História de Indústria da Eletricidade (*History of the Electric Utility Industry*). Recebeu B.A. da Universidade *William & Mary*, em 1971 e seu Ph.D. da Universidade de *Illinois*, em 1976. Atualmente, é professor *Chancellor* de economia na Universidade de *William & Mary*. A partir deste artigo, estabeleceu-se contato com o Prof. Hausman, que colaborou com a pesquisa fornecendo cópia digital dos Relatórios da Amforp utilizados ao longo de todo o trabalho. John L. Neufeld é professor do Departamento de Economia da *Bryan School of Business e Economics University of North Carolina*, nos Estados Unidos.

referentes à energia, propiciando uma visão de dentro do setor econômico e a aproximação com o debate atual sobre energia. No Brasil, não havia legislação específica para os serviços de geração e distribuição de eletricidade, que eram firmados pelos contratos de concessão, realizados entre o concessionário e o poder público, e, dependendo da abrangência do contrato, eram firmados pelo governo federal, estadual ou municipal. A primeira tentativa de regulamentação ocorreu somente no mandato do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), porém de pouca abrangência (LEITE, 2007, p. 56). Apenas em 1934, com a criação do Código de Águas que o governo regulamenta o setor elétrico e inicia uma participação mais significativa.

No artigo “Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899/1939”, Szmerecsányi (1986, p. 133) justifica que foi a presença das companhias estrangeiras – a *Light & Power Co.*<sup>15</sup> e a Amforp – que contribuiu para a urbanização e a industrialização das principais cidades brasileiras.

A chegada da Amforp provocou profunda mudança nesse quadro, e representou o estreitamento de laços do Brasil com os Estados Unidos. Ademais, em todos os estados nos quais atuou, estabeleceu relações e alianças e espaços de sociabilidade, na medida em que a empresa trouxe consigo determinada cultura, alterada pelo contexto histórico-social no qual esteve inserida.

Outra obra essencial para a pesquisa foi a Dissertação de Mestrado de Gunter Axt, “A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul”. O autor aborda a história do desenvolvimento do setor, desde o seu desenvolvimento, em 1887, até a encampação da CEERG. Para ele, o estado possui especificidades no seu processo de eletrificação, decorrentes da política e economia próprias. Além disso, o historiador fornece um panorama cronológico do setor, analisando a entrada da Amforp no Rio Grande do Sul. Na pesquisa, foram utilizados jornais da época que demonstram o descontentamento da população em relação ao contrato assinado entre a Companhia Brasileira de Força Elétrica (CBFE), sua representante legal no Brasil e o município, em 1928. Para Axt (1995, p. 145):

A penetração do capital norte-americano no estado, em 1928/9, provocou um profundo rearranjo no quadro da indústria de energia elétrica gaúcha. Até então, as principais empresas do setor estiveram sob controle do capital nacional. Em Porto

---

<sup>15</sup> A *Light* era uma multinacional de grande porte, uma das maiores na época, com sede em Toronto e subsidiárias também no México e em Cuba, além do próprio país sede. Teve como um dos seus principais fundadores Fred. S. Pearson, engenheiro e financista norte-americano, e por isso, simultaneamente “os procedimentos comerciais e métodos de gestão do grupo *Light* sempre foram tipicamente norte-americanos” (SZMRECSÁNYI, 1986, p. 135). Sobre a *Light*, ver: MCDOWALL, Duncan. *Light*: a história da empresa que modernizou o Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

Alegre, até meados dos anos 20, atuavam as principais companhias do estado, administradas pelo capital gaúcho. A incapacidade da reunião de recursos suficientes para garantir a continuidade de investimentos necessários à manutenção dos serviços importou transferência de seu acervo à outra companhia.

Dando prosseguimento à revisão bibliográfica, a dissertação de autoria de Emerson de Carvalho Guimarães (2002), “A Usina do Gasômetro: memórias da construção de um patrimônio histórico de Porto Alegre”, que investiga o processo de constituição da Usina da Volta do Gasômetro como um patrimônio histórico de Porto Alegre, fornece os relatos dos antigos funcionários sobre Usina do Gasômetro.

A Dissertação de Mestrado de Rodrigo Cappiotti da Silva (2007), “Servimo-lo com prazer, norte-americanos em Porto Alegre (1928-1959)”, foi utilizada para melhor compreensão da origem da Amforp. Utilizando-se da história empresarial, o autor buscou as diretrizes, metas e estratégias da CEERG em Porto Alegre. Na busca por aspectos do cotidiano trazidos pela eletrificação na cidade, realizou análise de documentos, depoimentos orais e estratégias da empresa. Na introdução, afirma que a CEERG foi uma empresa mal sucedida, no entanto não deixa de mostrar as contribuições para com a “modernidade” na cidade:

A CEERG foi pioneira em trazer e em difundir o uso de eletrodomésticos na cidade, mesmo que acessível a uma pequena parcela da população devido aos preços, [...]. A empresa visava fomentar o consumo de energia elétrica limitado inicialmente em grande parte à iluminação pública, [...]. Por fim, a chegada da empresa em Porto Alegre, coincidirá com os planos de modernização da cidade, amplas avenidas, verticalização e higienização da parte central da cidade (SILVA, 2007, p. 76).

Apesar de o autor citar o gerente da CEERG – o norte-americano Joseph Millender – como sendo o fundador do *Porto Alegre Country Club*, ele não esclarece seu papel na história da cidade. Este homem ainda permanece oculto na história, deslocado da sua real significância. O questionamento permanece: Quem foi Millender? Este questionamento despertou uma curiosidade, servindo como fio condutor para esta pesquisa.

Dentro da perspectiva analisada por Claudia Schemes, Claudia Musa Fay e Cleber Cristiano Prodanov, no artigo “Arriscar e inovar: uma geração de empreendedores gaúchos no século XX”, os empreendedores gaúchos de origem teuto-brasileira assumiram importante papel na diversificação econômica do estado e na iniciação de novos negócios (SCHEMES; FAY; PRODANOV, 2010). Na mesma época, pode-se acrescentar que empreendedores de outras nacionalidades vieram para o Rio Grande do Sul e tiveram características semelhantes aos germânicos exemplificados pelos autores.

Com o título “A empresa: *American & Foreign Power Company*”, o primeiro capítulo apresenta sua origem em 1923 até sua chegada no Brasil, em 1928. Para tanto, foram utilizados alguns relatórios da empresa norte-americana, cedidos pelo Professor Hausman em contato feito no ano de 2014, que foram úteis para dar visibilidade aos atores responsáveis pela sua origem e expansão. Ver-se-á que a história da Amforp acompanhou o desenvolvimento do setor de energia elétrica nos Estados Unidos, e que fez parte de complexo sistema de redes de empresas gerenciadas por poderosos homens de negócios que dominaram o setor. Autores como William J. Hausman e John L. Neufeld (1997) e Mira Wilkins (2008), entre outros, foram essenciais para a compreensão dessa “organização tentacular”. A entrada da Amforp no Brasil, em 1928, marcou período no qual o capital norte-americano prevaleceu sobre o britânico naquilo que diz respeito aos Investimentos Diretos Estrangeiros na América Latina e no Brasil. Para reflexão sobre tais questões, os autores Eugenio Vargas Garcia (2002) e Irving Stone (1977) foram de extrema importância. No que diz respeito à atuação da Amforp no Brasil, Alexandre Saes e Felipe Loureiro (2012), Tamás Szmrecsanyi (1986) e Ângela Lúcia Ferreira, Yuri Simonini e Aleksandro F. C. da Silva (2012) ajudaram no entendimento do processo de aquisições de subsidiárias e em estratégias da empresa.

No capítulo segundo, intitulado “Estratégias da Amforp no setor elétrico em Porto Alegre”, foi apresentado o modelo adotado pela empresa para as subsidiárias, levando em conta as etapas de “Operação e Desenvolvimento”: adaptação às peculiaridades políticas, reorganização operacional, desenvolvimento tecnológico e relação com consumidores de acordo com a estrutura organizada por Ferreira, Simonini e Silva (2012b).

Mostra-se também o contexto do desenvolvimento do setor elétrico gaúcho no início do século XX, que foi de grandes mudanças e embelezamento no traçado urbano. O contexto muito bem analisado pelos autores que estudaram a época – Sandra Pesavento (1999), Charles Monteiro (1995) e Núncia Constantino (1994), entre outros – que contribuíram para refletir sobre a modernidade na cidade.

O terceiro capítulo contempla o tema “O Papel do Gerente Geral J. E. L. Millender: um norte-americano em Porto Alegre”. Nesta parte da dissertação, procurou-se dar visibilidade a este personagem a partir de rastros esparsos, deixados durante sua trajetória. Pode-se, a partir deles, reconstruir sua vida pública, suas relações e sua influência.

São abordados ainda aspectos da política externa e as relações com a multinacional Amforp, e para este contexto utilizou-se a obra de Gerson Moura (1993) e Moniz Bandeira (1973). Ressalta-se especialmente o estilo de vida norte-americano através do personagem

analisado, sendo especialmente útil a leitura de Antonio Pedro Tota (2000) e Nicolau Sevcenko (2001) sobre os hábitos norte-americanos que passaram a ser adotados no Brasil.

## 1 A EMPRESA: AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY

*Foreign Power* é a única grande empresa de serviço público que opera inteiramente fora das fronteiras dos Estados Unidos. A empresa é um dos maiores investidores de capital privado dos Estados Unidos na região da América Latina, e também proprietária de importantes propriedades de serviços públicos na China [...]. (AMFORP, *Annual Report*, 1953, p. 5).<sup>16</sup>

Conforme apresentado no Relatório Anual datado de 1953, “*American & Foreign Power Company Inc.* é uma empresa de serviços públicos de propriedade e gerência privada, com subsidiárias operantes em onze países da América Latina”<sup>17</sup>, sendo eles: Panamá, Guatemala, Cuba, Equador, Brasil, Colômbia, Venezuela, México, Chile, Costa Rica e Argentina (AMFORP, *Annual Report*, 1953, p. 5). No próprio logo da empresa (Figura 1), pode-se perceber a importância desses países como mercados de expansão. Um mapa da América Latina fica ao centro do logo, com duas antenas de energia elétrica.

Figura 1 - Logo Amforp, 1953



Fonte: AMFORP, *Annual Report*, 1953

Apesar de atuar fora dos Estados Unidos, a sede da Amforp localizava-se no endereço *2 Rector Street*, no distrito financeiro de Manhattan, em Nova Iorque, nos Estados Unidos (AMFORP, *Annual Report*, 1927). O prédio era um arranha-céu de 21 andares, conhecido como *The Electric Bond & Share Company Building*. Atualmente com 26 andares, o prédio é chamado de *United States Express Company Building*, mas também é conhecido como *Wall Street Plaza West*. Por trás da Amforp estavam grandes empreendedores e industrialistas norte-americanos como S. Z. Mitchell<sup>18</sup> (Quadro 1; Figura 1), pioneiro no mercado de energia elétrica nos Estados Unidos e responsável pela gerência da *Electric Bond & Share*. O

<sup>16</sup> Texto original: “*Foreign Power is the only large American Utility company which operates entirely outside the boundaries of the United States. The Company is one of the two largest investors of private United States capital in the Latin-American area and also own important utility properties in China, [...]*”.

<sup>17</sup> Texto original: “*American & Foreign Power Company Inc. is a privately owned and managed public utility enterprise with operating subsidiaries in eleven Latin-American countries.*”

<sup>18</sup> Sidney Zollicoffer Mitchell (1862-1944) dirigiu a *Electric Bond & Share* desde sua formação, em 1905, até se aposentar em 1933 (HAUSMAN; HERTNER; WILKINS, 2008). Sobre S. Z. Mitchell e a indústria elétrica, ver: MITCHELL, Sidney Alexander. *S. Z. Mitchell and the electrical industry*. New York: Farrar, Straus & Cudahy, 1960.

Conselho também contava com um grupo de banqueiros como: Sydney Alexander Mitchell (Quadro 1), filho de S. Z. Mitchell e coordenador na *Bonbright & Co.* e *chairman*, ou presidente da *Italian Superpower*; Clarence Dillon, da *Dillon, Read & Co.*; Charles E. Mitchell, do *National City Bank* de Nova Iorque; e A. A. Tilney (Quadro 1), do *Bankers Trust Co.* No conselho não havia membros do poderoso grupo *J. P. Morgan*, no entanto havia “contatos” do banco, como George H. Howard (Quadro 1), que foi diretor da Amforp e presidente da companhia *United Corporation*, a maior *holding* de serviços públicos em 1929. No Conselho da Amforp havia também Sosthenes Behn (Quadro 1), presidente da *International Telephone & Telegraph*, uma das concessões da Amforp na América Latina (HAUSMAN; HERTNER; WILKINS, 2008). Owen D. Young (Quadro 1), presidente da *General Electric* entre 1922 e 1945, empresa de materiais elétricos e da *Radio Corporation of America* (RCA), empresa pioneira em telecomunicações nos Estados Unidos, também estava entre os diretores da Amforp.

Figura 2 - S. Z. Mitchell



Fonte: Hausman; Hertner; Wilkins (2008, p. 183)

Os Quadros 1 e 2 foram elaborados com dados encontrados no relatório da Amforp de 1927 para melhor compreensão sobre a forma de organização da empresa e seus principais acionistas. Consistia em um Conselho de Administração<sup>19</sup> (*Board of Directors*) formado por diretores que assumiam responsabilidades gerais sobre os negócios, e uma Diretoria (*Board of Officers*), composta por membros em cargos como vice-presidente e secretário, entre outros. Geralmente, a Diretoria era responsável por assuntos do dia a dia da corporação e tinha seus membros escolhidos pelo Conselho de Administração (ALLBUSINESS, 2014).<sup>20</sup>

<sup>19</sup> O papel do Conselho de Administração é garantir que o CEO e os principais executivos estejam desempenhando um bom trabalho.

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www.allbusiness.com/business-planning-structures/business-structures/2976-1.html>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

Quadro 1 - Conselho de Administração, 1927 (*Board of Directors*)

Cargo	Nome do empresário	Companhia
Chairman	S. Z. Mitchell	Presidente da <i>Electric Bond &amp; Share</i>
Vice-chairman	Clarence Edward Groesback F. B. Odium	Presidente da <i>American &amp; Light Company</i>
Diretores		Companhia e cargo
Sosthenes Behn		Presidente da <i>International Telephone &amp; Telegraph Company</i>
Charles Edwin Calder		Presidente da Amforp
Clarence Dillon		Presidente da <i>Dillon, Read &amp; Company</i>
C. E. Groesbeck		Presidente da <i>American &amp; Light Company</i>
George H. Howard		Presidente da <i>Simpson, Thacher &amp; Barlett</i> (firma de direito)
Charles Edwin Mitchell (1877-1955)		Presidente do <i>The National City Bank of New York</i>
S. A. Mitchell		Vice-presidente da <i>Bonbright &amp; Company, Inc.</i>
S. Z. Mitchell		Presidente da <i>Electric Bond &amp; Share</i>
F. B. Odium		Vice-presidente da <i>Electric Bond &amp; Share</i>
George Roberts		Vice-presidente da <i>Winthrop, Stimson, Putnam &amp; Roberts</i>
E. P. Summerson		Secretário da Amforp
Georne N. Tidd		Presidente da <i>American Gas and Electric Company</i>
A. A. Tilney		Presidente do <i>Bankers Trust Company</i>
Ernest B. Tracy		<i>Investment Banker</i>
Owen D. Young		Chairman do quadro de diretores da <i>General Electric Company</i>

Fonte: AMFORP, *Annual Report*, 1927, p. 1

Quadro 2 – Diretoria (*Board of Officers*)

Cargo	Empresários
Presidente	C. E. Calder
Vice-presidente	William Darbee H. W. Catlin H. P. Harrsen E. W. Hill
<i>Controller</i>	A. E. Smith
<i>Controller</i> assistente	W. C. Lang
Secretário	E. P. Summerson
Secretário assistente	H. L. Martin
Auditor Geral	B. H. Brewester
Tesoureiro	A. C. Ray
Tesoureiro Assistente	Alexander Simpson G. J. Hickson

Fonte: AMFORP, *Annual Report*, 1927, p. 1

O relatório de 1927 da Amforp demonstra que havia programa para expansão e construção em países estrangeiros, a saber:

[O programa da Amforp] envolve relações com muitos interesses, privados e governamentais, e também muitas transferências ou fusões de propriedades, e também a reconstrução e interconexão de instalações e sistemas, a fim de fornecer o máximo de serviço público a um custo mínimo. Envolve a construção de pessoal com os atrasos e as dificuldades que são inerentes a tal programa. Extensão e expansão estão sendo realizadas o mais rapidamente quanto possível, considerando essas dificuldades.<sup>21</sup> (AMFORP, *Annual Report*, 1927, p. 4, tradução livre).

Para a economista estadunidense Edith Penrose, a fundação de filiais e subsidiárias em países estrangeiros foi uma decorrência e um desdobramento natural do processo de propagação, desenvolvimento e diversificação das multinacionais norte-americanas (PENROSE, 1956). Assim como a Amforp, grandes empresas industriais dos Estados Unidos eram oligopolistas nos seus mercados:

boa parte dos investimentos produtivos se dava sob a forma da transferência de recursos técnicos e administrativos [...]. Primeiro as empresas exploravam o novo mercado e oportunidades existentes, para depois estabelecer-se, expandindo a subsidiária (PENROSE, 1959, *apud* SZMERECSENYI, 2008, p. 12).

Para entender de que forma a Amforp funcionava e como ingressou no mercado brasileiro, é necessário reconstruir historicamente sua trajetória, desde sua origem e de seu capital, buscando saber quais grupos assumiram seu controle e quais articulações foram feitas no plano local e internacional. Para tanto, é preciso compreender o meio de organização da indústria de energia elétrica nos Estados Unidos, pois segundo a historiadora de Economia e Negócios Mira Wilkins<sup>22</sup> (1988), a Amforp teve sua origem no início do desenvolvimento do setor elétrico norte-americano.

## 1.1 A Amforp nos Estados Unidos

O surgimento da Amforp remonta ao período de industrialização norte-americano e ao desenvolvimento do setor de energia elétrica. No século XIX, a eletricidade foi útil para uso comercial nas comunicações, na metalurgia e indústria química, e mais tarde, na iluminação.

---

<sup>21</sup> Texto original: *“The Company's extensive program of expansion in foreign countries along modern American lines is largely of a constructive nature. It involves dealings with many interests, private and governmental, and also many transfers or mergers of properties, and also rebuilding and interconnecting of plants and systems in order to supply the maximum of public service at minimum cost. It involves building up personnel with the delays and difficulties which are inherent in such a program. Extension and expansion is being carried on as rapidly as reasonably possible considering these difficulties.”*

<sup>22</sup> Mira Wilkins é professora do Departamento de Economia da *School of International and Public Affairs* da *Florida International University* (FIU). Alguns títulos de publicações estão disponíveis em: <<http://economics.fiu.edu/people/full-time-faculty/mira-wilkins/>>.

Provocou profundo impacto econômico, favorecendo a formação de novo setor industrial, a indústria elétrica (AXT, 1995).

A indústria eletrotécnica (instalações e aparelhos elétricos) e a indústria elétrica (produção e distribuição de energia) foram exploradas pelas mesmas empresas nos Estados Unidos, e organizadas ao redor de lucros colossais de patentes de três inventores norte-americanos chamados Thomas Edison, Elihu Thomson e George Westinghouse. As empresas denominavam-se, respectivamente, *Edison General Electric* (1878), *Thomson-Houston Electric Company* (1883) e a *Westinghouse Electric Company* (1886), como refere Richard Lewinsohn (1945).

Com o objetivo de vender sistemas elétricos, os fabricantes de equipamentos encorajavam o estabelecimento de companhias locais de energia elétrica. No entanto, as primeiras companhias eram pequenas e, por isso, difíceis de serem financiadas. Para promover o desenvolvimento dessas pequenas empresas, os fabricantes aceitavam títulos financeiros<sup>23</sup> dessas companhias como forma de pagamento pelos equipamentos (HAUSMAN; NEUFELD, 1997).

Charles A. Coffin<sup>24</sup> (Figura 3), líder criativo da *Thomson-Houston Company*<sup>25</sup>, desenvolveu estratégia para transformar esses títulos em dinheiro. Ajudou a organizar a *United Electric Securities Company*. Esta empresa passou a emitir suas próprias ações e debêntures.<sup>26</sup> Depois de se afirmar no mercado como empresa confiável frente ao público investidor, os títulos foram vendidos com facilidade no mercado de ações.

---

<sup>23</sup> Títulos Financeiros são “papéis” vendidos pelos governos ou empresas ao mercado financeiro para obter recursos financeiros. Um título é como se fosse um contrato de empréstimo no qual o tomador do recurso (o lado que recebe o dinheiro) faz uma promessa de pagamento ao comprador do título, à ordem da importância emprestada, acrescida de juros convencionais (estipulados no contrato), caso este título seja prefixado, e dos juros mais correção monetária, caso seja pós-fixado. Título financeiro ou valor mobiliário podem ser títulos de propriedade (ação) ou de crédito (obrigação), emitidos por um ente público ou privado.

<sup>24</sup> GENERAL ELECTRIC. *Past leaders*: Charles A. Coffin. Disponível em: <<http://www.ge.com/about-us/leadership/profiles/charles-coffin>>. Acesso em: 30 maio 2014. Charles A. Coffin nasceu em 1844, em Fairfield, Maine, nos Estados Unidos. Mudou-se para Lynn, Massachussets com 18 anos, onde trabalhou como ajudante do seu tio numa fábrica de produção de sapatos. Mais tarde, fundou sua própria empresa de produção de calçado, atingindo grande sucesso em 1883. No mesmo ano, foi convidado para liderar a *Thomson-Houston Co*. Participou da formação da *General Electric*, em 1892 e se tornou o primeiro *Chief Executive Officer* (CEO) da empresa. Enfrentou a crise de 1893, que ameaçou a existência da *General Electric*, mas que foi superada com a ajuda do grupo *J. P. Morgan*.

<sup>25</sup> Empresa pioneira no setor de energia elétrica nos Estados Unidos, dos engenheiros Elihu Thompson e Edwin Houston.

<sup>26</sup> Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que confere a seu detentor direito de crédito contra a empresa emissora. Quem investe em debêntures se torna credor dessas companhias (BOVESPA, 2014).

Figura 3 - Charles A. Coffin



Fonte: *General Electric* (2014)

Em 1892, a *Thomson-Houston Company* se uniu com a *Edison General Electric Company*, formando a conhecida *General Electric* (GE), que viria a se tornar uma das maiores companhias do setor elétrico no mundo (HAUSMAN, 1997). Teve como um dos seus organizadores Charles A. Coffin, que também foi seu primeiro *Chief Executive Officer* (CEO), ou Diretor Executivo. Abaixo pode ser vista a transição do logos da *General Electric*, após a fusão (Figura 4).

Figura 4 - Transição do logo da G.E



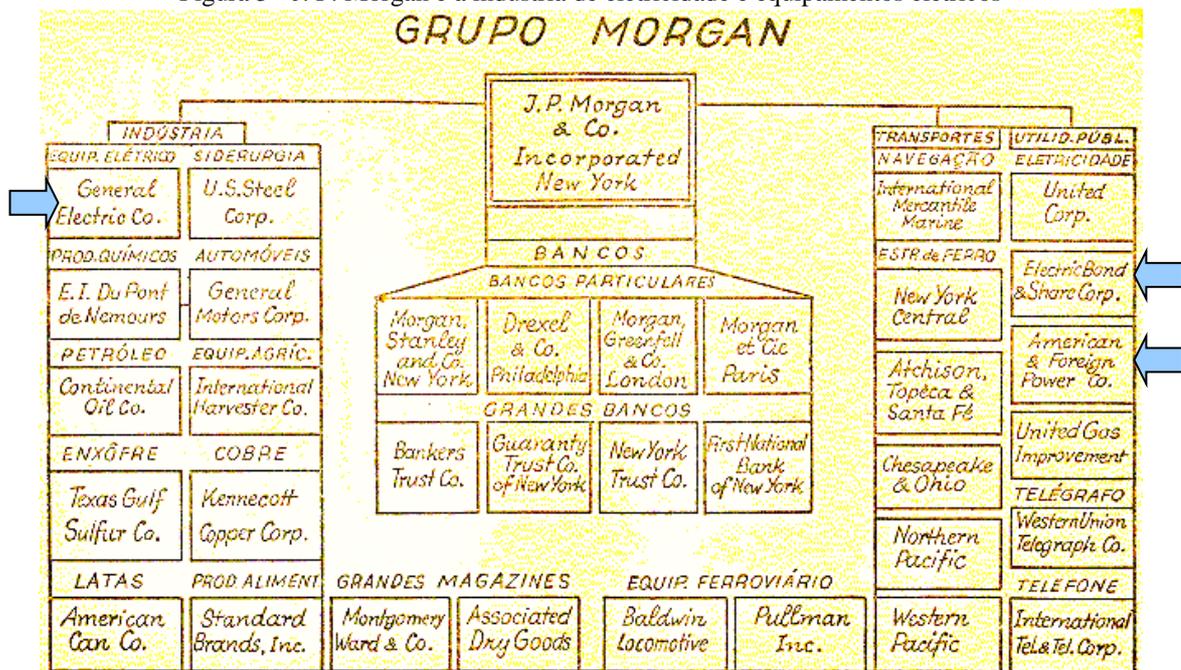
Fonte: *General Electric* (2014)

Segundo o historiador Gunter Axt (1995), as empresas se uniram como estratégia para enfrentar a crise no setor através da ajuda monetária do grupo *J. P. Morgan & Co.*<sup>27</sup> Na verdade, grandes conglomerados norte-americanos tiveram o aporte financeiro do grupo e outros bancos de Nova Iorque. Montou complexo sistema financeiro de redes de corporações.

<sup>27</sup> John Piermont Morgan (1837-1913), originário de Connecticut, financiou ferrovias e grandes corporações. Em 1895, deu continuidade ao negocio bancário do pai, e formou com o banqueiro da Philadelphia Anthony Drexel a empresa *J. P. Morgan & Co.* Sobre o Grupo Morgan, ver: ROTHBARD, Murray N. *A History of Money and Banking in the United States: the colonial era to World War II.* Ludwig Von Mises Institute, Old World Prints, Ltd.: Auburn. 2002.

O modelo a seguir (Figura 5) demonstra que diversas multinacionais estavam ligadas ao grupo, que dominou os mais diferentes setores da indústria norte-americana no início do século XX. Como pode ser visto, monopolizou a indústria de siderurgia, formando a *U.S. Steel Corporation* (1901), fusão de outras empresas de aço e ferro. No setor de equipamentos elétricos, ajudou a formar a *General Electric* (1892), fusão entre a *Edison General Electric* e a *Thomas-Houston Electric Company*. No que diz respeito à indústria de serviços públicos, no setor de eletricidade, o grupo criou a *United Corporation* (1929), a maior companhia *holding* de 1929, dona de 11 outras *holdings* e 232 subsidiárias nos Estados Unidos (HAUSMAN, 2006). A *Electric Bond & Share Corporation* (1905) e a *American & Foreign Power Co.* (1923), também intrínsecas ao grupo *J. P. Morgan*, tinham participação nos lucros umas das outras (Figura 5).

Figura 5 - J. P. Morgan e a indústria de eletricidade e equipamentos elétricos



Fonte: adaptado de Lewinsohn (1945)

Após a fusão, o setor de energia ficou concentrado nas mãos da *General Electric* e da concorrente *Westinghouse*. No entanto, formaram duopólio, ao assinar um contrato reconhecendo ambas como bem posicionadas no mercado, tendo como estratégia absorver diversas pequenas empresas aos seus conglomerados. O processo de concentração de indústrias, com apoio financeiro do grupo *J. P. Morgan & Co.*, caracterizou a afirmação do capitalismo monopolista sobre o capitalismo industrial (AXT, 1995). Trustes, cartéis e

*holdings*<sup>28</sup> se tornaram novas formas de organização empresarial, uma vez que os investimentos em energia requeriam grandes somas de capital (LEWINSOHN, 1945).

Para expandir e dar continuidade a esse mercado, a *General Electric* formou a *Electric Bond and Share Corporation*, em 1905, sob a liderança de S. Z. Mitchell (Figura 2), descrito pelo presidente Hoover como “*businessman* de sucesso e servidor público” (HUGHES, 1961, p. 139). S. Z. Mitchell foi um engenheiro financiador da indústria elétrica, retratado como um homem que corria riscos, segundo a biografia “*S. Z. Mitchell and the Electrical Industry*” escrita por seu filho Sidney Mitchell (HUGHES, 1961). A *Electric Bond & Share* era uma “*holding de holdings*”, pois intercambiava diretorias, ações de empresas e funcionários com suas outras *holdings* (BUCHANAM, 1933).

Originalmente, a *Electric Bond and Share* funcionou como Banco de Investimento, Consultoria de Engenharia e Especialista em Gestão para um grande número de empresas de serviços de utilidade pública, operantes em pequenas comunidades e áreas rurais dos Estados Unidos. Mais tarde, a estratégia consistiu em formar empresas *holdings* para assumirem o controle de um grande número de empresas operadoras além do seu território.

No final da década de 1920, a *Electric Bond & Share* possuía duas principais *holdings*, também chamadas de *subholdings*, com investimentos estrangeiros: a *Electric Investors Inc.*, formada em 1909; e a *American & Foreign Power Co.* (Amforp), a principal delas, formada mais tarde, em 1923, com o objetivo de expandir para além do território norte-americano (HAUSMAN; HERTLER; WILKINS, 2008).

A relação entre a *Electric Bond and Share Corporation* e a Amforp foi especial. Foi a única companhia *holding* no sistema que alegava ter participação majoritária. Entre 1925 e 1931, a *Electric Bond and Share Corporation* ganhou US\$ 288,580.000 da venda dos seus próprios títulos, e grande parte foi investida na Amforp (HAUSMAN; NEUFELD, 1997). Quando a *Electric Bond and Share Corporation* foi reorganizada, em 13 de março de 1929, sua conta de investimento aumentou, da noite para o dia, de US\$ 93 milhões para US\$ 493 milhões. Os US\$ 400 milhões foram atribuídos ao aumento do mercado de valor das *holdings* da Amforp (HAUSMAN; NEUFELD, 1997).

A *Electric Bond & Share* possuía considerável independência da *General Electric*, apesar de manterem ações em comum (WILKINS, 2008). No entanto, em 1925, as empresas

---

<sup>28</sup> Truste é a união entre empresas para obter melhores condições de mercado, sendo a palavra originada do *trust*, do direito inglês, que se refere à “transferência de capitais para um agente fiduciário (*trustee*) para que este lhes assuma a gestão” (LEWINSOHN, 1945, p. 13), ou seja a empresa incorporada perdia sua independência econômica apesar de guardar sua personalidade jurídica (AXT, 1995). Cartel é um acordo entre empresas independentes que mantém o mesmo preço e dividem o mercado para não haver concorrência entre si (AXT, 1995).

se separaram por divergências de interesses e principalmente por problemas legais (estava sendo investigada pela *Federal Trade Commission*)<sup>29</sup>, porém a *General Electric* manteve rede de relacionamento comercial com a *holding* e suas *subholdings* (HAUSMAN; HERTNER; WILKINS, 2008).

A Amforp teve como objetivo controlar todos os interesses da *Electric Bond and Share* no exterior, e, principalmente, na América Latina, além de expandir globalmente o mercado de equipamentos e aparelhos domésticos da *General Electric*. Através das vendas desses aparelhos, a demanda pela produção de energia aumentava, e, desta forma, um mercado alimentava o outro.

No início do século XX, a estratégia das multinacionais consistia em ocupar nichos pouco explorados nos países de interesse, como o setor de energia elétrica, no caso da Amforp (GARCIA, 2002). Não obstante, o setor de eletricidade não era privilégio dos Estados Unidos. A Alemanha, por volta da Primeira Guerra Mundial, detinha a segunda maior produção de energia elétrica do mundo, em razão da concentração de capital. Também era a maior exportadora de material elétrico. As maiores empresas alemãs eram a Siemens e a *Allgemeine Elektrizitäts Gesellschaft* (AEG), segundo Gunter Axt (1997).

O tipo de estratégia não era exclusivo do setor de energia elétrica. Após a Primeira Guerra Mundial, o setor automobilístico dos Estados Unidos deu início à exportação de carros para outros países, como Austrália, Itália e Brasil. O crescimento da importação de veículos estimulou demanda por bens e serviços relacionados ao setor, como pneus, acessórios e peças, e combustíveis, entre outros. As fábricas da *Ford* e da *General Motors* foram montadas no Brasil no final da década de 1920, atraindo ainda maior volume de capital de investimento para o país (GARCIA, 2002).

Hausman e Neufeld (1997, p. 46) se referem a esse período como os “loucos anos 20” ou os “felizes anos 20”, pois foi um momento excepcional em vários sentidos, entre eles, um período propício para investimento estrangeiro. Segundo Stone (1977), investimento estrangeiro pode ser feito de duas formas, investimento direto e investimento de portfólio:

Investimento direto se refere ao capital no qual investidores estrangeiros são capazes de exercer controle acionário sobre gestão de determinada empresa através de uma porcentagem efetiva de direito de voto. Investimento de portfólio consiste na compra de ações em empresas no exterior realizada principalmente com propósito para fins de renda ao invés de controle gerencial. Obrigações governamentais

---

<sup>29</sup> A *Federal Trade Commission* é uma agência independente do governo dos Estados Unidos. Tem como principal missão proteger o consumidor, eliminando e prevenindo práticas de negócios contra a livre-concorrência.

[emitidas por um governo nacional para financiar a dívida pública]; também são consideradas investimento de portfólio (STONE, 1977, p. 691, tradução do autor).<sup>30</sup>

Investimento direto era uma das formas de transferência de capital internacional realizado através da aquisição de controle gerencial de empresas estrangeiras. Durante a Primeira Guerra Mundial, a balança comercial dos Estados Unidos foi positiva, e subiu para 3.5 milhões de dólares por ano. Entre 1926-1930, subiu em 1.3 bilhões por ano. Naquilo que diz respeito ao total líquido de investimento estrangeiro dos Estados Unidos, entre 1914-1919, aumentou em 7.4 bilhões. No Quadro 3, a seguir, constata-se que o IED em serviços públicos foi o setor que mais cresceu ao longo dos anos 1920.

Quadro 3 - Investimento Estrangeiro Direto dos Estados Unidos (1919-1929)

	IED 1919 (\$ mil)	IED 1924 (\$ mil)	% mudança 1919-24	IED 1929 (\$ mil)	% mudança 1924-29	% mudança 1919-29
Total IED	3,880	5,389	+39	7,553	+40	+95
<b>Serviços Públicos</b>	<b>138</b>	<b>224</b>	<b>+62</b>	<b>1,025</b>	<b>+358</b>	<b>+643</b>
Manufaturados	795	1,252	+57	1,821	+45	+129
Produção de petróleo e distribuição	604	967	+60	1,341	+39	+122
Venda & compra de organizações	255	314	+23	378	+20	+48
Bancos	125	125	0	125	0	0
Mineração	876	967	+10	1,227	+27	+40
Agricultura	587	918	+56	986	+7	+68
Estradas de Ferro	297	347	+17	309	-11	+4

Nota: Cálculo feito pelos autores com a cotação do dólar de 1996, traduzida pelo autor

Fonte: Hausman e Neufeld (1997, p. 47)

Na segunda metade dos anos 1920, este tipo de investimento cresceu radicalmente. Entre junho de 1928 e setembro de 1929, o valor subiu em 170%, as companhias de serviço público de operações subiram em 114%, e as indústrias em 46%.

Este súbito crescimento esteve diretamente relacionado a eventos ligados à indústria doméstica do país. Coincidiu com o *boom* do mercado de ações, em meio à reestruturação do

<sup>30</sup> Citação original: “Direct investment refers to capital in which foreign investors are capable of exercising a controlling interest over management by ownership of an effective percentage of voting securities. Portfolio investments consists of securities of overseas enterprises held primarily for income purposes rather than for purposes of managerial control. Governmental obligations are also properly included as portfolio investment.” (STONE, 1977, p. 691).

setor doméstico de energia elétrica, que estava sob o controle de um poderoso movimento de empresas *holdings*, como a *Light* e a *Amforp*. As ações de empresas *holdings* de serviço de energia estavam entre as mais altas *high flyers* do mercado de ações, isto é, aquelas ações que vendem acima do seu preço original (HAUSMAN; NEUFELD, 1997).

Com relação à companhia *holding*, surgiu como resposta do mercado financeiro à legislação americana antitruste, que, a partir da década de 1920, ativou mecanismos de fiscalização pública mais rigorosos, já que o setor de energia passou a competir com o próprio Estado (AXT, 1995). As *holdings* adquiriam controle de empresas através da compra de suas ações, que ficavam sob o controle de uma companhia única (AXT, 1995).

A importância desse tipo de *holding* cresceu até 1929. A maior *holding* dos Estados Unidos de serviço público controlava mais de 19% da geração de energia elétrica privada no país e as outras seis maiores controlavam mais de 70% (HAUSMAN; NEUFELD, 2004). Devido à grande capacidade de investimento privado no setor de energia nos Estados Unidos, a participação de capital público era mínima (AXT, 1995). As *holdings* adquiriram tamanha importância econômica e poderio que, a partir da década de 1920, foram ativados mecanismos de fiscalização<sup>31</sup> pública mais rigorosos, já que o setor passou a competir com o próprio estado (SILVA, 2001, p. 22-23):

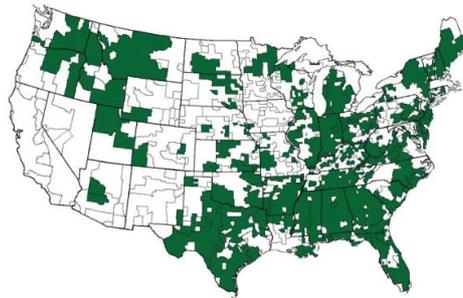
Nos Estados Unidos, a força das grandes companhias privadas de eletricidade inibiu a iniciativa dos poderes públicos na geração e distribuição de energia. No final da década de 1920 a participação de capital público no fornecimento de luz e força não excedia a 6,3%. Durante os anos de 1920, generaliza-se definitivamente na América do Norte um tipo de exploração dos serviços públicos executados por grandes empresas e corporações com elevado número de acionistas.

Conforme ilustrado nos mapas a seguir, pode ser visualizado o império formado pelas companhias *holdings*, no que se refere ao setor de energia elétrica (Figura 6 e Figura 7):

---

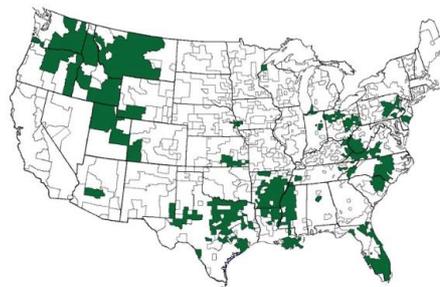
<sup>31</sup> Em 1935 foi criada legislação federal para regulamentar as companhias *holding* chamada *Public Utility Holding Company Act of 1935*. Através dessa lei, os relatórios e as decisões das empresas deveriam ser controlados pelo órgão *Securities and Exchange Commission (SEC)* e pelo governo federal. Os Estados Unidos acharam necessária essa regulamentação, pois as grandes empresas e suas filiais atuavam além do território norte-americano, característica que dificultava seu controle. Sobre o domínio do setor elétrico nos Estados Unidos por empresas privadas, ver: HAUSMAN, William J. *They Spawned the PUHCA*. *Public Power Magazine of the American Public Power Association (APPA)*, Washington, D.C. May-June 2006. Disponível em: <<http://www.publicpower.org/Media/magazine/ArticleDetail.cfm?ItemNumber=16621>>.

Figura 6 - Territórios combinados das três maiores holdings do setor de energia elétrica dos Estados Unidos: *Electric Bond & Share, Insull's Interests e United Corp.*



Fonte: U.S. Federal Trade Commission, *Utility Corporations: Summary Report of the Federal Trade Commission*, U.S. Senate, 70th Congress, apud Hausman (2006)

Figura 7 - Companhias controladas pela *Electric Bond & Share*, por estados, em 1932



Fonte: U.S. Federal Trade Commission, U.S. Senate, 70th Congress, apud Hausman (2006)

A partir da criação da Amforp, em 1923, a expansão do mercado de energia elétrica cresceu drasticamente (HAUSMAN; NEUFELD, 1997). No decorrer dos próximos seis anos, a Amforp disseminou-se desmedidamente, com um total em “assets” subindo a quase US\$ 1 bilhão (bruto US\$ 7.6 bilhões de dólares na cotação de 1996). A Amforp estava prestes a se tornar, de longe, a única e maior investidora norte-americana em serviço público de energia.

## 1.2 Amforp na América Latina

A *Electric Bond & Share* já havia feito aquisições na América Latina, quando mais tarde, em 1923, constituiu a Amforp e transferiu as propriedades a ela. Primeiramente, adquiriu empresas em países que considerava mais seguros para realização de investimentos, como Panamá, Guatemala e Cuba (SAES; SASSE, 2012), e ao garantir credibilidade em operações nestes países, os empresários se sentiam confiantes para aplicar recursos e atuar em outras nações da América Latina (SAES; SASSE, 2012). As operações iniciaram quando a *Electric Bond & Share* foi sondada pelo governo norte-americano para adquirir propriedades

elétricas no Panamá, em 1917, devido à preocupação do país sobre as consequências da Primeira Guerra Mundial e seus efeitos no Canal do Panamá.<sup>32</sup> Deste modo, com a assistência e o apoio do governo dos Estados Unidos e após minucioso estudo do território, a empresa assumiu propriedades na cidade do Panamá e em Colón (HAUSMAN; NEUFELD, 1997).

Em 1919, os interesses entre a empresa e o governo norte-americano se entrelaçaram novamente. O Departamento de Estado estabeleceu nova comunicação e averiguou a possibilidade de adquirir propriedades do setor de energia confiscadas dos alemães pelo governo da Guatemala. Em vista disso, após concessão temporária, em 1920, a *Electric Bond & Share* efetivou as aquisições (HAUSAN; NEUFELD, 1997).

Outro país onde a *Electric Bond & Share* realizou investimentos foi Cuba. Através da *Cuban Electric Corporation*<sup>33</sup>, comprou propriedades na cidade de Santiago de Cuba, em 1922, e mais tarde, em Havana. Em 1923, já tinham sido investidos US\$ 17 milhões (cotação de 1996) de dólares no Panamá, Guatemala e Cuba (HAUSMAN; NEUFELD, 1997).

No Brasil, junto com a *General Electric*, a *Electric Bond & Share* construiu ferrovia e planta hidrelétrica para o governo de Santa Catarina<sup>34</sup>, estado no sul brasileiro. Esse viria a ser o primeiro de uma série de investimentos no Brasil, que, a partir do final da década de 1920, viria a ser um dos principais mercados da Amforp.

Concorda-se com o economista Alexandre Saes (SAES; LOUREIRO, 2012), quando ele afirma que a trajetória da empresa foi sempre pautada por relações diplomáticas.<sup>35</sup> Os interesses da Amforp se misturavam com os interesses dos Estados Unidos em construir área de influência na América Latina. Conforme publicação da própria companhia:

[...] é sensato supor que investimentos de grandes quantias em capital americano na América Latina podem ajudar a manter um melhor entendimento entre os Estados Unidos e as repúblicas Latino-Americanas. Essa visão era compartilhada por

<sup>32</sup> O Canal do Panamá foi controlado pelos norte-americanos durante a Primeira Guerra Mundial, para servir de base estratégica para os Estados Unidos e os aliados. Foi inaugurado em 1914, com o objetivo de ligar o Oceano Pacífico e o Atlântico, para facilitar o fluxo de mercadorias, sendo os Estados Unidos os grandes beneficiários da construção. Sobre a construção do Canal do Panamá ver o livro do historiador David McCullough *“The Path between the seas: The creation of the Panama Canal (1870-1914)”*. New York: Simon & Schuster, 1977.

<sup>33</sup> Tornou-se a maior “single holding” da Amforp.

<sup>34</sup> Não foram encontradas outras fontes que falam sobre esses investimentos no Brasil.

<sup>35</sup> A Amforp continuou adquirindo propriedades de interesse nacional, Equador, Costa Rica, Chile, Argentina, México, Índia e Brasil (HAUSMAN, 1997). Até 1928, obteve interesse de mais ou menos 6% na *Shawinigan Water & Power Company*, controlada por J. E. Aldred; *British Columbia Power Corp.*; *Toho Electric Power Co.* e a *Great Consolidated Electric Power Company*, do Japão; e a *Italian Superpower Corp.* Em 1929, a Amforp realizou o maior investimento estrangeiro norte-americano na China. Comprou a *Shangai Power Co.*, a mais antiga e maior utilidade pública de energia no país (HAUSMAN; NEUFELD, 1997, p. 50).

homens de visão nos governos dos Estados Unidos e da América Latina (AMFORP, *Annual Report*, 1953, p. 8, tradução livre<sup>36</sup>).

A abertura de mercado para os norte-americanos se deu em grande parte pela crise que assolava a Europa no período entreguerras (GARCIA, 2002). A Primeira Guerra Mundial oportunizou que as grandes potências da época disputassem mercados e recursos dos países em desenvolvimento. Deu-se início a um conflito global pela supremacia do poder (GARCIA, 2002). Os Estados Unidos foram os grandes beneficiados, na medida em que as potências europeias fecharam seus mercados por consequência da guerra (GARCIA, 2002).

Para Irving Stone (1977), a Grã-Bretanha foi o investidor estrangeiro de maior peso no cenário global antes de 1914. Além disso, era o país predominante em investimentos na América Latina, desde 1820 até a Primeira Guerra Mundial (STONE, 1977). Segundo o autor, entre os motivos do declínio da predominância britânica no mercado de capital internacional estava o aumento de *holdings* estrangeiras dos Estados Unidos, França e Alemanha, entre outros países, e igualmente ao aumento de investimentos a longo prazo na América Latina (STONE, 1977).

O professor de Relações Internacionais Eugenio Vargas Garcia<sup>37</sup> (2002) vai ao encontro da posição de Irving Stone (1977), quando afirma que, a partir do final do século XIX, a Grã-Bretanha teve seu posto desafiado principalmente pela Alemanha, mas também sutilmente pelos Estados Unidos (GARCIA, 2002). Segundo os dados de Hausman e Neufeld (1997, p. 47), a partir de 1896, os Estados Unidos tiveram uma balança comercial positiva, e, pela primeira vez, tornaram-se exportadores líquidos<sup>38</sup> de bens e serviços.

A partir da Primeira Guerra Mundial, as companhias norte-americanas começaram a se internacionalizar, dando início a uma onda de investimentos na América Latina. Segundo Eugenio Vargas Garcia (2002, p. 46):

---

<sup>36</sup> Citação original: “[...] *It was reasonable to assume that the investment of large amounts of American Capital in Latin America would help to maintain a better understanding between the United States and the Latin-American republics. This vision was shared by far-sighted men in Government in the United States and in Latin America.*”

<sup>37</sup> Eugenio Vargas Garcia é bacharel em Relações Internacionais, mestre em História e doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e formado em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco, onde é professor titular. Foi pesquisador associado junto ao Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford e professor de História Socioeconômica do Brasil na Universidade Autônoma do México, com artigos em revistas especializadas, no Brasil e no exterior.

<sup>38</sup> NX é o valor das exportações de um país menos o valor de suas importações, também chamado de balança comercial de bens tangíveis e serviços de não fatores. As exportações líquidas aumentam quando a renda do resto do mundo aumenta, porque vamos exportar mais, quando os preços que recebemos pelas exportações ou pagamos pelas importações são mais elevados, ou quando a taxa de câmbio é depreciada ou desvalorizada.

A internacionalização das companhias norte-americanas nesse período refletiu novo padrão de relacionamento econômico dos Estados Unidos com os países latino-americanos, em especial aqueles da parte sul do continente. A onda de investimentos diretos dos Estados Unidos na América do Sul, durante e após a guerra, sinalizava em direção a uma abordagem global para os negócios, como passara a ser a regra para as empresas multinacionais típicas de períodos posteriores (GARCIA, 2002, p. 46).

O interesse pela América Latina ocorreu devido à possibilidade de expansão de mercado das grandes potências e, conseqüentemente, empresas da época. A região tornou-se promissora e atraente para oportunidades de negócios, na medida em que a expansão imperialista, anterior à Primeira Guerra Mundial, já havia saturado a exploração de territórios disponíveis (GARCIA, 2002). Dessa forma, os Estados Unidos passaram a desafiar a influência britânica em várias partes do mundo, inclusive na América Latina. Nos anos 1920, os países da região viviam momento de expansão, crescimento populacional, econômico e industrial, e sendo o Brasil um dos mais populosos e com o maior Produto Interno Bruto (PIB), tornou-se objeto de interesse das grandes potências e multinacionais, como a Amforp.

### **1.3 Amforp no Brasil**

Como foi visto, a década de 1920 acompanhou a consolidação da nova política norte-americana, aumentando investimento direto no exterior (SAES; SASSE, 2012). A expansão norte-americana avançou em direção ao Brasil, rivalizando frente a frente com a Grã-Bretanha, em diferentes setores e mercados, como investimentos diretos, setor automobilístico, comércio exterior e empréstimos financeiros (GARCIA, 2002).

A entrada da *American & Foreign Power Company* no Brasil, em 1927, coincide com o período entreguerras, quando os resultados da disputa por influência global entre as grandes potências do período inclinavam-se para a hegemonia de poder dos Estados Unidos. Mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, a influência britânica política no Brasil já havia sido ultrapassada pelos norte-americanos. Em 1913, já tinham US\$ 50 milhões em investimentos no Brasil, e em 1915 eram líderes de exportação e importação no mercado brasileiro (BANDEIRA, 1973).

A partir do conflito, a transição foi de caráter econômico, uma vez que a política externa brasileira não estava direcionada para a Grã Bretanha, pois “desde a proclamação da República o novo regime no Brasil buscou aproximar-se de Washington, animado pelo ideário do pan-americanismo, que se traduziu *inter alia* na americanização de suas relações exteriores” (GARCIA, 2002, p. 62). Economicamente, a transição de poder foi um lento

processo, porém impactante: “subsiste o fato de que essa transição global afetou profundamente as relações internacionais do Brasil, cujos efeitos de certo modo são sentidos até os dias de hoje” (GARCIA, 2002, p. 64).

Antes da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos já tinham empresas instaladas no Brasil, as quais também se beneficiaram com o conflito. Após a guerra, o mercado europeu fechou as portas para o Brasil em consequência da crise, fazendo com que os investidores de capitais europeus sumissem. Destarte, os Estados Unidos apareceram como a solução:

Quando analisada a extensão da presença estrangeira na economia brasileira, os Estados Unidos foram de longe os grandes beneficiários das transformações engendradas pela hecatombe de 1914-1918. Antes da guerra, algumas companhias norte-americanas já se encontravam instaladas no Brasil, mas foi durante aquele conflito que o ritmo de abertura de novos empreendimentos ganhou impulso (GARCIA, 2002, p. 44).

Os Estados Unidos tornaram-se o maior credor do mundo, expandindo o sistema bancário para os países da América Latina, e o Brasil converteu-se no maior tomador de capital norte-americano (GARCIA, 2002). O aumento de empréstimos ocorreu a partir de 1924, e em 1929, um terço da dívida externa brasileira no exterior havia sido contraída nos Estados Unidos. Neste ano, os Estados Unidos aumentaram o dinheiro investido no Brasil para US\$ 476 milhões, tornando-se, em 1930, o maior parceiro comercial do país (GARCIA, 2002).

Cabe ressaltar que alguns investimentos feitos no Brasil também ajudaram a impulsionar e reproduzir o *American Way of Life*.<sup>39</sup> Em 1926, 95% dos filmes exibidos no país eram norte-americanos (GARCIA, 2002), isto é, a influência norte-americana ocorreu tanto na esfera econômica como no âmbito sociocultural.

---

<sup>39</sup> O *American Way of Life* era o estilo de vida norte-americano. Em 1928, o presidente norte-americano Herbert Hoover cunha o termo “*Good neighbor*”, ou o “Bom vizinho” para o Brasil. Em 1933, o presidente Roosevelt apropria-se do termo, tornando-o plataforma de Política Externa. O Brasil era visto como um importante parceiro no continente americano. Conquistá-lo por vias pacíficas significava garantir território de influência norte-americana, num contexto de expansão da influência alemã, e com valores autoritários. Os Estados Unidos exportaram o *American Way of Life* para Brasil. Assim, os norte-americanos mandam para o Brasil vários profissionais, e também levam aos Estados Unidos vários brasileiros, para que o modelo cultural norte-americano pudesse ser difundido no Brasil. A Política de Boa Vizinhança propôs abandonar a intervenção dos Estados Unidos nas Américas, e a igualdade jurídica entre todas as nações do continente. Entretanto, haveria consultas periódicas realizadas pelos Estados Unidos para resolver problemas, e, destarte, cooperar pelo bem-estar da América Latina. Através dessa política, os Estados Unidos substituem o *Big Stick*, política baseada na intervenção armada, pela conquista dos corações, e, assim, não abandonam suas pretensões imperialistas. Cf. TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; e MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**: a penetração cultural americana. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção tudo é história)

Para Pierre Bourdieu (1989), a organização possui poder simbólico, e através dele, torna-se modelo a ser seguido. Cabe ressaltar que as multinacionais são influenciadas e influenciam seu entorno. Desta forma, fazem parte de um contexto histórico e se modificam ao longo do tempo.

Segundo Jean François Chanlat (1993, p. 41), “as empresas multinacionais transformam-se assim em vetores da cultura de seu país de origem”, ou seja, passam a ser vistas como modelos a serem seguidos. Ademais, as diversas atividades e interesses dessas companhias tinham o apoio oficial de Washington (GARCIA, 2002), e a visita do presidente Herbert Hoover<sup>40</sup> ao Brasil, em 1928, também foi significativa para o início do estreitamento de relações entre os dois países.

Desde o início do século XX, as capitais brasileiras passavam por processo de “reorganização social e espacial”, na tentativa de acompanhar o processo de modernização que também ocorria em grandes cidades latino-americanas, como Buenos Aires. (MONTEIRO, 2012).

Durante a República Velha (1889-1930), o Estado teve papel não intervencionista no que diz respeito a assuntos econômicos, estes ligados de forma íntima ao progresso tecnológico e às invenções no domínio da transformação e da utilização da energia”. Além do mais, “com a indústria ainda nos seus primeiros passos e a abundância da lenha, era natural que não houvesse, por parte do poder público, preocupações maiores com o suprimento de energia” (AXT, p. 53).

Conseqüentemente, o setor de energia elétrica brasileiro era insuficiente para dar continuidade à industrialização e modernização do país, e tais necessidades acabaram apropriadas por empresários que visaram ao lucro com o desenvolvimento do setor (SILVA, 2011).

A ausência de legislação específica e a falta de tecnologia e recursos para os custos dos investimentos no setor facilitaram a entrada de grupos estrangeiros no país para a exploração dos serviços, feita da seguinte forma:

os serviços de eletricidade, desde a geração até a distribuição, eram firmados pelos atos de concessão e no correspondente contrato entre o concessionário e o poder público. Esse poderia ser representado indistintamente pelo governo federal ou pelos

---

<sup>40</sup> Herbet Hoover foi um dos secretários do Comércio mais ativo dos Estados Unidos. Em 1928, tornou-se presidente do país. No mesmo ano, viajou para países da América Latina para que aderissem ao Pacto *Briand-Kellog*, “tratado multilateral de condenação à guerra” (GARCIA, 2006, p. 468). No entanto, a visita de Hoover serviu basicamente para apresentar os Estados Unidos como um “Bom vizinho” e parceiro de confiança para os amigos da América Latina. Delineado, mais tarde como Política da Boa Vizinhança.

governos estaduais e municipais, dependendo da natureza e abrangência do objeto do contrato (LEITE, 2007, p. 67).

Por consequência, a história da urbanização e modernização do país foi marcada pela disputa de dois grupos estrangeiros que participaram do desenvolvimento do setor elétrico no Brasil, tendo autonomia em suas concessões e ampla participação dentro dos meios políticos (SAES; SASSE, 2012), porém o desenvolvimento realizou-se dentro de contradições, em razão dos conflitos de interesses entre os trustes e o progresso e desenvolvimento nacional (BRANCO, 1975).

O crescimento do setor ocorreu a partir do investimento da *Light & Power Co.*, grupo de capital canadense, e da Amforp, de capital norte-americano. Segundo Szmrecsányi (1986, p. 133), “isso levou, como não poderia deixar de ser, a uma centralização quase absoluta da oferta de energia elétrica do país pelas empresas de capital estrangeiro, e também uma crescente estagnação do setor”. O economista ainda observa que a estagnação se deu através da “declinante rentabilidade dos capitais investidos” (SZMRECSÁNYI, 1986, p. 133), primeiro, com a crise de 1929, e, mais tarde, com a instituição da primeira lei federal voltada para o setor, o Código de Águas, em 1934.

A *Light* foi a empresa estrangeira pioneira no mercado de energia elétrica brasileiro. Penetrou no país em 1889, primeiro em São Paulo e mais tarde no Rio de Janeiro (MCDOWALL, 2008). Era uma empresa multinacional de grande porte, de origem e nacionalidade canadense, com sede na cidade de Toronto (SZMRECSÁNYI, 1986). No entanto, a maioria dos fundadores e principais acionistas não eram canadenses; tinham ligação com o mercado financeiro londrino, e por razões de interesse fiscal e financeiro, organizaram a sede no país em questão. Possuía subsidiárias em Cuba, México e no próprio Canadá, e tinha como um dos seus principais associados o empreendedor norte-americano Farquhar<sup>41</sup> (SZMRECSÁNYI, 1986).

A *Light* dominava as duas mais importantes áreas metropolitanas, e sua lucratividade crescente atraiu o grupo Amforp para o Brasil, no final dos anos 1920, quando a *Light* já compreendia 40% da capacidade total no cenário elétrico do país. Deste modo, a Amforp teve que adotar diferente estratégia, que consistiu em

adquirir empresas instaladas nos principais centros urbanos, fora do domínio da *Light*. Dessa forma, assumiu o controle de 11 concessionárias no período 1927-1928. Além de grande parte do interior de São Paulo, as aquisições compreenderam

---

<sup>41</sup> Sobre Farquhar, ver: GAULD, Charles A. **Farquhar**: o último titã. Um empreendedor na América Latina. São Paulo: Cultura, 2006.

os serviços de Recife, Salvador, Natal, Maceió, Vitória, Niterói – Petrópolis, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre – Pelotas (LEITE, 2007, p. 67).

Diferente da *Light*, que atendia os principais mercados brasileiros – as áreas centrais –, a Amforp conectava mercados “secundários”, capitais da região sul, sudeste e nordeste e outras importantes cidades do interior (SAES; SASSE, 2012). Esteve encarregada de distribuir e gerar energia elétrica e organizar o transporte público (SAES; LOUREIRO, 2012). Os serviços de energia prestados também estavam ligados à expansão de eletrodomésticos (SAES; LOUREIRO, 2012).

No entanto, segundo Saes e Sasse (2012), a Amforp entrou no mercado de energia em período negativo, pois logo após a sua instalação, enfrentou a Crise de 1929 e o Código de Águas, em 1934, que limitava os lucros de empresas estrangeiras, estabelecendo patamar máximo, e impondo o fim da cláusula-ouro (SAES; SASSE, 2012), introduzida com a chegada das empresas estrangeiras, que vigorou até a criação do Código de Águas. Os contratos municipais foram então substituídos pelo “Contrato Padrão” – apresentado às cidades do interior –, que cobrava tarifas com metade em moeda nacional e metade através da cotação do dólar (BRANCO, 1975), ou seja, as tarifas de energia cobradas oscilavam conforme as flutuações da taxa cambial, o que desvalorizava a moeda nacional e era extremamente vantajoso para as empresas estrangeiras (SZMRECSÁNYI, 1986).

Szmrecsanyi (1986) chama a atenção para o fato de que mesmo com lucratividade limitada a 10% do capital investido por parte das companhias estrangeiras, a partir da criação do Código de Águas, o lucro continuava garantido por lei. O código era de caráter industrial, ou seja, seu objetivo não era prejudicar o capital estrangeiro, mas proteger a indústria nacional. Da mesma forma, também possuía formas alternativas de ampliação de capital e lucro, como será visto mais adiante (SZMRECSÁNYI, 1986).

Em 1940, a *Light* e a Amforp detinham 70% da capacidade geradora do país (SZMRECSÁNYI, 1986), dominando 50% e 20% do mercado, respectivamente, sendo os outros 30% distribuídos entre outras 1.300 pequenas empresas.

Para penetrar no mercado brasileiro, a Amforp criou no Rio de Janeiro a Empresas Elétricas Brasileiras (EEB), que, mais tarde, tornou-se a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), e incorporou diversas empresas. Segundo Rodrigo Capiotti da Silva (2007, p. 24), a incorporação dessas empresas teve como objetivo “montar a base legal para viabilização das operações da Amforp no território brasileiro”. Sobre a estratégia da Amforp, ele afirma que “todas as concessionárias do país incorporadas pelas duas subsidiárias eram propriedades de particulares, incluindo algumas estrangeiras, e enfrentavam, em sua

maioria, sérias dificuldades técnicas e financeiras” (SILVA, 2007, p. 24). A tática era endossar todo controle acionário de uma determinada companhia, incorporando-a no patrimônio da Amforp, porém mantendo personalidade jurídica própria (SILVA, 2007). Entre 1927 e 1939, a Amforp ampliou seus serviços de 78 para 309 cidades brasileiras.

Conforme Ângela Ferreira, Yuri Simonini e Alessandro Silva (2012), que também analisaram os relatórios da empresa, a chegada da Amforp em novas localidades tinha como desafio principal alterar o padrão da cultura organizacional.

A Amforp atuou primeiramente no interior do estado de São Paulo – em 1927 –, que mais tarde, tornou-se o maior mercado da companhia. Como estratégia, incorporou vinte companhias de energia elétrica, sendo a mais importante a Companhia Paulista de Força e Luz (1912), e agiu diretamente na obra da Hidroelétrica do Marimbondo (SAES; SASSE, 2012).

Após garantir o mercado paulista, começou a atuar fora do eixo Rio-São Paulo. Compreendeu os estados de Pernambuco e da Bahia, adquirindo a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil e Pernambuco *Tramways and Power Corporation*, e a Companhia de Energia Elétrica da Bahia, respectivamente. Alcançou o Espírito Santo, pela Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, e Minas Gerais, através da Companhia de Força e Luz de Minas Gerais. Na região centro-sul, adquiriu a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, no Rio de Janeiro, e a Companhia Força e Luz do Paraná, no Paraná. Por fim, no Rio Grande do Sul, comprou a Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense e a *The Rio Grandense Light and Power Syndicate Ltd.* (Quadro 4). através da CBFEE.

Quadro 4 - Subsidiárias da Amforp no Brasil através da CAEEB e CBFEE. Capacidade Geradora e cidades, 1932

Companhia	Subsidiárias	Principais cidades	Regiões	Força hidráulica Capacidade Geradora (KW)	Termoelétrica Capacidade Geradora (KW)
<b>Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras</b>	Pernambuco Tramways & Power Co. Ltda.	Recife	Pernambuco		20,5000
	Telephone Company of Pernambuco Limited	Recife	Pernambuco		
	Companhia Energia Elétrica da Bahia	Salvador	Bahia	9,000	

<b>Companhia</b>	<b>Subsidiárias</b>	<b>Principais cidades</b>	<b>Regiões</b>	<b>Força hidráulica Capacidade Geradora (KW)</b>	<b>Termoelétrica Capacidade Geradora (KW)</b>
	Companhia Força e Luz do Nordeste	Natal Maceió	Rio Grande do Norte Alagoas		2,340
	Companhia Central Brasileira de Força	Vitória	Espírito Santo	5,240	5,672
	Companhia Brasileira de Energia Elétrica	Niterói	Rio de Janeiro	13,800	1,000
	Companhia Força e Luz de Minas Gerais	Belo Horizonte	Minas Gerais	11,400	
	Companhia Força e Luz do Paraná	Curitiba	Paraná	8,000	
	Companhia Tração Luz Força de Florianópolis	Florianópolis	Santa Catarina		
<b>Companhia Brasileira de Força Elétrica</b>	Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense	Porto Alegre	Rio Grande do Sul		24,600
	The Rio Grandense Light & Power Synd.	Pelotas	Rio Grande do Sul		6,950
	Companhias Paulista de Força e Luz	São Paulo	São Paulo	42,066	

Fonte: Lanciotti e Saes (2014)

Como visto, a Amforp penetrou em diferentes regiões brasileiras, alcançando pequenas empresas, e tornou-se, em 1937, a empresa estrangeira com maior número de ativos investidos no exterior (SAES; SASSE, 2012). No Brasil, sua estratégia foi conseguir concessões de energia elétrica em lugares próximos, para conseguir conectar os sistemas posteriormente, conforme pode ser visto no mapa a seguir (Figura 8), em comparação à *Light*, que focou nos principais centros. Apesar de obter controle acionário das empresas, mantinha ou criava pessoa jurídica para controle administrativo local em cada região que atuava (FERREIRA; SIMONINI; SILVA, 2012).

Figura 8 - Dominação estrangeira no setor de energia elétrica no Brasil  
Mapa cidades alcançadas pela Amforp e Light



Fonte: Ferreira, Simonini e Silva (2012, s/p.)

Entre 1930 e 1935, a Amforp viveu momento auge da depressão, mas, por outro lado, de aumento da demanda por energia. Com a criação do Código de Águas, em 1934 e a formação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE)<sup>42</sup>, órgão responsável pela definição de tarifas e outras concessões, em 1939, o governo deu início ao envolvimento e participação no setor de energia elétrica (SAES; SASSE, 2012).

No cenário da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorreram a retração do capital internacional e restrições financeiras, fazendo com que o governo tentasse atender às crescentes demandas do setor de energia elétrica. O contexto proporcionou abertura para o conflito entre Estado e capital estrangeiro, que se intensificou ao longo do pós-guerra. As empresas estrangeiras, no caso a Amforp, apresentaram menor interesse em investir no setor de energia, apesar do cenário ainda ser favorável para os seus investimentos. Algumas regiões

<sup>42</sup> Sobre o CNAEE, ver: CORRÊA, Maria Letícia. **O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: O Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)**. 2003. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

tornaram-se politicamente instáveis, e as subsidiárias da Amforp no Rio Grande do Sul tornaram-se um perigo (SAES; SASSE, 2012).

A Amforp assumiu concessões para exploração de serviços no Rio Grande do Sul, nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e Canoas. Os Relatórios Anuais da Amforp demonstram que as atividades na cidade de Porto Alegre iniciaram em 1928, através da aquisição de propriedades de força e energia elétrica, gás e bondes. Em 1930, adquiriu propriedades da *The Rio Grandense Light & Power Syndicate Ltd*, na cidade de Pelotas (AMFORP, 1928-1930, Annual Report), e mais tarde, em 1935, Canoas. A empresa assumiu quase 50% da capacidade geradora de energia em todo estado, e 70% da capacidade consumida (AXT, 1995). O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado a vivenciar um grande processo de encampação, que se arrastou por mais de uma década, e impactou nas relações internacionais entre Brasil e Estados Unidos para solucionar a questão, e, por isso, buscou-se compreender as características específicas do setor de energia do estado e o impacto da chegada da Amforp na sociedade rio-grandense.

Finalizando este capítulo, pode-se perceber que a fundação de filiais e subsidiárias da Amforp em países além de sua fronteira, foi um processo natural de expansão, desenvolvimento e diversificação de multinacionais norte-americanas. A chegada da Amforp no Rio Grande do Sul teve profundo impacto no desenvolvimento do setor de energia elétrico. A companhia assumiu os principais serviços de iluminação e transporte da capital do estado, penetrando em diferentes esferas da sociedade, através de estratégias ligadas à matriz. No próximo capítulo serão analisadas as estratégias da Amforp empregadas nas subsidiárias de Porto Alegre.

## 2 ESTRATÉGIAS DA AMFORP NO SETOR ELÉTRICO EM PORTO ALEGRE

No final da década de 1920, a Amforp assumiu empresas de serviços públicos ligados à produção e distribuição de energia elétrica para iluminação e transporte nas principais cidades do Rio Grande do Sul.

Conforme Toni Pierenkemper (2003), a empresa como objeto de estudo vai muito além do conceito de empresas e empresários. Engloba as filosofias empresariais e suas ações junto à sociedade. Ao traçar a trajetória da Amforp em Porto Alegre, é possível observar suas estratégias de mercado e as formas como superou situações adversas, ocorrências políticas e econômicas ao longo de sua existência. Além do mais, conforme Edith Penrose (1956, p. 225-226), uma vez que a empresa matriz (Amforp) estabelecia uma nova subsidiária, possuía vida própria, “e seu crescimento iria continuar respondendo ao desenvolvimento dos seus recursos internos e oportunidades apresentadas pelo seu novo ambiente”.<sup>43</sup>

Os serviços de energia assumidos pela norte-americana estiveram associados à modernidade e ao progresso, haja vista que nos anos 1920 o Rio Grande do Sul vivenciava grandes transformações de dimensão material e cultural no seu traçado urbano (PESAVENTO, 1999). Deste modo, pode-se dizer que a Amforp acompanhou a “efervescência da vida pública e nova cultura urbana” que se formava no território gaúcho, especialmente em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XX (MONTEIRO, 2012, p. 56).

A estratégia da Amforp para penetrar no estado foi a mesma empregada em outros estados brasileiros e países. Conforme Ferreira, Simonini e Silva (2012), para estabelecer uma nova subsidiária, primeiramente, estudava-se a região de interesse. Análise prévia de viabilidade de aquisição de empresas do setor também era realizada com o objetivo de obter-se o controle acionário de mais de 83% do total. Depois disso, as subsidiárias passavam por estágios de “Operação e Desenvolvimento”<sup>44</sup>, reorganizados pelos autores em etapas de quatro tipos que foram utilizadas para análise das subsidiárias da Amforp em Porto Alegre. São elas: **adaptação às peculiaridades políticas; reorganização operacional; desenvolvimento tecnológico; e relação com os consumidores** (FERREIRA; SILVA; SIMONINI, 2012). Para tanto, torna-se relevante contextualizar o setor elétrico na cidade antes da chegada da companhia norte-americana.

<sup>43</sup> Citação original: “Once established, however, a new subsidiary has a life of its own, and its growth will continue in response to the development of its own internal resources and the opportunities presented in its new environment”.

<sup>44</sup> Traduzido do original: “Development and Operation” (AMFORP, Annual Report, 1929, p. 7-8).

O desenvolvimento da indústria elétrica no Rio Grande do Sul foi caracterizado pelo capital privado por mais de 60 anos (AXT, 1995). Além do mais, era essencial para dar continuidade ao projeto modernizador do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que previa obras de saneamento, iluminação, alargamento de avenidas, construção de prédios públicos e arborização de praças, entre outros serviços associados ao progresso. Segundo Margaret Bakos (1996), o período em que Porto Alegre sofreu grandes transformações no seu traçado urbano ocorreu durante o “fenômeno continuísta”, quando foi administrada ao longo de quatro décadas (1887 e 1937) por apenas três intendentess, guiados por ideais positivistas de progresso e modernidade. Foram eles: José Montauray de Aguiar Leitão (1887-1924); Otávio Rocha (1924-1928); e Alberto Bins (1928-1937).<sup>45</sup>

O processo de urbanização no Rio Grande do Sul foi esboçado na tentativa de acompanhar o processo de modernização dos grandes centros europeus como Paris, e grandes cidades latino-americanas como Buenos Aires e Rio de Janeiro. A ideia de progresso e modernidade esteve atrelada ao desenvolvimento tecnológico e industrial, a partir do século XIX. Estabeleceram-se novos padrões citadinos que modificaram o cenário urbano e influenciaram o comportamento da sociedade. A eletricidade, inerente ao processo industrial, cooperou para novo estilo de vida que se formou a partir do *fin-de-siècle*.

Novas estruturas políticas, econômicas e sociais clamaram mudanças na forma de pensar e planejar o espaço urbano. De acordo com o filósofo francês Michel Foucault (*apud* DOMENACH, 1995), o moderno fazia parte do dispositivo dos séculos XIX e XX, e a luminosidade, um dos símbolos da modernidade. A luz era a razão, o iluminismo em si. A

---

<sup>45</sup> **José Montauray de Aguiar Leitão:** nasceu em Niterói, no Rio de Janeiro, em 1858. Formou-se em Engenharia Civil (Escola Politécnica do Rio de Janeiro), em 1880. Após diplomado, veio para o Rio Grande do Sul trabalhar como funcionário da Comissão de Terras e Colonização. Foi convidado para ser Intendente Municipal de Porto Alegre por Julio de Castilhos, e assumiu a intendência em 1897. Foi reeleito seis vezes. Em 1925, elegeu-se como deputado estadual na legislatura de 1925-1928. Faleceu em Porto Alegre em 28 de setembro de 1939 (FRANCO, 2010, p. 113); **Otávio Francisco da Rocha:** nascido em Pelotas, em 1877, no Rio Grande do Sul. Seguiu a carreira militar, e habilitou-se ao curso preparatório da Escola Militar no Rio de Janeiro, recebendo diploma de Engenheiro Militar e Oficial de Estado Maior, em 1901. Um ano depois, de Bacharel em Matemática e Ciências Físicas. Foi professor do magistério militar na Escola Preparatória e Tática de Rio Pardo e na Escola Militar de Porto Alegre. Ligado ao Partido Republicano, elegeu-se deputado estadual na legislatura de 1909 a 1912. Na legislatura de 1912-14, passou para deputado federal do mesmo partido. Também assumiu o cargo de Secretário da Fazenda do governo do Estado de 1913-1914, deputado federal novamente entre 1918-1920 e 1921-1924. Em 1924, foi eleito Intendente Municipal de Porto Alegre. Promoveu reformas urbanas. Morreu em fevereiro de 1928 (FRANCO, 2010, p. 182-183); e **Alberto Bins:** Nascido em Porto Alegre, em 1869. Dedicado a atividades comerciais, como metalurgia. Foi ligado ao Partido Republicano, e recebeu a patente de major durante a Revolução Federalista. Eleito para o conselho municipal da capital do Estado pelo Partido Republicano entre 1908 a 1912, e de 1924 a 1928, foi presidente da Associação Comercial. Em 1924, elegeu-se vice-intendente da Capital. Quando Otavio Rocha morreu, em 1928, ele assumiu a intendência. Conservou-se como intendente durante a Revolução de 1930, e após, seguiu como prefeito de Porto Alegre até 1937. Morreu em 20 de abril de 1957 (FRANCO, 2010, p. 41).

cidade moderna passou a ser o bem simbólico de referência, na qual novo sistema de ideias e imagens de representação foram criados.

Visto que em Porto Alegre essas mudanças ocorreram através da consolidação da República e dos ideais positivistas, segundo a historiadora Sandra Pesavento (1999), a cidade como peça chave no cenário do progresso e as políticas de governo passaram a implantar uma série de serviços e obras públicas.

Uma das grandes mudanças na virada do século e durante o período de desenvolvimento industrial, a população descobriu o desfrute do tempo noturno. Os espaços públicos se tornaram extensões dos ambientes privados, conforme Núncia Constantino (1994), pois a iluminação pública permitiu maior segurança às ruas, oportunizando divertimentos à noite. As praças, os cafés e as ruas, antes limitados ao tempo diurno, tornaram-se símbolos modernos e representaram a nova “cultura pública” que se formava (SENNET, 1989). Na chaminé da *Fiat Lux* (1887)<sup>46</sup>, primeira usina elétrica de Porto Alegre, podia ser lido em letreiro luminoso: “Salve o século XX” (CONSTANTINO, 1994).

Como ressaltado por Pesavento (1999, p. 263), a cidade:

é, pois, cenário e lugar de realização da diversificação econômica almejada. Todavia, a proposta não se restringe apenas ao que se chamaria a dimensão material de transformação capitalista no sul, ou seja, a sua modernização. Há uma dimensão cultural e simbólica no projeto de modernidade que implica a transformação da existência num mundo em mudança e que encontra a sua forma de realização no meio urbano.

O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) teve papel crucial no processo de industrialização e modernização do estado. Optou pelo desenvolvimento industrial para atender suas metas através da cooperação de empresários. Segundo Pesavento (1986, *apud* MERTZ, 1991, p. 436), “o PRR procurou solidificar suas alianças para com essa fração da burguesia, com os empresários arregimentando-se no partido da situação e utilizando-se dos seus canais para realizarem reivindicações específicas do setor”.

O projeto do PRR atraía os interesses industriais, assim como o desenvolvimento da indústria colaborava com o projeto do PRR. Desta forma, os empresários tiveram papel crucial na conjuntura do século XX:

os industriais surgiram não somente como sócios de um esquema de alianças e estratégias, mas como sócios privilegiados. Seja através do discurso positivista,

<sup>46</sup> A primeira usina foi construída pela Sociedade *Fiat Lux*, que inaugurou instalações em Porto Alegre em 1º de dezembro de 1887. Sua oficina localizava-se na rua Sete de Setembro, e fornecia eletricidade para casas comerciais e particulares (AXT, 1998, p. 53-55).

matriz da conduta administrativa e política, seja através da aplicação de um ‘projeto regional’, a indústria e seus empresários foram contemplados de maneira especial, fato que não se registrou para o resto do país (PESAVENTO, 1986, *apud* MERTZ, 1991, p. 436-437).

A construção do imaginário moderno da cidade de Porto Alegre teve diferentes contribuições. No início do século XX, viajantes europeus<sup>47</sup> – como o propagandista italiano Vittorio Bucelli – vieram para o Brasil, e levaram suas impressões para outras partes do mundo. No caso de Bucelli, escreveu relatos sobre sua viagem ao Rio Grande do Sul no livro “*Un viaggio a Rio Grande del Sud*” (BUCCELLI, 1906). A iluminação e o desenvolvimento industrial ganharam destaque na sua narrativa. Descreveu a sociedade porto-alegrense como requintada, glamourosa e, principalmente, moderna. As transformações da cidade e os novos espaços de sociabilidade foram citados como reflexos de período de mudanças. Apesar do prognóstico sobre a imediata transformação na cidade, o processo de urbanização de Porto Alegre foi lento, mas viu o florescer da modernidade no início do século XX.

No início das décadas de 1910 e 1920, cronistas descreveram Porto Alegre, e também contribuíram para a construção do imaginário moderno constantemente associado à energia elétrica. A rua dos Andradas, principal rua de Porto Alegre, e conhecida na época como rua da Praia, era o pano de fundo para as crônicas, visto que despertavam o imaginário da população através das descrições sobre as vitrines iluminadas das lojas, bares e cafés acesos à noite, e de pessoas e bondes que iam passando ao longo da rua iluminada. O efeito da iluminação, não somente das novas vitrines das lojas, mas de toda rua da Praia, causava a sensação de vida noturna na cidade (PESAVENTO, 1999).

No entanto, assim como o governo da União, os governos estaduais não faziam investimentos diretos em serviços públicos no setor industrial. O setor de energia elétrica do Rio Grande do Sul sofria devido à falta de capital, e enfrentava sérios problemas financeiros. Na verdade, desde sua formação, o desenvolvimento do setor de energia foi vagaroso e problemático, mesmo Porto Alegre sendo a primeira capital brasileira a dispor de uma usina elétrica. O historiador Gunter Axt (1995, p. 43-44) frisou que:

As dificuldades enfrentadas pelas empresas de energia elétrica e por seus empreendedores, sugerem que **recursos do mercado financeiro sul-riograndense disponíveis na época não eram suficientes para permitir o estabelecimento eficaz e em maior escala da indústria de energia elétrica. Os serviços prestados**

---

<sup>47</sup> A respeito do olhar de viajantes estrangeiros sobre a cidade de Porto Alegre, ver: FRANCO, Sérgio da Costa; NOAL FILHO, Valter Antônio. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941**. Santa Maria: Anatterra Livros, 2004.

**pela Cia. Força e Luz Porto Alegre, estiverem, desde o início, [...] à margem das reais necessidades da capital do estado** (AXT, 1995, p. 43-44). [grifou-se].

A Companhia Força e Luz Porto-Alegrense<sup>48</sup> foi uma das principais empresas do setor de energia elétrica do Rio Grande do Sul. Surgiu em 1906 da fusão entre a Companhia Carris de Ferro Porto-Alegrense (1872)<sup>49</sup> e a Companhia Carris Urbano de Porto Alegre (1891), responsáveis pela exploração de serviço de transporte por tração animal (NUNES; VILARINO, 1992). Assumiu os serviços públicos da capital ligados à produção de energia para tração elétrica dos bondes e luz para iluminação, tornando-se a maior empresa do setor na época. Deu início às obras de uma usina e de trilhos elétricos para os bondes em dezembro de 1906, convertendo-se na primeira linha de bondes elétricos, inaugurada em março de 1908.<sup>50</sup> A usina localizava-se na Rua Voluntários da Pátria, e possuía chaminé de 47,10m de altura, construída com tijolos refratários, material considerado inovador para o período (AXT, 1998). Todavia, ao longo de sua existência, enfrentou problemas, como interrupção das linhas de transmissão dos bondes por longo período de tempo, curto-circuito dos cabos aéreos com os telefônicos e acidentes relacionados às travas dos bondes, entre outros (AXT, 1998).

No contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1917), apesar da necessidade de ampliação, os planos de expansão traçados pela Companhia Força e Luz foram postergados e importações de maquinários mais eficientes interrompidas (AXT, 1998). Durante essa fase, a importação era quase impossível, e o conseqüente declínio da arrecadação de impostos de importação conduziu o governo federal a valorizar os impostos de consumo, aumentando as taxas dos produtos (PESAVENTO, 1985). Em suma, esses fatores pioraram a situação da empresa. Para dar continuidade ao seu plano, precisou adquirir empréstimos que, no entanto, não resolveram a falta de recursos. A questão da energia não era apenas uma preocupação da Companhia Força e Luz, mas do desenvolvimento da própria indústria, que dependia da sua utilização (PESAVENTO, 1985).

Em 1924, os empréstimos levaram a empresa a ter saldo negativo do seu patrimônio líquido (AXT, 1998), que não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento e demanda da cidade. Por falta de concorrência, a Companhia Força e Luz firmou novo acordo com a Intendência de Porto Alegre, no dia 1º de maio de 1925, no qual estipulou-se a reformulação do contrato de 1906. Para reaver sua situação financeira, determinou o aumento do preço das

<sup>48</sup> Um dos fundadores foi Possidonio Mancio da Cunha, acionista da Carris Porto-Alegrense e importante político, ligado ao PRR (AXT, 1998).

<sup>49</sup> Sociedade Anônima. Ver: NUNES, Marion Kruse; VILARINO, Maria da Graça (coords.). **Companhia Carris Porto-alegrense**: Carris 120 anos. Texto de Marion Kruse Nunes e Maria da Graça Vilarino. Porto Alegre: Carris, 1992.

<sup>50</sup> Obras: 12 linhas e 38 carros, um do tipo limpa-trilhos e um “imperial”, de dois andares (AXT, 1998).

passagens de transporte público. Por outro lado, comprometeu-se em ampliar o número de carros em circulação e duplicar a potência da usina. Não obstante, o aumento das tarifas causou indignação na população e repercutiu negativamente na imprensa, além de não ter solucionado os problemas de energia. Por isso, para concretizar as melhorias prometidas, a Cia. Força e Luz precisou de novos empréstimos e terminou por firmar acordo com a Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG), com a venda do seu acervo. A década de 1920 foi marcada pela concentração empresarial, em que pequenas empresas eram incorporadas por empresas maiores ou associações entre as pequenas (PESAVENTO, 1985).

A CEERG havia sido fundada no Rio de Janeiro em 1923 e tinha como principal acionista a empresa de mineração de carvão chamada Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), atuante no estado desde 1889.<sup>51</sup> A empresa foi originada com a intenção de:

perseguir uma reserva de mercado exclusiva para o consumo do carvão rio-grandense, através da indústria de eletricidade do estado [...] num período de retração do mercado, foi o coroamento da política de protecionismo de seu carvão desencadeada pela Cia. São Jerônimo (AXT, 1995, p. 50-51).

O próprio governo estadual tentou estimular o mercado de exploração de carvão no Rio Grande do Sul por conta própria e por meio de capital particular (PESAVENTO, 1985). Nesse sentido, a CEERG tentou monopolizar o setor e criar mercado para a indústria carbonífera nacional. Em 9 de novembro de 1923, adquiriu o acervo da *Fiat Lux*. Desta forma, através da compra da Cia. Força e Luz e da *Fiat Lux*, o controle de todos os serviços de iluminação e transporte da capital foram passados para a CEERG, conduta declarada “truste cabo-elétrico” pela imprensa:

a CEERG e a Cia. Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo assumiam o controle sobre as duas maiores empresas de eletricidade no estado (Fiat Lux e CFL). Esta piramidação do capital caracterizou o que o jornal *Correio do Povo* denominou de ‘truste cabo-elétrico’ (AXT, 1998, p. 58).

Uma das primeiras medidas da CEERG foi alterar a presidência da Cia. Força e Luz, para que atendesse aos interesses da Cia. Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Por conseguinte, deslocou o acervo da Cia. Força e Luz para junto da sede da CEERG no Rio de

---

<sup>51</sup> A Cia. Estrada de Ferro São Jerônimo desde o final do século XIX tentava estimular o consumo de carvão nacional, no entanto era de pior qualidade que a lenha e mais caro que o carvão inglês, seu concorrente (AXT, 1995).

Janeiro, localizada na rua Rio Branco, 137. Por fim, em 1926, trocou a razão social da Cia. Força e Luz para Companhia Carris Porto Alegrense.<sup>52</sup>

Poucos anos após as aquisições da CEERG, o setor elétrico estava em crise novamente por problemas financeiros. A população fazia reclamações sobre as altas tarifas cobradas pelos serviços de luz e transporte, considerados os mais caros do estado. O agravo da situação ocorreu com o aumento das passagens, causando indignação total. Além do mais, a CEERG era acusada de não se sujeitar às fiscalizações por parte das autoridades públicas, comportando-se como “verdadeiro poder paralelo” (AXT, 1995, p. 58).

Se por um lado, jornais como “A Federação” e “Diário de Notícias” pareciam se alinhar aos interesses da CEERG, uma vez que não atacavam frontalmente as ações da empresa (AXT, 1995), por outro, o “Correio do Povo” acusava as companhias de favorecerem o mercado de carvão, para enriquecimento próprio, ao invés de priorizar a qualidade dos serviços de energia e transporte da capital em benefício da população:

O periódico argumentava que se ambas [CEERG e Cia. Carris Porto Alegrense] apresentavam contas deficitárias, era devido comprarem carvão superfaturado, auferindo, em verdade, lucros indiretos através da Cia. São Jerônimo, o que, portanto, depunha contra as pretensões de aumento nas tarifas (AXT, 1995, p. 58).

Enquanto isso, a CEERG planejava dar continuidade ao projeto elaborado pela Cia. Força e Luz para a construção de nova usina termelétrica de geração de eletricidade da capital. O objetivo era o abastecimento exclusivo do carvão nacional, em prol da sua própria empresa, a CEFMSJ. Definiu como melhor local para construção da nova usina o terreno próximo à praça da Harmonia, hoje Praça Brigadeiro Sampaio. A CEERG definiu por comprar 25 diferentes prédios na zona da Ponta da Cadeia (GUIMARÃES, 2002). A obra do prédio da Usina do Gasômetro<sup>53</sup> (Figura 9 e Figura 10) foi realizada pela firma de engenheiros

<sup>52</sup> A Carris Porto Alegrense é a empresa mais antiga de transporte do Brasil em atividade. É uma sociedade de economia mista, na qual 99% das ações são controladas pela Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <[http://www.carris.com.br/default.php?p\\_secao=59](http://www.carris.com.br/default.php?p_secao=59)>. Em 2009, criou-se o Projeto do Museu Memória Carris, que tem como objetivo salvaguardar, pesquisar e divulgar as histórias da Carris e de Porto Alegre. Para tanto, a implementação desse espaço de memória está sendo desenvolvida pelo subsetor Memória Carris, ligado, atualmente, à Assessoria de Comunicação e Marketing (ASSCOM). Atualmente, possui o Museu Itinerante Memória Carris, com acervo iconográfico, com fotografias e objetos e do acervo da empresa e sua história, desde 1989. Localiza-se na rua Albion, 385, em Porto Alegre.

<sup>53</sup> A Usina do Gasômetro, apesar de ser uma usina termelétrica, era chamada de Gasômetro, pois localizava-se numa região da cidade que era conhecida como Volta do Gasômetro. Antigamente, abrigava usina de gás hidrogênio carbonado, que forneceu gás para lâmpadas públicas e fogões, em 1857. Atualmente é considerada patrimônio histórico da cidade, tombada em 1983 pelo órgão estadual, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE) e também tombada pelo órgão municipal, Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), em 1982 (GUIMARÃES, 2002).

dinamarqueses *Christian & Nielsen*<sup>54</sup>, e sua pedra fundamental foi lançada em 16 de abril de 1926 (GUIMARÃES, 2002). O custo total da obra foi considerado a maior soma investida em uma usina no estado (AXT, 1995). A construção foi um marco para a arquitetura da época e também foi considerada um monumento à eletricidade. Conforme Guimarães (2002, p. 30-31), o edifício da Usina do Gasômetro foi:

considerado o primeiro em concreto armado de arquitetura industrial do Rio Grande do Sul, podia ter sua grandiosidade medida pelo seu consumo de água – o equivalente a 6.5 vezes o consumo diário de toda a cidade de Porto Alegre. **Possuía inclusive um cais próprio, construído com estacas de cimento armado, que facilitava o desembarque do carvão, livrando-se das taxas do porto da cidade.** Era afinal uma usina que produzia 20.000 *kilowatts* e apresentava-se em toda sua grandeza com as dimensões de 37 metros de largura e 89 metros de comprimento, [...]. [grifou-se]

Figura 9 - Usina do gasômetro. Prédio em concreto armado



Fonte: Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman. Foto n. 5845, Usina do Gasômetro, s/d.

<sup>54</sup> A firma foi responsável por importantes obras hidrelétricas para a Cia. Guinle, no Rio de Janeiro, e usinas em Minas Gerais (AXT, 1998). O engenheiro Carlos José Hemm, do sul da Alemanha, foi contratado pela CEERG em 1924, para dar assistência técnica na elaboração do projeto da usina. A usina possuía 3 subestações conversoras. Uma dedicada para energia dos bondes, e outras, voltadas para redes subterrâneas de luz e força da iluminação das ruas (GUIMARAES, 2002).

Figura 10 - Usina do Gasômetro. Prédio e chaminé



Fonte: Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman. Foto n. 5721, Usina do Gasômetro, s/d.

A Usina do Gasômetro, desta forma, representava para a empresa a concretização da estratégia voltada para o fomento da indústria carbonífera. A CEERG fornecia energia para a Carris e a CEFMSJ fornecia combustível carvão para a CEERG, portanto um mercado alimentava o outro. A CEERG, criada em prol do mercado de carvão, estrategicamente construiu cais próprio na usina para desembocar o carvão vindo de São Jerônimo (Figura 11).

Figura 11 - Usina do Gasômetro. Transporte do Carvão, charqueadas



Fonte: Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman. Foto n. 6491, Usina do Gasômetro. Carvão (12x18). Transporte do carvão, charqueadas, s/d.

Todavia, o alto custo da obra levou a CEERG a maiores dificuldades financeiras. Por falta de recursos, viu-se obrigada a negociar a venda do seu acervo à Amforp, através da

Companhia Brasileira de Força Elétrica (CBFE), que demonstrou interesse junto à intendência de Porto Alegre, em julho de 1927. A venda da CEERG para a Amforp resolvia seu problema de *deficit* e, ao mesmo tempo, mantinha o mercado para o carvão nacional.

Conforme Guimarães (2002, p. 38-39), sendo a Usina do Gasômetro a fornecedora de energia da capital,

incorporava os elementos simbólicos de um imaginário fascinado pela ciência, pela eletricidade e por sua ilimitada força geradora. Ela estaria, portanto, simbolicamente associada ao moderno, ao progresso e à civilização – em contraponto a tudo que pode ser considerado tradicional, por proporcionar uma vida mais cômoda, dinâmica e veloz.

Sob outra perspectiva, a modernidade referida estava repleta de paradoxos (GUIMARÃES, 2002). A vida moderna alcançava apenas parte da população, pois a grande maioria não possuía condições financeiras para usufruir dos aparelhos elétricos da época. Também, a Usina do Gasômetro poluía a cidade com as cinzas causadas pelo carvão, que sujavam casas e prejudicavam a saúde da população (AXT, 1995). A Secretaria da Higiene chegou a cogitar fechar a usina por causa da poluição, mas foram comprados filtros Siemens para resolver o problema. No entanto, a solução para a poluição só ocorreu em 1937, com o aumento da chaminé para 117 metros (GUIMARÃES, 2002, p. 51).

No entanto, como visto, os sentimentos dos porto-alegrenses eram antagônicos em relação à usina, e, conseqüentemente, com a chegada da empresa norte-americana, por um lado, a Amforp representou a possibilidade de tornar os bondes mais modernos e rápidos, e trazia vantagens do progresso, relacionadas à eletricidade e à iluminação (AXT, 1995), mas por outro lado, a conclusão da Usina do Gasômetro – e seu funcionamento – causou fuligem e poluição. A usina também representava os abusos da Amforp, que cobrava tarifas com preços elevados, e não solucionava problemas enfrentados pelo setor elétrico, como os racionamentos, que mais tarde se tornaram frequentes. Era também vista como os interesses imperialistas na cidade (GUIMARÃES, 2002).

Desta forma, a norte-americana propôs oferecer iluminação e tração elétrica à cidade, exigindo isenção de impostos e outras vantagens para realizar os investimentos necessários (BAKOS, 1996). Sendo assim, com a assinatura do contrato em 1928, assumiu serviços públicos diretamente associados ao projeto republicano de progresso para a cidade e incorporou símbolos ligados à modernidade.

## 2.1 Adaptação às peculiaridades políticas na cidade

Como foi visto, para dar início às operações de nova subsidiária, a Amforp seguia quatro diretrizes. Na primeira, “adaptação às peculiaridades políticas”, formalizava-se contrato com autoridades do governo para que fossem feitos investimentos necessários no setor de energia, através da implantação de sistemas de transmissão e distribuição. Tinha cuidado para que tais investimentos não afetassem os lucros dos investidores (acionistas) (FERREIRA; SILVA; SIMONINI, 2012).

O início das negociações entre a Amforp e Porto Alegre aconteceu em 1927, com o intendente Otávio Rocha (1924-1928).<sup>55</sup> No entanto, foram suspensas as tratativas, pois as condições impostas pela empresa norte-americana foram consideradas abusivas, entre elas, o “direito de desapropriação para construir tudo que seja imprescindível ao serviço, isenção de impostos e garantias contra eventuais concorrentes” (BAKOS, 1996, p. 107). O jornal “Correio do Povo” publicou, em 16 de outubro de 1928, a declaração de Otávio Rocha sobre a interrupção das negociações:

Tenho o maior prazer em atrair para a capital do estado capitais estrangeiros, mas o monopólio, ainda que controlado com o juízo arbitral, é assunto que não posso resolver imediatamente, devendo ainda, em tempo, ouvir o governo do Estados [...]. Não me comprometo, pois resolver o assunto senão depois de bem explanado (GUIMARAES, 2002, p. 46).

As intenções da Amforp de monopólio do mercado de energia em Porto Alegre podem ser observadas através da narrativa do diretor da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ):

Em fins de maio de 1927 tivemos informação fidedignas de que a Intendência Municipal buscava interessar no desenvolvimento da Usina Municipal da cidade de Porto Alegre uma grande firma norte-americana, e a diretoria da Companhia Energia Elétrica e seus grandes acionistas também estavam ao corrente dessa informação. Procuramos nos pôr em contato com esse grupo norte-americano, que já tinha organizado e controlado a Companhia Brasileira de Força Elétrica, e tivemos a certeza de que **esse grupo desejava de fato tomar uma posição na cidade de Porto Alegre** (SILVA, 2007, 146-147)<sup>56</sup> [grifou-se].

<sup>55</sup> Otávio Rocha (1924-28) era chamado pela imprensa local de “remodelador da cidade”, pois abriu avenidas pavimentadas, iluminou e arborizou ruas, com calçadas largas e espaço para circulação de bondes elétricos e automóveis. Neste período, houve o aumento de empréstimos no exterior, que acarretou no aumento de impostos, além da criação de novos departamentos ligados aos serviços públicos como esgoto, iluminação pública e abastecimento de água (MONTEIRO, 2012).

<sup>56</sup> RIO DE JANEIRO. Relatório da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. 23 de junho de 1928, referente ao exercício de 1927. **Jornal do Comércio**, em 24 de junho de 1928. Slide 1928 (8); **Gazeta de Notícias**, agosto de 1928. Slide 1928 (14). [MCAR/ACES], *apud* Silva (2007, p. 146-147).

Observa-se que os diretores da mineração se mostraram preocupados com o interesse da Amforp no setor de energia da cidade. Dessa forma, antecipou-se em tentar negociação vantajosa para seus negócios. A preocupação era, em primeiro lugar, a Amforp como concorrente dos seus negócios; e, em segundo, a Amforp como detentora do setor de produção de energia, sem estar necessariamente ligada ao mercado do carvão, tornando a CEFMSJ dependente da norte-americana (SILVA, 2007).

A negociação entre o município de Porto Alegre e a norte-americana era de alguma forma sigilosa, mas, provavelmente, através dos contatos pessoais com os dirigentes das empresas, a informação sobre os interesses da Amforp havia sido repassada (SILVA, 2007).

Convém lembrar que a CEFMSJ era a acionista majoritária da CEERG e da Companhia Carris Porto Alegrense, que vinha causando mais prejuízos do que lucros. A CEFMSJ encontrou solução para lidar com a chegada da Amforp em Porto Alegre: vender as ações da CEERG e da Carris, independentemente da primeira ainda ser lucrativa, pois os dirigentes anteciparam-se em prever que a proposta da Amforp englobaria compra somente da CEERG. Conforme especificado no Relatório da CEFMSJ de 1927:

Essa opção, caso venha a ser levantada pela Companhia Brasileira de Força Elétrica [Amforp], além de proporcionar um importante lucro para a São Jerônimo nas ações que possui, salvará em definitivo os capitais empregados e obrigados na Companhia Carris Porto Alegrense e dará mesmo oportunidade de um lucro sobre as ações compradas. O objetivo principal que tínhamos em vista, em nos interessar nos negócios de eletricidade, podemos considerá-lo realizado, **pois que a nova usina termoeletrica de 20.000 Kws [Usina do Gasômetro] em conclusão, é destinada a queimar o carvão nacional sob fôrma pulverizada, garantindo, por consequência, um mercado para esse carvão, com a circunstancia particular que na ocasião em que demos a opção das ações, foi assinada uma promessa de preferência para a nossa Companhia ser a fornecedora**, em igualdade de condições do combustível que por acaso os novos proprietários das ações viessem a consumir (SILVA, 2007, 146-147) [grifou-se].

No trecho acima, percebe-se que, na verdade, a chegada da Amforp terminaria com os problemas de *deficit* da Cia. São Jerônimo, bem como garantiria o mercado do carvão, que era sua maior fonte de lucro. Manter ações e controle da Carris era vantajoso por causa da CEERG, que era lucrativa (SILVA, 2007). Ao mesmo tempo, considerou que sua atuação no mercado de energia já havia atingido o objetivo maior de projetar uma usina que utilizasse somente o carvão nacional como combustível. Dessa forma, um acordo que vendesse as ações da Carris junto à CEERG configurou-se como mais apropriado e vantajoso.

Também pode ser inferido que acordos referentes ao contrato que seria firmado em 1928 já estavam sendo combinados entre os dirigentes das empresas<sup>57</sup>, comprovando as acusações da imprensa sobre as influências locais.

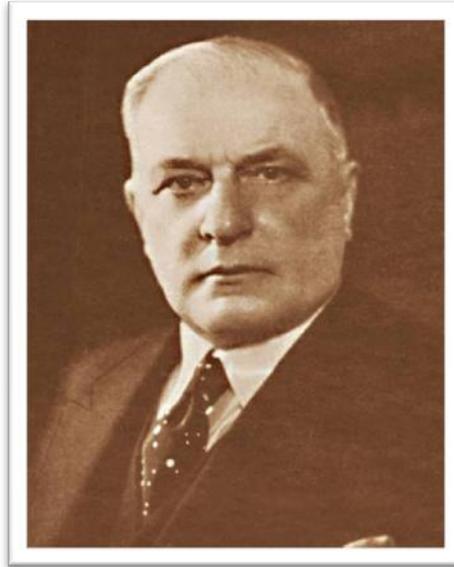
A questão do monopólio dos serviços públicos vinha causando calorosos debates e opiniões contrárias ao contrato. Dr. Egydio Hervé, que era da comissão formada para avaliar proposta da Amforp e chefe dos Serviços Industriais do Município da gestão de Otávio Rocha, foi ferrenhamente contra o contrato, e enviou carta para o “Diário de Notícias” em 14 de abril de 1928, alertando sobre os perigos do monopólio, mas ela nunca foi publicada (GUIMARÃES, 2002).

No mesmo ano, morreu o intendente Otávio Rocha, e assumiu em seu lugar Alberto Bins (1928-1937). O novo intendente retomou as negociações com a Amforp, e as diferenças de opinião entre o novo intendente e Egydio Hervé causaram desentendimentos que culminaram com a demissão dele e de outros funcionários do município, contrários ao contrato. Alberto Bins (Figura 12), filho de imigrantes alemães e nascido em 1869 na cidade de Porto Alegre, foi “um dos mais destacados empresários do estado”, além de estar “bem integrado nas atividades das associações de caráter alemão em Porto Alegre”, características que teriam influenciado na sua indicação para ocupar o cargo de Otávio Rocha (GERTZ, 2002, p. 56). Foi um grande incentivador da indústria e do comércio no estado, tendo participado da fundação do Sindicato de Arroz (1926) e da Viação Aérea do Rio Grande do Sul (Varig), empresa área pioneira no setor de aviação no país (BAKOS, 1996). Ao longo de sua carreira política, investiu capital em diferentes setores e fez parte da criação de associações e clubes, características essas que o diferenciaram do intendente da gestão anterior, influenciando no acordo com a Amforp, representada no Rio Grande do Sul pela CBFÉ.

---

<sup>57</sup> Os dirigentes da época da São Jerônimo eram Mario de Andrade Ramos, Eugenio Honold, Paes Leme e Octavio Reis.

Figura 12 - Alberto Bins, 1940. Prefeito (1928-1937)



Fonte: Bastos (2011, *online*)

Deve-se levar em conta que o desenvolvimento do setor de energia elétrica beneficiava a indústria e, conseqüentemente, Alberto Bins, que investia em diferentes tipos de empreendimentos, entre eles, a Fundação Fênix e a Metalúrgica Berta, e também a produção de vinhos na sua propriedade em Gravataí, chamada Granja Progresso.

Por outro lado, a assinatura do contrato com a Amforp, que foi concretizada em 5 de maio de 1928, também foi uma necessidade do estado, que não tinha como ampliar seu sistema devido à falta de recursos e capital no setor. A norte-americana se apresentou como a solução para os problemas energéticos. No entanto, Alberto Bins foi ferozmente criticado e acusado de desonestidade pelo contrato fechado (FAUSEL, s/d, p. 54).

O contrato efetivado com a Amforp foi entendido como interesse imperialista norte-americano na cidade de Porto Alegre (MONTEIRO, 1995), como abuso do seu poder econômico e influência na esfera política e local, complacente às arbitrariedades dos monopólios estrangeiros (GUIMARÃES, 2002). Bakos (1996, p. 109) deixa claro que a

companhia estabelece uma verdadeira rede de comunicações subterrâneas entre a matriz do Rio e suas filiais, fazendo sentir, sempre que necessário, sua força junto às autoridades brasileiras. Deixa claro também que qualquer atitude contrária aos seus interesses causaria problemas diplomáticos com seu país de origem.

O estreitamento de laços no meio político entre os dirigentes da companhia norte-americana e o governo local foi questionado pelo jornal “Correio da Manhã” (18 jun. 1931, p. 4) em 1931. A acusação se referia às relações revestidas do que chamou de “intimidade suspeita” entre a Amforp e o intendente responsável pelo contrato, Alberto Bins:

São inúmeros os fatos que evidenciam a amizade do prefeito com a companhia concessionária dos serviços públicos. Logo após a assinatura do contrato, a fábrica do Sr. Bins fornecia, sem concorrência, amparada por uma pasmosa preferência, o material necessário para os trabalhos subterrâneos de iluminação pública. As inclinações da *Bond & Share* pela fábrica Bins são públicas, chegando ao ponto de expor em suas vitrines fogões dessa marca industrial, numa incompreensível concorrência aos seus próprios aparelhos eletrônicos (CORREIO DA MANHÃ, 18 jun. 1931, p. 4).

Segundo o jornal, a empresa norte-americana privilegiou os produtos de fabricação Bins, na vitrine da loja, prejudicando seus próprios lucros. Parecia óbvio que os produtos expostos na loja da CEERG do intendente da capital faziam parte de uma troca de favores, pois seguindo a lógica da concorrência, era insensato.

No outro dia, a defesa foi publicada e Ulysses Grant Keener, representante das Empresas Elétricas Brasileiras S. A. e diretor da *United Press*, esclareceu o ocorrido:

O caso da venda de fogões da fábrica Bins, assinalando o que ocorre em Pernambuco, Curitiba, Campinas, São Paulo e Rio, onde a empresa expõe e vende fogões a gás, aquecedores e material elétrico, fabricados nessas localidades, o que está dentro de seu programa de auxiliar as indústrias nacionais, que tenham relação direta ou indireta com os serviços por ela explorados (CORREIO DA MANHÃ, 19 ago. 1931, p. 3).

Certamente, era de interesse de Alberto Bins a entrada de capital estrangeiro para o desenvolvimento do setor industrial e para seus próprios negócios. Independente desses interesses, a Amforp oportunizou a ampliação dos serviços e expansão do sistema de energia, quando chegou na cidade, e posicionou-se como cooperadora da modernidade.

O acordo foi firmado com a intendência, após algumas modificações, intermediado pelo Dr. Fernando Martins, que mais tarde seria contratado pela CEERG norte-americana (AXT, 1998). Os seguintes termos foram estabelecidos a 5 de maio de 1928:

- a) Contrato [para a] venda e compra da **Usina Elétrica Municipal e Gasômetro** de Porto Alegre e concessão para o fornecimento de força e luz;
- b) Contrato de promessa de arrendamento entre a Municipalidade de Porto Alegre e a Cia. Brasileira de Força Elétrica para a **exploração da Usina do Lixo**<sup>58</sup>;
- c) Contrato e concessão entre a Municipalidade de Porto Alegre e a **Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense** para o fornecimento de gás [...];
- d) Contrato e concessão entre a Municipalidade de Porto Alegre e a **Companhia Carris Porto Alegrense** para exploração do serviço de transporte coletivo naquela cidade;
- e) Regulamento para o **serviço de auto-ônibus** na cidade de Porto Alegre;

<sup>58</sup> Em 1927, deu-se início às obras da Usina do Lixo, em terreno no bairro Navegantes. O projeto da nova usina municipal tinha como objetivo utilizar lixo como fonte de energia.

f) Lei Municipal n. 242 de 7 de dezembro de 1928, concedendo **isenção de taxas à Companhia Brasileira de Força Elétrica , Companhia Energia elétrica Rio-Grandense e Companhia Carris Porto Alegre** (CENTRO CULTURAL CEEE ÉRICO VERÍSSIMO, 1928, s. p.) [grifou-se].

Um dos pontos do contrato criticado pela população e pela imprensa foi a rapidez em que foi assinado. Quando o município abriu licitação para prestação de serviços de energia por 30 dias, em maio de 1928, a CBFÉ, representante da Amforp, apresentou nova proposta e exigiu resposta em seis dias. Sendo a única concorrente, a negociação terminou com a aceitação dos termos impostos pela empresa (AXT, 1995). Outra questão foi apontada pelos professores da Escola de Engenharia e do Instituto de Eletrotécnica – também contrários ao contrato – e dizia respeito ao breve período de tempo determinado para o término das negociações, que não permitira que outras empresas apresentassem suas propostas (GUIMARÃES, 2002). Outras ponderações foram o desrespeito às necessidades locais e os preços abusivos do kW/h, quando comparados às tarifas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Ficou acertada a compra da Usina Elétrica Municipal e do Gasômetro, principais usinas da época, a exploração da Usina do Lixo, em projeto, a concessão para o fornecimento de gás e exploração do serviço de transporte coletivo, além das polêmicas envolvendo isenções de taxas a todas empresas ligadas à Amforp, CBFÉ, CEERG e Carris Porto-Alegrense. A Amforp também assumiu a construção da Usina do Gasômetro, inaugurada no dia 11 de novembro de 1928 (Figura 13). A energia passou a ser produzida somente nesta usina, sendo as outras desativadas. A Usina fornecia energia para as duas subsidiárias da Amforp, a CEERG e a Carris Porto-Alegrense. Entre outros investimentos feitos, ressalta-se a instalação de usina de subprodutos de carvão como *coke*, alcatrão e *pixe* e amônia junto à Usina do Gasômetro, processo considerado moderno (AXT, 2012).

Figura 13 - Engenheiros norte-americanos durante a construção da Usina do Gasômetro, década de 1920. J.E.L. Millender à direita (da esquerda, não identificado)<sup>59</sup>



Fonte: Wild (2002, p. 45)

Em 10 de janeiro de 1929, a intendência de Porto Alegre lançou edital para exploração do setor de transporte. As condições impostas só podiam ser atendidas pela própria Carris, no entanto somente esta empresa se apresentou como interessada. Esse desinteresse se deu pela lucratividade da bolsa de Nova Iorque.

Com a crise mundial e a queda da bolsa de Nova Iorque, e antes do município abrir novo edital para exploração dos transportes, a Carris começou a comprar, durante todo o ano de 1930, auto-ônibus que circulavam na cidade (NUNES; VILARINO, 1992). A imprensa denunciou a negociação, e acusou a Carris de monopolizar os serviços da cidade com o aval da administração pública (CORREIO DO POVO, 1 ago. 1929; 29 ago. 1929).

A revolução de 1930 agravou ainda mais a situação precária dos serviços da Carris, e nova greve ocorreu. Para resolver a questão dos auto-ônibus, a intendência publicou novo edital, em 10 de janeiro de 1931, no entanto a única empresa que se apresentou foi a Carris.

---

<sup>59</sup> Na imagem encontrada no livro sobre a história da Usina do Gasômetro, J. E. L. Millender foi identificado apenas como engenheiro norte-americano.

Conseqüentemente, em 12 de maio de 1931 a Carris assinou alterações do contrato de 1928, assumindo serviços dos transportes coletivos na cidade.

Por um lado, a assinatura do contrato, para Gunter Axt (1995), acarretou em consequência maior para o estado: a inviabilização da construção da hidrelétrica do rio Jacuí. Para ele, o contrato privilegiou a indústria do carvão. Outra consequência, ressaltada por Guimarães (2002), era que esses interesses fizeram com que a indústria nacional migrasse para São Leopoldo, onde as tarifas de energia eram mais baixas. Por outro lado, contudo, apesar da complexidade dos eventos envolvidos no contrato entre a Amforp e a intendência de Porto Alegre e das críticas e hostilidade da população e da imprensa insatisfeitos com os serviços prestados, a empresa, inegavelmente, começou a tornar-se cada vez mais presente no cotidiano da população (AXT, 1995).

## 2.2 Reorganização operacional

O próximo estágio de “Operação e Desenvolvimento” é a “Reorganização Operacional”. Refere-se à gerência dos sistemas. Ao fechar contrato com nova subsidiária, a Amforp introduzia novos protocolos operacionais modernos. O objetivo era ampliar a eficiência dos serviços e reduzir custos e despesas (FERREIRA; SILVA; SIMONINI, 2012).

Quando a Carris Porto Alegrense e a CEERG foram incorporadas ao acervo da Amforp, mantiveram a sede no Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, n.º 137. No entanto, o Quadro Administrativo da Cia. Ferro e Minas de São Jerônimo, antiga acionista das empresas, e seus gerentes brasileiros foram substituídos por norte-americanos, principalmente. Conforme Ata da Assembleia Geral, publicada no Diário Oficial da União (1929, p. 98), a administração das empresas ficou organizada em uma Diretoria, dividida por Membros do Conselho Administrativo e Membros do Conselho Fiscal. Todo ano, nova votação era feita entre os acionistas para a escolha dos cargos. Em 1929, a organização da Carris (Quadro 5) e da CEERG (Quadro 6) apresentava-se da seguinte forma:

Quadro 5 - Administração da Companhia Carris Porto-Alegrense -1929

Diretoria	Membros do Conselho Administrativo	Membros do Conselho Fiscal
William Frasier Routh (presidente)	W. F. Routh	A. N. Cudworth
F. C. Eastin Junior	F. C. Eastin Junior (secretário)	W. T. Webb
	L. A. Thomas	Jeffrey Grubber
L. A. Thomas		L. F. Ivanhoe (suplente)

Diretoria	Membros do Conselho Administrativo	Membros do Conselho Fiscal
A. Haile		Henry Luiz (suplente)
C. N. Brunet		A. Neil (suplente)

Fonte: Companhia Carris Porto Alegre (1929, p. 97-98)

Entre os membros do primeiro quadro administrativo da Cia. Carris, apenas um era brasileiro, Henry Luiz. Com o passar dos anos, aumentou o número de diretores brasileiros, e, mesmo assim, até 1945, os principais diretores eram norte-americanos (COMPANHIA CARRIS PORTO ALEGRENSE, 1929-1945).

O engenheiro Leovegildo Paiva, diretor de tráfego, e único dirigente brasileiro da Carris, pediu demissão após a assinatura do contrato com a Amforp. Conforme sua própria declaração dada após reunião com o gerente da norte-americana G. E. Sands e o Secretário do Interior: “Deixei a Cia. por já não me sentir cercado, por parte de sua alta direção, da consideração e da autoridade que deve dispor um condutor de homens sérios” (CORREIO DO POVO, 10 set. 1929, *apud* NUNES; VILARINO, 1992, p. 39).

Naquilo que diz respeito à CEERG, também teve o quadro administrativo reorganizado. Conforme Quadro 6, em 1930, os seguintes dirigentes formavam a organização da empresa:

Quadro 6 - Companhia Energia Elétrica Rio Grandense, 1930

Conselho Administrativo	Conselho Fiscal	Diretoria
Paul B. Mckee	L.V. Le Bow	Paul B. Mckee (presidente)
G. E. Sands (presidente)	Arvid Holmberg	George E. Sands
J. M. Fernandes	Dr. Hamilton Leal	J. M. Fernandes
J. E. L. Millender (suplente)	Grant Oberlyn Hylander (suplente) Norte-americano, morava no Rio de Janeiro	J. E. L. Millender
W. B. Owen (suplente)	A. Neil (suplente)	W. B. Owen,
A. N. Cudworth (suplente)	Odilon de Beauclair (suplente)	A. N. Cudworth,
		C. M. Finegan
		Jeffrey Gruber
		Paul H. Davis

Fonte: Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (1930, p. 71)

A CEERG e a Carris se entrelaçavam administrativa e financeiramente, na medida em que, nos anos seguintes, verificou-se nos quadros administrativos das empresas que muitas

vezes eram integrados pelos mesmos dirigentes (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Cia. Carris Porto Alegre, 1929-1949).

Outro aspecto verificado é que muitos dirigentes moravam no Rio de Janeiro, como Paul Mckee e W. F. Routh. Em vista disso, as subsidiárias eram gerenciadas por um gerente-geral, residente em Porto Alegre. No ano da incorporação da CEERG e Carris pela Amforp, o cargo era ocupado pelo norte-americano George E. Sands (Figura 14). Foi diretor da Carris Porto Alegre e membro do Conselho Administrativo entre 1930-1932 (COMPANHIA CARRIS PORTO ALEGRENSE, 1930-1932). Em 1933, além de diretor e membro do Conselho Administrativo, foi eleito pelos acionistas presidente da Carris, cargo que ocupou até o ano de 1937 (COMPANHIA CARRIS PORTO ALEGRENSE, 1933-1945). Também foi gerente-geral da CBFÉ.

Figura 14 - G. E. Sands. Gerente-geral da CBFÉ



Fonte: Revista do Globo, 9 jan. 1930, p. 25

Paul Mckee foi presidente da CEERG e da EEB, empresa que representava juridicamente a Amforp no Brasil, conforme visto no primeiro capítulo. Exerceu o cargo até 1933, pois nesse ano regressou para os Estados Unidos. Conforme ata da assembleia geral das Empresas Elétricas Brasileiras, Dr. Maria de Andrade Ramos lamentou a saída do presidente Paul Mckee:

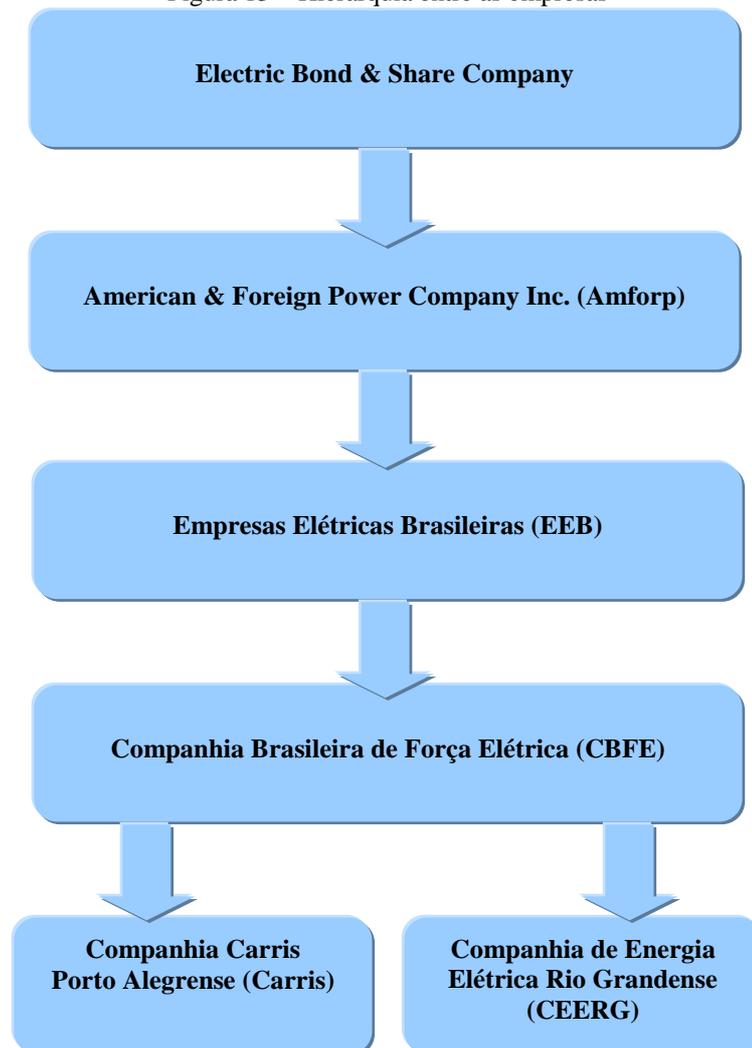
**nosso presidente estava obrigado a afastar-se do Brasil para aceitar convite dos nossos maiores de Nova Iorque**, a direção de um outro grupo de empresas importantes nos Estados de Oregon e Washington na America do Norte.

**todos dessa organização, americanos e brasileiros**, não podem deixar de manifestar a sua tristeza, pois que já estávamos acostumados a ver o Sr. McKee, não só o principal fundador deste vasto grupo de negociantes no Brasil, mas também, o chefe competente em todos assuntos de administração, da economia e da tecnologia e que, conduzindo com zelo os interesses que lhe estavam confiados, procurava sempre uma grande atmosfera de cordialidade **e tinha a preocupação constante do crescimento dos nossos negócios em benefício não só deles, mas principalmente do Brasil.**

a vinda entre nós do cordeal amigo do Brasil o Sr. H. T. Sands, que na alta direção da *Bond & Share*, cuida e vela pela sua filiada Empresas Elétricas Brasileiras S. A. (EMPRESAS ELECTRICAS BRAZILEIRAS, 19 abr. 1933, p. 96) [grifou-se].

A partir da fala transcrita pelo Diário Oficial da União, pode-se inferir três aspectos sobre o funcionamento da Amforp. Em primeiro, as subsidiárias e os dirigentes eram subordinados à empresa matriz, representada às vezes pela EEB ou CBFE, atreladas à Amforp (Figura 15). Em segundo, o estreitamento de laços pessoais entre diretores e membros brasileiros e norte-americanos das empresas.

Figura 15 – Hierarquia entre as empresas



Fonte: elaborada pela autora (2014)

Por último, o presidente possuía características de um líder. Dedicado, carismático, eficiente, preocupado com o bem-estar dos negócios e dos funcionários, tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos.

W. F. Routh esteve na diretoria da Carris de 1929 a 1934. Em 1936, assumiu pela última vez o cargo de diretor da Carris (COMPANHIA CARRIS PORTO ALEGRENSE, 1929-1942; 1944-1945).

Entre os diretores do Quadro Administrativo, ressalta-se J. E. L. Millender (Figura 16), que foi gerente-geral da Carris e da CEERG e que viveu em Porto Alegre por décadas. Entre 1931 e 1933, 1931 e 1933 e 1937 e 1939 foi diretor da Carris. Entre 1940-1945, foi diretor e vice-presidente da Carris (COMPANHIA ENERGIA ELETRICA RIO GRANDENSE, 1930-1952).

Figura 16 – J. E. L. Millender, s/d



Fonte: Revista do Globo, 1933, n. 8, fasc. 110, p. 50

Em Relatório da Diretoria de 1930 das Empresas Elétricas Brasileiras S. A., transpareceu que, mesmo com a reorganização operacional, a gestão deveria manter-se centralizada. Conforme o relatório, desde 1928 prestavam serviços para as subsidiárias no Brasil “com todo o apoio e cooperação em Nova Iorque da *Electric Bond & Share Company*” (CORREIO DA MANHÃ, 29 maio 1930, p. 11).

A grande quantidade de empresas sob o poder da Amforp tornava necessária a organização de complexo sistema para controle das suas filiais no Brasil e outros países na América Latina. No mesmo relatório, especificou a nova organização das empresas subsidiárias: um Departamento Financeiro “perfeitamente aparelhado”, com controle minucioso das operações econômicas e resultados financeiros das companhias. Possuía também Quadro de Auditores responsáveis pela inspeção das propriedades e da preparação de relatórios para diretores e acionistas de todas companhias. Além do mais, era feito o arquivamento de documentos originais da empresa sobre questões financeiras e da vida cultural. Outro setor importante era o que contava com advogados. Consultores de questões legais estudavam as diferentes leis de cada estado ou região em que as companhias da EEB estivessem inseridas. O Departamento de Engenharia prestava consultoria às companhias subsidiárias sobre questões ligadas a plantas de hidrelétricas e construções em geral, entre outras. O Departamento Central de Materiais mantinha relações dos custos de materiais para construção e era responsável pela importação desses materiais e seu controle de trânsito nas diferentes alfândegas. Ademais, mantinha Departamento Comercial de Informações, encarregado pela venda de produtos elétricos e, por último, o Departamento de Construções, que administrava o programa de expansão da EEB, que executava planejamento e construção de hidrelétricas, instalação e melhoramento da potência de usinas e aumento de linhas de distribuição e transmissão de energia (EMPRESAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS, 29 maio 1930, p. 11).

Dessa forma, através da interconexão entre a EEB com a matriz nos Estados Unidos e as subsidiárias no Brasil, a Amforp mantinha controle dos movimentos de suas empresas. Muitas vezes, empresas com razões sociais diferentes tinham o mesmo diretor, como, por exemplo, W. F. Routh, norte-americano que residia no Brasil e no Rio de Janeiro era diretor responsável pela Carris e pela CBFÉ, em 1929.

Loureiro da Silva justificou a revisão do contrato em razão dos maus serviços prestados pelas companhias controladas. Acusou a *holding* de formar monopólio na cidade de Porto Alegre:

Tanto assim que o contrato foi firmado com a Companhia Brasileira de Força Elétrica e esta, já caracterizando a onerosa formação dos ‘*holdings*’, bifurcava a sua atuação em duas outras companhias: Energia Elétrica Rio Grandense e Carris Porto-Alegrense, irmãs siamesas, mostradas ao público como organismos autônomos e de vida independente, mas, na realidade, dependendo sua existência da Companhia Brasileira de Força Elétrica, que tem cerca de vinte outros contratos em várias

idades do Brasil, de tipo idêntico, sem atentar às peculiaridades locais (SILVA, 1939, *apud* SILVA, 2007, p. 38-39).<sup>60</sup>

Cabe ressaltar que a EEB S.A. refere-se à *Electric Bond & Share*, e não à Amforp, pois, até 1957, ano da formação da Comissão de Tombamento de Bens e Instalações da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense, não se sabia que se tratava da mesma empresa. A partir da investigação da Comissão, descobriu-se que os valores remetidos para o exterior eram quase o dobro da quantia do que recebia em dólares (GUIMARÃES, 2012). Os empréstimos contraídos pela CEERG para investimentos no setor, com exceção do ano de 1950, quando foi feito através do *Export e Import Bank*, foram todos contraídos com a Amforp, ou seja, os empréstimos, configuravam-se em

simples transferência de recursos entre companhias pertencentes aos mesmos acionistas. Não se tratavam de corporações distintas, mas de entidades subordinadas ao mesmo sujeito econômico, as quais só se diversificam formal e juridicamente, para efeito de contornar, nos Estados Unidos, a aplicação de legislação antitruste e, aqui em nosso país, escapar à limitação de lucros a 10% [Código de Águas] (GUIMARÃES, 2012, p. 59).

Conforme as considerações da economista Edith Penrose, o país que recebia a subsidiária de outra nação não desfrutava dos seus lucros, somente por via tributária, o que também acarretava custos sociais e políticos ao país “hospedeiro”. Formavam assim [as multinacionais], verdadeiras monopolizações de mercados locais (SZMRECSÁNYI, 2008). Em outras palavras, os laços entre as subsidiárias no Brasil foram mantidos com as empresas nos Estados Unidos ao longo de toda sua trajetória.

### 2.3 Desenvolvimento tecnológico e relação com os consumidores

Os últimos estágios eram referentes ao Desenvolvimento Tecnológico e Relação com os Consumidores. Havia preocupação com a modernização dos sistemas de produção e distribuição de energia, e com a instalação de Departamento Comercial para venda de produtos elétricos (FERREIRA; SILVA; SIMONINI, 2012). Estabelecia-se relação mais próxima com consumidores, empregados e o público em geral. Conforme Relatório Anual da Amforp de 1930, citado por Ferreira, Silva e Simonini (2012, s/p.), a venda de produtos ambicionava maiores lucros para a empresa através do aumento de consumo de energia. As

---

<sup>60</sup> SILVA, José Loureiro da. **A Companhia Brasileira de Força Elétrica contra a cidade de Porto Alegre: estudo dos contratos de concessão.** Porto Alegre: Globo, 1939, p. 8, *apud* Silva (2007, p. 38-39).

taxas de incentivo serviam também para a melhoria do atendimento, tornando-o mais confiável, e assim, teria sua utilização ampliada. Para tanto, também eram vendidas ações preferenciais da subsidiária para o público (FERREIRA; SILVA; SIMONINI, 2012, s/p):

Aplicação do mais recente e moderno desenvolvimento comercial na empresa [subsidiária], com a introdução de novos usos para a energia elétrica e a venda de produtos elétricos de primeira classe em atraentes lojas iluminadas, coincidindo com um estudo completo e introdução das chamadas taxas de incentivo, que servem para reduzir o custo de incremento de energia elétrica ao cliente e fazê-lo comprar novos aparelhos elétricos, com correspondente benefício para a empresa, a partir da ampla utilização de suas instalações elétricas durante mais horas do dia.

O Departamento Comercial da CEERG para a venda de produtos elétricos foi estabelecido no centro de Porto Alegre, na glamourosa rua dos Andradas, n.º 1.223, no edifício Força e Luz.<sup>61</sup> A CEERG instalou loja seguindo as diretrizes da Amforp. Conforme o Relatório da Diretoria da EEB, publicado pelo “Correio da Manhã” do Rio de Janeiro, o Departamento Comercial era parte vital das subsidiárias. Posicionou-se como contribuidora da modernidade: “uma das mais importantes responsabilidades de qualquer moderna organização de utilidade pública é tornar acessível a sua clientela as últimas informações sobre utensílios elétricos e promover a venda destes utensílios a preços razoáveis” (CORREIO DA MANHÃ, 29 maio 1930, p. 11). Era seu dever promover o uso de aparelhos modernos. No Relatório Anual da Amforp de 1929, compartilhou-se com os acionistas que quinze novos escritórios e salas haviam sido abertos em cidades brasileiras no referido ano (AMFORP, *Annual Report*, 1929, p. 10).

O Departamento Comercial foi inaugurado no dia 4 de abril de 1929. Possuía vitrine iluminada, com artigos elétricos expostos, como ferro de passar roupa, ventilador, estufa, fogão elétrico e lâmpadas, entre outros (Figura 17). A CEERG foi pioneira na difusão de materiais elétricos e eletroeletrônicos na capital e também.

---

<sup>61</sup> A antiga sede da CEERG, atualmente Centro Cultural CEEE Érico. O prédio começou a ser construído em 1926, com o projeto do engenheiro Adolpho Stern, como ampliação da famosa casa noturna da época, Clube dos Caçadores. Funcionou como *cabaret* e casa de jogos. Mais tarde, virou sede da Companhia Força e Luz (BORDINI, 2002). Sobre a transformação do antigo prédio Força e Luz em Centro Cultural CEEE Érico Veríssimo, ver: KIEFER, Flávio. De Edifício Força e Luz a Centro Cultural CEEE Érico Veríssimo. **Revista Arq. urb.** São Paulo, v. 1, n. 2, p. 21-47, 2008.

Figura 17 - Vitrine departamento comercial CEERG no Edifício Força e Luz, Rua dos Andradas, 1.223



Fonte: Silva (2007, p. 67)

Camilo Martins Costa, advogado da Amforp, discursou no dia da inauguração da loja. Falou que o objetivo da loja era “divulgar, tanto quanto possível, o conhecimento dos mais aperfeiçoados aparelhos de aproveitamento dessa energia mágica que vem transformando os hábitos do homem, no sentido de uma crescente comodidade e de um progressivo bem-estar” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 1 de maio de 1929, p. 5, *apud* GUIMARÃES, 2002, p. 36).

A “Revista do Globo” (1929-1967)<sup>62</sup>, principal periódico ilustrado a circular em Porto Alegre, publicou em 9 de janeiro de 1929 (REVISTA DO GLOBO, 9 jan. 1929, p. 23-29) a fotorreportagem “As maravilhas da eletricidade”, com quatro páginas e onze fotografias registradas pelo estúdio fotográfico Azevedo & Dutra. Conforme a matéria, o objetivo do Departamento Comercial era:

<sup>62</sup> A revista era editada quinzenalmente pela Livraria do Globo, de propriedade de Barcellos, Bertaso e Cia. Teve como objetivo difundir literatos e intelectuais gaúchos da época, além de discutir questões políticas e culturais. Abrangia temas e assuntos variados como política nacional e internacional, vida social, acontecimentos dos esportes, literatura e publicidade, entre outros. A revista também circulava no interior do Rio Grande do Sul e em outras cidades brasileiras, até mesmo nas Repúblicas Platinas (MONTEIRO, 2007).

precisamente para implantar a eletricidade nos domínios domésticos [...] obedecendo ao programa eminentemente civilizador e progressista que a Companhia Energia Elétrica Rio Grandense se traçou, e que esta vivamente empenhada em executar (REVISTA DO GLOBO, 9 jan. 1929, p. 23).

Foram mostradas, nas páginas da revista, fotografias de ambientes montados do departamento, como modelos inteiros de cozinha e banheiro, devidamente iluminados. A revista deu a ver nas suas páginas importantes pessoas da sociedade porto-alegrense que estiveram presentes na inauguração, como autoridades locais, funcionários da CEERG e da CBFÉ. No entanto, o único identificado na reportagem foi o gerente-geral da empresa, o norte-americano G. E. Sands (Figura 14).

O escritor, historiador e político brasileiro Moysés Vellinho<sup>63</sup> prestou depoimento para a Revista do Globo sobre sua impressão da inauguração da loja. Para ele, Porto Alegre só teria benefícios com as instalações modernas trazidas pela energia:

Acabo de visitar as novas instalações da Companhia Energia Elétrica, em nome do Dr. Oswaldo Aranha, volto maravilhado com o que vi, crente de que esta instalação muito concorrerá, daqui por diante, para a facilidade e melhoria da vida doméstica e industrial do Rio Grande.

Moysés Vellinho, representando o Dr. Oswaldo Aranha- Secretário do Interior. (REVISTA DO GLOBO, n. 9, 1929, p. 26).

Outra opinião sobre a inauguração foi emitida pelo redator chefe do jornal “A Federação”, João Carlos Machado, que declarou: “as instalações que acabo de visitar, sobre serem uma clara demonstração do espírito industrial e comercial americano, constituem um motivo de orgulho para Porto Alegre, que há de tê-las, seguramente, no apreço que merecem” (REVISTA DO GLOBO, n. 9, 1929, p. 26).

Para o ex-deputado federal Lafayette Cruz, “grandiosa foi a impressão que tive ao visitar este moderno estabelecimento, onde se mostra todo o conforto que a indústria moderna é capaz de proporcionar ao nosso lar” (REVISTA DO GLOBO, n. 9, 1929, p. 28). Lúcio Ilha, representante do Banco da Província do Rio Grande do Sul, declarou que a nova loja “é uma casa que vai incentivar o uso da eletricidade em Porto Alegre”. Por fim, conforme Ismael Torres, Presidente da Associação Comercial, “as instalações que acabo de visitar, desta

<sup>63</sup> Moyses Vellinho (1901-1980) nasceu em Santa Maria, ainda pequeno foi morar em Porto Alegre. Formou-se em Direito, e entre 1928 e 1930 foi chefe de gabinete de Oswaldo Aranha. Em Porto Alegre, foi ativo na política, elegendo-se em 1934 como deputado constituinte. Em 1938, ingressou no Tribunal de Contas, onde permaneceu até 1964, sua aposentadoria. Deu início à carreira paralela de escritor, sendo os mais importantes livros “Capitania d’El Rey” (1964) e “Fronteira” (1973). Teve intensa atividade política e cultural no Rio Grande do Sul. Devido a sua importância regional, seu nome foi dado ao arquivo histórico da cidade. O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho (AHPAMV) possui um milhão de documentos, que registram a história da cidade de Porto Alegre. Possui acervo documental e biblioteca.

importante companhia, vem dar testemunho do progresso das indústrias e do comércio desta capital” (REVISTA DO GLOBO, n. 9, 1929, p. 28).

A inauguração da loja reuniu diferentes setores da sociedade, como políticos, comerciantes e industriais, entre outros. Consideraram a abertura um marco para o progresso e a modernidade da cidade. A subsidiária representava também a americanização do estado, o que era visto com bons olhos por determinados setores da sociedade.

A difusão da iluminação elétrica esteve diretamente associada à modernidade. A Revista do Globo (n. 18, 1931, p. 8), também exaltou as vantagens trazidas pela eletricidade através da companhia norte-americana e do capital estrangeiro:

A larga iluminação elétrica de uma cidade é o sinal mais evidente de progresso, de elevação cultural de um povo, porque demonstra um adiantado estado de civilização. [...] O capital americano, invertido nas Companhias Brasileiras de Força Elétrica, contribuiu pois, grandemente, para o embelezamento de nossa capital, além de uma completa reforma no serviço transviário e no de fornecimento de força às nossas indústrias (REVISTA DO GLOBO, n. 18, 1931, p. 8).

A inauguração da loja também representou novas alianças que se formavam. No banquete, foi servido *waffles*, comida típica norte-americana, e café, símbolo brasileiro, representando o estreitamento de relações entre os Estados Unidos e o Brasil, respectivamente. Para muitos cidadãos porto-alegrenses, a chegada da Amforp trouxe enormes expectativas. Representou o progresso associado à eletricidade e aos benefícios inerentes a ela: “Não faz muito tempo, Henry Ford mostrava, num artigo de repercussão, que a indústria da eletricidade viera trazer contribuições maravilhosas ao trabalho humano, simplificando-o magicamente” (REVISTA DO GLOBO, n. 9, 1929, p. 24).

A CEERG era a principal anunciante na “Revista do Globo”, entre 1929 e 1949, seguida pela *General Electric* e Wallig (SOARES, 2002). Foi a primeira empresa de eletricidade a ter política publicitária no Rio Grande do Sul, e publicava anúncios grandes e coloridos nos jornais da época e também em revistas ilustradas (AXT, 1995), o que influenciou as peças de outras empresas. Conforme estudo de Castro (2001, p. 23) sobre a publicidade na “Revista do Globo”: “Quando a revista começa a ter clientes ligados às empresas multinacionais, os funcionários aprendem a técnica norte-americana de propaganda comercial e imprimem um caráter mais profissional na criação das peças publicitárias”.

A publicidade de eletrodomésticos acompanhou a influência cultural dos Estados Unidos no Brasil, e principalmente a influência sobre a evolução da mulher na sociedade, já que grande parte do público da revista era feminino.

No início dos anos 1930, a “Revista do Globo” não apresentava um planejamento gráfico definido, com anúncios principalmente em página inteira ou no formato de 8x12,5cm. A publicidade da época era principalmente explicativa. Com o decorrer dos anos 1930, foram estabelecidas páginas dedicadas à publicidade, mudanças decorrentes da necessidade de abrigar um número crescente de anúncios (SOARES,2002).

Conforme visto, a separação legal entre a *Electric Bond & Share* e a *General Electric* em 1925, não significou separação comercial. A *General Electric* manteve rede de relacionamento com sua antiga *holding* e suas *subholdings*. A *General Electric* fornecia os materiais elétricos para serem vendidos nos departamentos comerciais, assim a CEERG vendia os materiais da *General Electric*. A partir de 1930, pode ser observada forte campanha publicitária da CBFÉ na “Revista do Globo”, através da revenda dos produtos da *General Electric* na sua loja.

Nota-se também semelhança nos anúncios publicitários das duas empresas.<sup>64</sup> Cabe ressaltar que a propaganda publicitária dessa época era informativa. Anúncio publicado pela CEERG do refrigerador da *General Electric* (Figura 18), em 1930, alertou o consumidor para os perigos dos alimentos mal conservados. Enfatizou também outras vantagens do seu produto: econômico, silencioso e fácil de usar.

---

<sup>64</sup> Soares (2002) analisou as principais marcas anunciantes de eletrodomésticos da Revista do Globo entre 1929 a 1949. A principal era a CEERG, seguida da *General Electric* e da Wallig.

Figura 18 - Anúncio publicitário da CEERG, 1930

Depois da porta arrombada...

Prevína-se e aos seus contra todas as surpresas de uma alimentação impropria e enfermica.

O Refrigerador General Electric representa a tranca de ferro com que V. S. assegurará a porta da saúde. Elle mantém as fructas, o peixe, a carne, o leite e as mais delicadas iguarias, sob um frio secco, intenso, constante e uniforme, sem lhes alterar as substancias alimentares, de valor capital para a organização humana.

Alem disso, o Refrigerador General Electric não requer cuidados especiaes: funciona automaticamente — basta uma simples tomada no circuito commum de iluminação, não necessita de lubrificação, e económico, silencioso e duravel.

FACILITA-SE O PAGAMENTO

Cia. Energia Electrica Rio Grandense  
Edificio Força e Luz, Andradas 1223

Fonte: Revista do Globo, n. 3, 1930

Em anúncio do refrigerador da *General Electric* dos Estados Unidos da década de 1920 (Figura 19), chama-se a atenção do consumidor com a frase de efeito: “*You can barely hear it!*” (em português, “Você mal pode escutá-lo!”). O silêncio do refrigerador era exaltado nos dois anúncios.

Figura 19 - Anúncio norte-americano da *General Electric*, 1920

**You can barely hear it !**

WHEN a proud owner of a General Electric Refrigerator takes her friends in to see it, the first comment is apt to be "Why it's so quiet—you can barely hear it."

The thing which seems to impress everyone is the extreme quietness with which these refrigerators operate. Their unique construction has indeed established a new standard for quiet operation.

This design, however, accomplishes something even more important. It makes possible the top-unit arrangement—a distinctive feature found only in the General Electric Refrigerator. Placing the unit on top makes it possible to enclose all the machinery—

together with a permanent supply of metal protecting oil—in an hermetically sealed steel casing. There the hidden machinery, always oiled, remains safe from dust and difficulties. No one can tinker with it—no one needs to.

Quietly, automatically, the General Electric Refrigerator gives you the perfect refrigeration that does away with food spoilage and safeguards health. It provides a generous supply of ice, makes menu-planning so much easier, permits you to serve the sort of food that your guests will instantly recognize as perfect . . . crisp lettuce, well-chilled beverages, smart desserts. For further details, drop us a card for Booklet G-3.

**GENERAL ELECTRIC**  
★ **Refrigerator**

ELECTRIC REFRIGERATION DEPARTMENT OF GENERAL ELECTRIC COMPANY HANNA BUILDING CLEVELAND, OHIO  
March 1920 Good Housekeeping

Fonte: General Electric (1920, <http://www.ge.com/about-us/history/1913-1924>)

Durante os anos 1930 e 1940, a campanha de eletrodomésticos era feita através do curso gratuito oferecido pela CEERG, a Escola de Economia do Lar (Figura 20), voltado para “senhoras e senhoritas da elite de Porto Alegre” (REVISTA DO GLOBO, n. 18, 1933, p. 30). Eram realizados cursos de culinária e refrigeração para as mulheres serem educadas a cozinhar, cuidar do marido e dos filhos (GUIMARÃES, 2002). Segundo a “Revista do Globo” (n. 18, 1933, p. 30), as mulheres formadas na turma de 1933, tiveram

excelente aprendizagem que transformou cada uma de suas componentes numa dona de casa moderna, que sabe fazer doces e quitutes com economia de tempo e de dinheiro, que esta habilitada a dispensar a qualquer momento, sem prejuízo de ordem doméstica, todas as criadas

Em 15 de setembro de 1934, foi inaugurada em Porto Alegre a nova sede da Escola Economia do Lar. Nesse ano, o curso foi dado pela professora Wanda Brockman (A FEDERAÇÃO, 10 set. 1934, p. 5). Para a festa, foi realizada reunião com alunas diplomadas no prédio Força e Luz, sede da CEERG e Carris. A festa teve comissão organizadora da qual participou a mulher de J. E. L. Millender, gerente das subsidiárias da Amforp em Porto Alegre, Elsie Millender. O dinheiro arrecadado foi revertido em ajuda ao sanatório Belém (A FEDERAÇÃO, 10 set. 1934, p. 5).

Figura 20 - “Senhoras e senhoritas da elite de Porto Alegre”. Turma de mulheres formadas pela Escola de Economia do Lar, 1933. Gerente-geral J.E.L. Millender aparece à direita da foto, na última fila



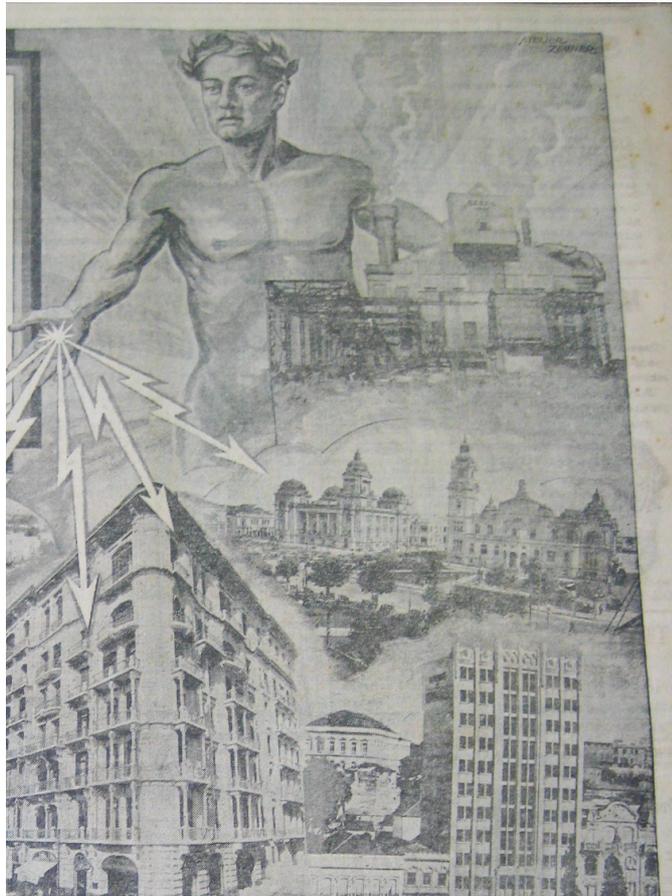
Fonte: Revista do Globo (n. 18, 1933, p. 30)

Como foi visto, a CEERG investiu em anúncios para estimular o uso de eletrodomésticos. A propaganda, informativa nesta época, também ajudava o consumidor:

A fiel cooperadora do progresso – a eletricidade – vem dando constantemente, à linda capital gaúcha, aspectos novos e interessantes. A iluminação pública moderna, de que é atualmente dotada a cidade de Porto Alegre, deu-lhe vida a noite e contribuiu para a segurança dos seus habitantes; os bondes elétricos, rápidos e seguros, facilitaram a atividade do homem de negócios, impulsionaram a edificação da cidade e ampliaram sua área urbana (CORREIO DO POVO, 1932, p. 1, AHPAMV).

O trecho acima corresponde a anúncio da representante da Amforp no Brasil, a CBFÉ, em importante periódico da época, o jornal “Correio do Povo”. No texto, exaltou a eletricidade como “cooperadora do progresso”, pois considerava que contribuía para a modernização da cidade no que diz respeito ao seu embelezamento, com ruas iluminadas à noite, e também à mobilidade, por ser um facilitador da vida cotidiana. O anúncio ocupava a página toda, e enorme imagem (Figura 21) de Zeus, deus grego do trovão, aparecia abraçando o prédio da Usina do Gasômetro, a maior usina termelétrica da cidade na época, e patrimônio histórico de Porto Alegre, atualmente. Os raios de energia que o deus grego do trovão segura vão na direção de importantes prédios e lugares da cidade, sendo a imagem representativa da atuação da Amforp como detentora dos serviços ligados à energia.

Figura 21 - Anúncio CBFE de 1931. Eletricidade: cooperadora do progresso



Fonte: Correio do Povo (1932, p. 19). Arquivo Histórico Porto Alegre Moyses Vellinho (AHPAMV)

A fotorreportagem da “Revista do Globo” e os anúncios publicados colaboraram para a afirmação da CEERG como empresa moderna, e para a difusão do mito da verdade fotográfica através do seu conteúdo (MAUAD, 2005). A sociedade porto-alegrense, ou pelo menos uma parcela dos leitores da revista, poderia usufruir dos aparelhos elétricos, instituídos como facilitadores da vida cotidiana.

Parafrazeando Ana Maria Mauad (2005), as revistas ilustradas formaram nova maneira de pensar e ser, tendo a cidade como cenário e parte da classe dominante, em colaboração com agências do Estado, empresas e setor de serviços, entre outros atores sociais, ou seja, reproduziam um mundo impondo representações e dando unidade ao grupo em ascensão social, a burguesia industrial (MONTEIRO, 1995). A CEERG, como principal anunciante, aparecia nas páginas da “Revista do Globo”, que, diferente do jornal, tinha como público consumidor leitores de maior poder aquisitivo (SOARES, 2002).

A CEERG esteve repleta de simbolismos associados à modernidade, como a sua localização na rua da Praia, como era conhecida a Rua dos Andradas, que era onde aconteciam novas práticas da cultura pública (MONTEIRO, 2012). Era considerada:

o catalisador do imaginário urbano, para o qual convergem as metáforas dos escritores. [...] é a tradicional Rua da Praia o espaço privilegiado de inspiração dos cronistas urbanos. É nesse espaço que se realiza a orientação da percepção do tempo que se volta para o futuro: o presente é mudança e progresso, o que confere a esta postura uma certa visão otimista (PESAVENTO, 1999, p. 320).

Cabe ressaltar que a “Revista do Globo” e outras revistas ilustradas da época foram os principais veículos de divulgação de imagens no século XX. Expressavam o ser e o parecer moderno. Seguiam tendências internacionais, estabeleciam modas, normas, valores e comportamentos. Colaboraram também com a construção de mito, imagens e discursos que se articulavam em torno do progresso positivista estimulado pelo PRR (PESAVENTO, 1999).

Neste capítulo percebeu-se que as subsidiárias da Amforp fizeram parte do imaginário urbano da cidade de Porto Alegre. Através de estratégias muito bem elaboradas, infiltraram-se na sociedade porto-alegrense. No próximo capítulo, será abordado o papel do gerente geral das subsidiárias no processo de penetração da Amforp nas diferentes esferas da sociedade.

### 3 A INFLUÊNCIA DA AMFORP NAS DIFERENTES ESFERAS DA SOCIEDADE

No período pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1917), a influência cultural norte-americana tornou-se mais intensa no Brasil, acompanhando a ascensão da burguesia urbana. A década de 1920 foi marcada pelo ingresso de empresas norte-americanas que se instalaram no Brasil: *Ford Motor Company* (1920), *Kodak Brasileira Ltd.* (1920), *Universal Film Manufacturing Company* (1921), *Armour of Brazil Corp.* (1924), *General Motors of Brazil S.A.* (1925), *Colgate & Company of Brazil* (1926), *Warner International Corp.* (1927) e a Companhia de Força Elétrica Brasileira (1928), representante da Amforp, entre outras (GARCIA, 2006).

A aproximação dos Estados Unidos com o Brasil acentuava-se, tornando-o cada vez mais americano (BANDEIRA, 1973). O desenvolvimento da indústria do cinema de Hollywood oportunizou a divulgação e consolidação do estilo de vida norte-americano (*American Way of Life*). Em 1928, 402 dos 941 filmes exibidos no Brasil eram de origem norte-americana. Segundo Bandeira (1973, p. 209), “a infiltração americana atingia todo o organismo nacional”.

Escritores da época opinaram sobre a influência norte-americana no Brasil, nem sempre favoravelmente. O cronista carioca Lima Barreto, por exemplo, achava que o Brasil copiava os modos norte-americanos, para ele, grotescos (BANDEIRA, 1973):

Se lêssemos os autores corajosos, sinceros e honestos, veríamos bem que os processos políticos dos Estados Unidos são mais ignóbeis possíveis; que eles têm por todos nós um desprezo rancoroso e humilhante; que quando falam em liberdade, em paz e outras coisas bonitas, é porque premeditam alguma ladroeira ou opressão. Menos cavalheiros que a Alemanha, enchem-se de disfarces (BARRETO, 1956. p. 155-156).

O escritor Monteiro Lobato, a princípio, falava sobre o perigo ianque, em 1919, mas em 1927 viajou para Nova York e escreveu sobre o progresso e a civilização dos Estados Unidos, impressionado com o estilo de vida norte-americano no livro “América: os Estados Unidos de 1929” (BANDEIRA, 1973).<sup>65</sup> Alceu de Amoroso, o escritor carioca que adotou o pseudônimo Tristão de Ataíde, “compreendeu o papel do automóvel e do cinema, como instrumentos de penetração da cultura americana que começava a seduzir os brasileiros” (BANDEIRA, 1973, p. 210).

---

<sup>65</sup> LOBATO, Monteiro. *América: os Estados Unidos de 1929*. São Paulo: Brasiliense, 1948.

A influência cultural referida pode ser vista e entendida através da Amforp em Porto Alegre. A empresa era vista como a personificação dos Estados Unidos, sendo considerada para alguns setores da sociedade uma ameaça imperialista, e para outros, oportunidade de desenvolvimento, progresso e modernização.

No contexto da Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder e deu fim à República Velha, buscaram-se meios para o desenvolvimento do capital nacional que atendesse diferentes setores da economia (PESAVENTO, 1985). O regime pretendia garantir as bases para expansão do capitalismo no país. Teve como objetivo ratificar condições de propagação do capitalismo, assegurando interesses de todos os segmentos da burguesia nacional, tais como agrário, industrial, comercial, e “condições de reprodução do capital através da regulamentação do trabalho” (PESAVENTO, 1985, p. 73). O episódio deu início à fase de transição no Brasil. O modelo econômico baseado na agroexportação deixou de ser hegemônico e a industrialização crescente passou a substituir as importações. Tal processo refletiu em mudanças nas alianças dominantes (PESAVENTO, 1985).

Segundo o historiador Gerson Moura (1993, p. 178)<sup>66</sup>, “a Revolução de outubro no Brasil não conduziu nem a uma ruptura radical com o passado, nem sua perfeita continuidade. Redefinição parece ser o termo mais apropriado para caracterizar tanto os negócios internos, quanto as relações externas brasileiras do período”. A política econômica do governo Vargas, ao mesmo tempo que defendia o setor exportador, iniciou uma política cambial que criou condições melhores para industrialização (MOURA, 1993). Moniz Bandeira (1973) e Eugenio Vargas Garcia (2006) se unem com o pensamento de Gerson Moura no que diz respeito à política externa brasileira, pois o autor justifica que a década de 1930 foi uma época de aguda competição entre os Estados Unidos e a Alemanha pela influência política e econômica nas Américas. Nesse momento, houve uma corrida comercial, cultural, política e ideológica entre as duas potências (MOURA, 1993).

Nos Estados Unidos, com Franklin Roosevelt na presidência a partir de 1933, inicia-se a política de “Boa Vizinhança” em relação à América Latina (MOURA; MOURA, 1983). Visava a impedir a influência europeia na região, assegurar a liderança norte-americana no hemisfério, e ainda estimular a estabilidade política nos países latino-americanos (MOURA; MOURA, 1983).

---

<sup>66</sup> O historiador foi também um dos fundadores do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RIO. Gerson Moura obteve o grau de mestrado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e doutorado pelo *University College of London*.

Na década de 1930 os grupos estrangeiros conseguiram atender às crescentes demandas frente às altas taxas de crescimento industrial que giravam em torno de 11% no país, e o Rio Grande do Sul ocupava a terceira colocação no nível de industrialização (VILELA; SUZIGAN, 1973, *apud* SILVA, 2007).

O setor de energia elétrica, essencial para esta industrialização, só foi viabilizado graças aos investimentos norte-americanos da Amforp no Rio Grande do Sul. Seu ingresso a partir de 1928 trouxe, além dos capitais para cidade que se modernizava, aspectos do modo americano de gerenciamento de negócios.

Conforme o relatório da empresa e ressaltado no artigo “A penumbra da luz”<sup>67</sup> de Ferreira, Silva e Simonini (2012b), a Amforp mantinha um programa de estratégias para as subsidiárias que norteavam suas ações, com destaque para: a difusão do uso da eletricidade; a elaboração de projetos com emprego de novas tecnologias; a participação nos programas de desenvolvimento de cada localidade onde estivesse instalada; e a garantia do progresso econômico através de uma satisfatória prestação de serviços, obtendo retorno de lucros para os acionistas e atraindo novos investidores, e o mais importante: mantendo uma administração centralizada, focada no indivíduo responsável pela organização multinacional (AMFORP, *Annual Report*, 1955, p. 6).

O relatório também destaca o princípio de coesão entre a matriz em Nova Iorque e as subsidiárias. Para expandir além do seu território e manter-se como “organização forte e poderosa”, precisaria de um indivíduo capaz, possuidor de habilidades, com iniciativa e autoridade para cuidar das subsidiárias e manter os princípios da matriz no território de atuação (AMFORP, *Annual Report*, 1955, p. 6). Questiona-se quem eram estes indivíduos que vieram para o Brasil responsáveis por executar os objetivos da empresa?

Entre os 47 mil funcionários que trabalhavam para a Amforp em 1930, 85% eram do país de origem no qual estava inserida (FERREIRA; SIMONINI; SILVA, 2012). No entanto, os cargos técnicos e de diretoria eram ocupados por estrangeiros, na maioria norte-americanos. Como foi visto no capítulo anterior, em Porto Alegre não foi diferente com os dirigentes das subsidiárias CEERG e Carris. Foi o caso do engenheiro J. E. L. Millender, estudado nesta pesquisa, descrito por um contemporâneo como “um texano alto, com pescoço de lagarto, queimado do sol e chapéu de *cowboy*. Falava com fortíssimo sotaque americano e

---

<sup>67</sup> Projeto do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo - HCurb Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/Brasil. FERREIRA, Angela Lúcia; SIMONINI, Yuri; SILVA, Alexandre Ferreira Cardoso da. **A Penumbra da Luz**: redes técnicas brasileiras e a gestão da Amforp entre 1952-1963. Disponível em: <[http://hcurbctufn.br.sytes.net/\\_assets/modules/projetosvinculados/projeto\\_vinculado\\_18.pdf](http://hcurbctufn.br.sytes.net/_assets/modules/projetosvinculados/projeto_vinculado_18.pdf)>. Acesso em: 27 março 2013.

era conhecido por todo mundo”, segundo relato de Carlos Brenner.<sup>68</sup> Serão analisadas, a seguir, a partir da figura deste indivíduo, as estratégias elaboradas para se relacionar e negociar com a elite local. Ao longo do tempo, foram tecidas relações em clubes, associações, eventos sociais e beneficentes, ao lado de negociações para promover a modernidade e o desenvolvimento da cidade. Os vínculos da empresa eram então centralizados no gerente-geral Millender, e faziam parte do jogo estratégico do período, materializados através de uma rede de instituições frequentadas pela elite local (FORTES, 2004).

### 3.1 Gerente-geral: J. E. L. Millender

Nascido em 30 de maio de 1890, em Dallas, no estado norte-americano do Texas, era conhecido no seu país de origem como Lindy. Foi descrito como um “gigante entre homens”<sup>69</sup>, em artigo publicado na revista *Spirit* (THOMAS, 1988) da tradicional *Texas A&M University*, onde se formou em Engenharia Elétrica, em 1912. Com dezenove anos, construiu ferrovias e estradas em *Rio Grande Valley*, região no extremo sul do Texas, onde também foi delegado de polícia (THOMAS, 1988). Depois de se formar, serviu como major, durante a Primeira Guerra Mundial, construindo pontes e estradas na França (HILTON, 1948). Na foto a seguir (Figura 22), ele aparece como Capitão da Companhia A-315 de engenheiros. Foi comandante por 13 meses e “tinha as qualidades necessárias para o cargo”, além do mais, “era um dos mais populares oficiais do regimento” (90TH DIVISION, 2014).

---

<sup>68</sup> Carlos Brenner, médico e professor universitário, foi um dos frequentadores mais antigos do Porto Alegre *Country Club*. Este relato encontra-se na obra comemorativa dos 70 anos do *Country Club*.

<sup>69</sup> O título original do artigo publicado na revista *Spirit* (THOMAS, 1988) da tradicional *Texas A&M University*, é “*Giant among men*”.

Figura 22 - Joseph Ermonde Lindy Millender. Corsicana, Texas



Fonte: 90<sup>th</sup> Division (2013, *online*)

Foi chamado de gigante pela revista *Spirit* (THOMAS, 1988) devido a sua altura de 1,95m e pelo fato de ter deixado um presente “surpreendentemente enorme” à universidade, quando morreu, em 1974: uma doação na quantia de 3.5 milhões de dólares na forma de ações e propriedades, transformados em bolsa de estudos para futuros alunos.

Segundo depoimento prestado por Jack Millender, sobrinho do norte-americano para a revista, seu tio “era muito interessado em ajudar pessoas jovens a conseguir educação”<sup>70</sup>, pois, “crescendo da forma que ele cresceu quando jovem, ele sabia o quanto era difícil juntar dinheiro para ir a Universidade. Ele quis retribuir, para que outras pessoas pudessem ter a oportunidade que ele teve” (THOMAS, 1988, p. 7). Jack Millender relembra que o tio havia passado por dificuldades econômicas quando jovem: “ele [Millender] só tinha treze dólares e uma passagem de trem com seu nome” quando chegou na universidade (THOMAS, 1988, p. 7).

Começou a trabalhar para a Amforp em 1920, no México e na Guatemala (HILTON, 1948), e em 1928 foi transferido para a subsidiária da empresa em Porto Alegre, vindo a morar na capital gaúcha com sua esposa, Elsie Mayer (Figura 23), que, como ele, era texana e não tiveram filhos.

<sup>70</sup> Citação original: “*He was very interested on young people getting an education*” (THOMAS, 1988, p. 7).

Figura 23 - Elsie Louise Millender em sua casa em Porto Alegre, na rua Luciana de Abreu, no bairro Moinhos de Vento, 1932



Fonte: Revista do Globo (n. 22, 1932, p. 16)

Quando o casal Millender chegou em Porto Alegre em 1928, deparou-se com uma cidade em transformação. Em 1929, substituiu G. E. Sands, que era o gerente-geral da CEERG e diretor da CBFÉ, quando este viajou, em maio, para os Estados Unidos, com o objetivo de buscar sua família para se estabelecer definitivamente em Porto Alegre (A FEDERAÇÃO, 7 maio 1929, p. 5). Em agosto de 1929, G. E. Sands regressou dos Estados Unidos, ficando responsável pelo “desenvolvimento dos negócios da empresa”, e o cargo de gerente-geral foi passado definitivamente para Millender, que ocupou a posição até 1952 (A FEDERAÇÃO, 29 ago. 1929, p. 4).

Millender destacou-se como um homem público na sociedade porto-alegrense. Na “Revista do Globo”, no jornal “Correio do Povo” e no jornal “A Federação” encontram-se referências às inúmeras reuniões de que participou no *Rotary*, como homenageado, de alguma ação beneficente e na destacada vida esportiva. Esteve envolvido em diferentes esferas da sociedade, fundou clubes e participou de associações. Na sessão “Vida Social” do jornal “A Federação”, uma pequena nota abordou a comemoração do seu aniversário, quando recebeu pessoas de surpresa em sua residência, no dia 30 de maio, referido como gerente da CBFÉ e como “figura de destaque em nossa sociedade” (A FEDERAÇÃO, 31 maio 1932, p. 2).

Millender e sua esposa enfrentaram dificuldades nos primeiros anos, com a eclosão da Revolução de 1930. Pode-se verificar através de correspondência enviada para os pais de Elsie, Sr. e Sra. P. Mayer, em Corsicana, no Texas, e publicada pelo jornal local, na qual ela

relata que houve uma Revolução e que havia dificuldade para se comunicar com a família, pois os barcos e os trens haviam sido suspensos pelo governo. Para tranquilizar seus pais, ressaltou que norte-americanos e estrangeiros não foram molestados. Até mesmo a censura não causou maiores inconvenientes. Os estrangeiros foram protegidos, bem como suas propriedades foram preservadas (*CORSICANA DAILY SUN*, 3 nov. 1930, p. 7).

Em pouco tempo, o casal já era visto como protagonista de vários eventos sociais. A maior parte das notícias recolhidas, quando tratavam da esposa de Millender, ressaltavam sua participação em eventos da empresa do marido e com fins filantrópicos. Elsie esteve envolvida na organização de diversas festas beneficentes, e foi conselheira da Creche São Francisco, junto com Maria Helena Sefton, Judith Cirne Lima e Maria Helena Torelly, esposa de Firmino da Silva Torelly, diretor da Carris de 1931 até 1941 (*DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO*, Ata da Assembleia Geral, 1929-1941), entre outras (*A FEDERAÇÃO*, 20 jul. 1934). No dia 13 de julho de 1934, Millender e Elsie foram homenageados pela creche São Francisco, que reconheceu a ajuda com uma placa do casal no edifício da creche. O casal ajudou a obra assistencial oferecendo um rádio a essa creche (*A FEDERAÇÃO*, 13 jul. 1934). No dia 18 de maio de 1935, Elsie organizou a Feira de Maio, em benefício da Escola Paroquial Nossa Senhora Auxiliadora. Ficou responsável pelo Americana Bar, com o auxílio das senhoras Jandyra Gastal, Lula Soares, Hilda Petersen, Judith Nogueira e Helena Wallay, entre outras (*A FEDERAÇÃO*, 18 maio 1935, p. 2).

Desde 1929, as subsidiárias da Amforp estiveram envolvidas com ações beneficentes. Em outubro desse ano, o diretor da Carris, G. E. Sands, e o gerente-geral, Millender, atenderam os pedidos do orfanato Santo Antonio do Pão dos Pobres para divulgação da Festa da Flor. Os dirigentes concordaram em colocar cartazes da festa, que ia arrecadar dinheiro para a manutenção do local, e as vendedoras de flores puderam viajar de graça (*A FEDERAÇÃO*, 16 out. 1929, p. 4).

Ao menos desde 1932, encontram-se evidências de que o senhor e a senhora Millender residiam no Bairro Moinhos de Vento, em uma casa de dois andares, que ficava na rua Luciana de Abreu, número 184 (Figura 24), esquina com a rua Barão de Santo Ângelo (BISSÓN, 2008). Cabe ressaltar que essa zona da cidade, assim como hoje, era nobre. A rua Barão de Santo Ângelo possuía um número significativo de mansões da época. Segundo o jornalista Carlos Augusto Bissón, em sua obra sobre o Bairro Moinhos de Vento de Porto Alegre, a região era dominada por imigrantes, em grande parte empresários: “Um bom número de ingleses (ou norte-americanos) residiu provisoriamente na Barão de Santo Ângelo (e no Moinhos em geral) naqueles anos [década de 20 e 30]” (BISSÓN, 2008, p. 70).

Provavelmente, eles eram funcionários ou diretores de empresas estrangeiras sediadas na cidade. Millender e Ernest John Aldsworth foram funcionários da *Electric Bond and Share* (Amforp) e moraram no mesmo bairro (BISSÓN, 2008).

Segundo relatos colhidos pelo jornalista Carlos Augusto Bissón, Millender era popular no bairro com as crianças. Promovia corridas de bicicleta com os meninos, e dava prêmios aos vencedores. Além disso, “mandou a CEERG aumentar a intensidade da luz proveniente dos postes ao redor da sua casa”, para que as crianças pudessem brincar na rua até mais tarde (BISSÓN, 2008, p. 49).

Figura 24 - Casa de dois andares de J.E.L. Millender e esposa, na Rua Luciana de Abreu 184, Bairro Moinhos de Vento, Porto Alegre



Fonte: acervo pessoal da autora (set. 2013)

A partir de pesquisa realizada sobre a fundação do *Porto Alegre Country Club*<sup>71</sup>, identificou-se um expressivo número de fundadores relacionados entre si, e esta elite local também participava de outras importantes associações da cidade. Millender foi o idealizador do clube de *golf*, e conseguiu sensibilizar o empresariado local para realizar o

<sup>71</sup> Pesquisa realizada para o seminário de História Social das Elites e das profissões, ministrado pelo Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz, no Curso de Pós Graduação em História da PUCRS, em dezembro de 2012.

empreendimento. Segundo o jornalista (BISSÓN, 2008, p. 48), “Millender foi um dos que realmente sabia jogar golf”.

Diferente de outros clubes fundados no final do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX, principalmente por imigrantes alemães, o clube de golfe foi idealizado por grupo social distinto, parte representativa da elite empresarial do final da década de 1920. A introdução do esporte, que também se destacou pelo fato do golfe ser pouco praticado no Brasil, esteve diretamente relacionada “com a entrada de trustes ingleses ou norte-americanos. Os estrangeiros que aqui prestaram os seus serviços a essas empresas tiveram um importante papel na divulgação desse esporte e na formação dos primeiros clubes de golfe no país” (SOUZA, 2000, p. 45).

Alguns destes homens tinham origem teuto-brasileira, outros eram de origem americana, inglesa e italiana; entre eles destacam-se Antonio Jacob Renner, José Bertaso (Revista do Globo), Dr. Carlos Sylla, Álvaro Gonçalves Soares, A. D. Macdonald, A. S. Cliff, Pelegrin Figuera (Figueras Tratores), Fábio Netto (Café Nacional), Ernesto J. Aldeworth (*Electric Bond & Share*), Victor Adalberto Kessler (City Hotel), Hermano Franco Machado, Dr. Guerra Blessman (médico), Carlos Hofmeister, Arthur D. Sharpus e José Bertaso (Revista do Globo), como refere Souza (2000).<sup>72</sup> Inicialmente, utilizavam para praticar golfe uma cancha improvisada da Brigada Militar (Figura 25).

---

<sup>72</sup> Conforme o jornal “A Federação”, entre os fundadores também estavam: Cel. Carlos Gomes, Dr. Fernando Martins, Dr. José de Almeida Martins Costa Junior, Paulo Livonius, Capitão Olavo Araújo, Charles Voelcker, Dr. Frederico Dahne, Dr. Osvaldo Vergara, Dr. José Luiz Martins Costa, José Cuervo, Norberto Jung, Juan Oliveras, Dr. Renato Costa, José Figueras, Dr. Paulo Franco dos Reis, H. Pickering, F. Xavier de Souza, Osvaldo Rentch, Mário Barcellos, Dr. João Pio de Almeida, José Chaves, Armando Ribeiro, Dr. Camillo Martins Costa, Dr. Almir Alves, J. P. Fish, Carl G. Metzleur, W. Inglis e A. M. Hayblitte. Os administradores do *Porto Alegre Country Club* foram divididos em: presidente, o Col. Frederico Carlos Gomes; o 1º presidente, Dr. Fernando Martins; e o 2º presidente, Dr. José de Almeida Martins Costa. O Conselho de Diretores teve como membros: J. E. L. Millender, Paulo Livonius, Hermano Machado, Dr. Carlos Sylla, Dr. Guerra Blessman, Fábio Netto, J. P. Fish, José Bertaso, Pelegrin Figuera, W. Ingils, A. J. Renner, Olavo Araújo, A. S. Cliff, Charles Voelcker e A. D. MacDonald. No Conselho Fiscal, estiveram Dr. Frederico Dahne, Dr. Osvaldo Vergara e A. M. Haubillte (A FEDERAÇÃO, 28 nov. 1931).

Figura 25 - Jogo de Golfe. Da esquerda, Sr. Carlos Sylla, Olavo Araújo, J. E. L. Millender, H. S. Evans e Armando Dibize



Fonte: Revista do Globo (n. 12, 1930, p. 7)

Verificaram-se algumas redes sociais tecidas por Millender. Um dos integrantes foi Aldsworth, inglês que chegou no Cais do Porto de Porto Alegre em 1911 (BISSÓN, 2008). Também era engenheiro elétrico e trabalhava para a multinacional *Electric Bond and Share*, criadora da Amforp. Conheceu Kester Sefton, um dos diretores do *London and Brazilian Bank*, e acabou casando com sua filha, Alice Sefton. Eles moravam no bairro Moinhos de Vento, na rua Formosa, número 130, perto da casa de Millender.

Como primeira sede do *Porto Alegre Country Club*, foi utilizado um bonde antigo da Carris, cedido por Millender, que ficava próximo ao eucalipto Saligna, símbolo do clube até os dias de hoje (BISSÓN, 2008). O bonde era usado para as reuniões dos membros do clube, refeições e troca de indumentárias para os jogos de golfe. Na falta de espaço físico para acolher os sócios, Millender, que foi o segundo presidente do clube (1931-1932), também realizava as reuniões entre os associados na sede de sua empresa, localizada na Rua dos Andradas, número 1223, no prédio Força e Luz (BISSÓN, 2008).

No dia 3 de janeiro de 1932, durante a inauguração do *Country Club*, ocorreu uma competição de golfe com os associados. O evento contou ainda com a apresentação da *Jazz Band Carris*, constituída por funcionários da empresa Cia. Carris Porto Alegrense, cujo gerente geral era Millender.

O *Porto Alegre Country Club* só teve a sede definitiva inaugurada em 1938, permanecendo até hoje no mesmo local, na rua Líbero Badaró, número 524, no bairro Boa

Vista, na zona norte de Porto Alegre. Continua reunindo entre seus principais associados a elite econômica da cidade, e está instalado numa área de 42 hectares, entre os bairros Mont Serrat e Passo D'Areia.

O livro comemorativo dos 70 anos da fundação do *Porto Alegre Country Club* possui relatos de antigos associados do clube que destacam a figura de Millender como o idealizador do clube. Percebe-se que estas memórias são um dos poucos vestígios que preservaram suas realizações. O *Porto Alegre Country Club* criou, inclusive, um torneio que leva seu nome. Entre as lembranças, ficou o perfil de um homem esforçado e dedicado: “Mr. Millender [...], muitas vezes de madrugada ou ao entardecer, pode ser encontrado nos fundos do campo, consertando cercas ou cuidando dos *greens*”, segundo o casal Jacobi (SOUZA, 2000, p. 26). Millender era referido na imprensa local como “distinto e infatigável desportista”, cabendo a ele a iniciativa “desse importante centro desportivo” e “à sua capacidade, à sua energia, e ao seu devotamento levantou-se vitoriosamente no arrabalde de Mont Serrat, a linda sede da associação” (A FEDERAÇÃO, 4 jan. 1932, p. 6).

Em artigo da Revista do Globo, pode-se ter uma ideia do prestígio do clube:

Esporte [golfe] essencialmente aristocrático, o golfe se impôs de tal modo à sociedade atual que não há país em que não tenha penetrado, tomando imediatamente um rápido desenvolvimento. É que se trata de um dos esportes que mais se adaptam às condições e necessidades da vida moderna, quer como um agradável e sedutor método de cultura física, quer como fator de aproximação social (REVISTA DO GLOBO, n. 19, 1932, p. 34).

As pessoas que frequentavam o clube queriam ver e serem vistas. O Country proporcionava a prática do golfe, e o salão era utilizado para grandes e elegantes festas voltadas para distintas pessoas da sociedade. Acompanhando o crescimento da cidade, almejava ser moderno e globalizado. A “Revista do Globo” era um dos veículos de maior prestígio de divulgação da vida econômica e cultural do estado. O público para o qual a revista era voltada também difere do jornal, sendo de maior poder aquisitivo (MONTEIRO, 2007). Destaca-se a intelectualidade local nas reportagens sobre os frequentadores do clube, como o Sr. e a Sra. Veríssimo e o escritor e pintor Ângelo Guido, que mais tarde foi prestigiado por Millender em exposição na qual adquiriu três quadros deste importante artista (A FEDERAÇÃO, 4 jul. 1934, p. 5).

Segundo a “Revista do Globo” (n. 3, 1933, p. 14), que costumava se referir ao clube como “ponto de reunião da elite de Porto Alegre”, suas instalações ofereciam:

todas as condições indispensáveis à realização de reuniões elegantes [...], esporte aristocrático, tem conquistado não apenas o elemento masculino de maior representação entre as classes conservadoras do nosso meio, como também, numerosas senhoras da nossa melhor sociedade (REVISTA DO GLOBO, n. 3, 1933, p. 14-15).

Deste modo, o *golf*, a semelhança do que tem acontecido em todos os grandes centros modernos de atividade, vem representar, em Porto Alegre, não apenas um utilíssimo movimento esportista, mas um importante fator de movimentação da nossa vida social, pela aproximação que vai fazendo das famílias da sociedade local (REVISTA DO GLOBO, n. 3, 1933, p. 14).

A “Revista do Globo”, entre 1929 e 1934, ressaltou J. E. L. Millender como um homem à frente do seu tempo, associado à energia elétrica, símbolo da modernidade, e que se relacionava com diferentes personalidades. A cidade moderna é global e o empresário é um homem estrangeiro, o que compõe perfeitamente esta construção. Ao longo dos anos, a revista deu maior visibilidade ao diretor da CEERG, e, no primeiro ano de circulação, ainda não estampava seu nome na revista, apenas sua imagem. A Revista tinha a CEERG como um dos maiores anunciantes e, provavelmente, desejava agradar o cliente. Lembra-se que José Bertaso, proprietário da “Revista do Globo”, foi um dos fundadores do *Porto Alegre Country Club*.

O jogo de golfe proporcionava interessantes encontros e redes de sociabilidade tecidas no âmbito político entre empresários e visitantes do exterior, como pode ser visto em notícia do jornal “A Federação”. Como aludido, o contrato entre a Amforp e o município ocorreu na gestão de Alberto Bins, intendente e mais tarde prefeito. Alberto Bins, político influente, levou o embaixador da Itália no Brasil, Sr. Vitorio Cerutti (Figura 26), para conhecer a cidade de Porto Alegre, no dia 27 de fevereiro de 1932 (A FEDERAÇÃO, 27 fev. 1932, p. 2). Na ocasião, foi oferecido a ele banquete na confeitaria do Rocco. A recepção tinha como objetivo impressionar o embaixador com a cidade. Alberto Bins mostrou as novidades de Porto Alegre, como a Hidráulica, no bairro Moinhos de Vento, a construção da Avenida Borges de Medeiros, no centro da cidade, e, para terminar a programação, uma visita ao *Porto Alegre Country Club*, para jogar uma partida de golfe. O embaixador jogou na companhia do Sr. Hermano Machado contra a outra dupla formada por Millender e o cônsul norte-americano, Sr. Castleman. Millender, desta forma, servia ao intendente Alberto Bins a mediar os interesses estratégicos na visita de personalidades estrangeiras, mostrando uma Porto Alegre moderna e desenvolvida.



Fonte: Revista do Globo (n. 3, 1933, p. 15).

A compilação de notícias do jornal “A Federação” também destacava o estreito relacionamento do Gerente Geral da CEERG e Carris, J. E. L. Millender, e Alberto Bins, pois quando recebia visitantes, tais como os alunos da Escola Naval, contava com seu apoio para recepcioná-los nas instalações da Usina do Gasômetro, bem como com os ônibus cedidos pela Carris para transportá-los. Em nota, os alunos se diziam impressionados com os métodos de uso de carvão utilizados pela Usina (A FEDERAÇÃO, 17 mar. 1932, p. 3).

É relevante compreender que Alberto Bins e Millender faziam parte da mesma elite porto-alegrense, encontrando-se em diversas áreas, tanto no âmbito social quanto econômico, ligadas ao desenvolvimento comercial e industrial da cidade. Nota-se que o interesse de todo industrial era que o setor de energia se desenvolvesse. Alberto Bins, filho do alfaiate alemão Mathias Bins, que veio para o Brasil de Merl, em 1854, esteve envolvido com atividades comerciais desde cedo na sua vida (FRANCO, 2010). Preocupado com o futuro do filho, enviou Alberto Bins para trabalhar nas usinas Krupp da Alemanha, a fim de fazer uma aprendizagem capaz de torná-lo futuramente um dirigente (CORREIO DA MANHÃ, 16 de jun. 1936, p. 17). Também lidou com a indústria metalúrgica, na fabricação de fogões, cofres e camas, através da marca Berta em 1899 (FRANCO, 2010). Em 1904, tornou-se dono da metalúrgica Berta, modernizando-a por meio de incorporação tecnológica e de novos métodos de produção. A empresa vendia seus produtos para todo o país, com volume considerável de

exportação. Foi a primeira empresa a produzir cofres que fossem aceitos por estrangeiros (BUENO; TAITELBAUM, 2009).

Foi líder industrial no Rio Grande do Sul, na medida em que fundou o Centro Econômico do Rio Grande do Sul, em 1904 (FRANCO, 2010). Como prefeito, organizou a Exposição do Centenário Farroupilha, importante exposição do Rio Grande do Sul (FRANCO, 2010). Anos após, casou-se com Clotilde Christoffel, filha do dono da cervejaria Christoffel. Foi eleito deputado estadual pelo PRR em 1913, 1917, 1921 e 1926. Em 1926, tornou-se vice-intendente, na gestão de Otávio Rocha e, quando este morreu, assumiu a Prefeitura da capital, permanecendo no cargo por dez anos (de 1928 a 1937). Foi presidente da Associação Comercial de Porto Alegre, um dos fundadores do Banco Pelotense, do Sindicato do Arroz e da Varig, além de mentor do Centro da Indústria Fabril Rio-grandense. Acabou por se retirar da política em 1937, e se dedicou a atividades de cultivo de arroz e vinhos em sua Granja Progresso, morrendo em 1957 (BUENO; TAITELBAUM, 2009).

Outro local de contato entre Alberto Bins e Millender foi as reuniões semanais do *Rotary Club*.<sup>73</sup> Uma das exigências do clube era possuir “grêmio de homens de elevadas normas de conduta”, além do mais, proclamava que promovia a amizade entre homens, reconhecendo mutuamente suas virtudes (A FEDERAÇÃO, 18 fev. 1934, p. 2). Este clube, criado aos moldes americanos, foi fundado em Porto Alegre em 7 de novembro de 1928 no Grande Hotel. Possuía 22 sócios, entre três mil associados no mundo<sup>74</sup> (A FEDERAÇÃO, 8 nov. 1928, p. 5). No dia da inauguração, comemorada um dia depois no Clube do Comércio, Alberto Bins esteve presente entre os sócios (A FEDERAÇÃO, 9 nov. 1928, p. 9). Conforme a notícia:

O *Rotary* Clube aspira organizar esse concertante como a expressão mais alta da cultura econômica e cívica de um povo. Tende, portanto, a reunir em comunidade fraternal os homens que representem as diversas forças vivas do país, constituindo uma espécie de estado maior formado pelas suas mais caracterizadas personalidades [...]. Para alcançar este resultado se reúnem em cordial camaradagem pessoas que representem diferentes espécies de atividades, mas que se inspiram pelos mesmos sentimentos quanto ao seu trabalho e quanto ao interesse pelo bem geral (A FEDERAÇÃO, 8 nov. 1928, p. 5).

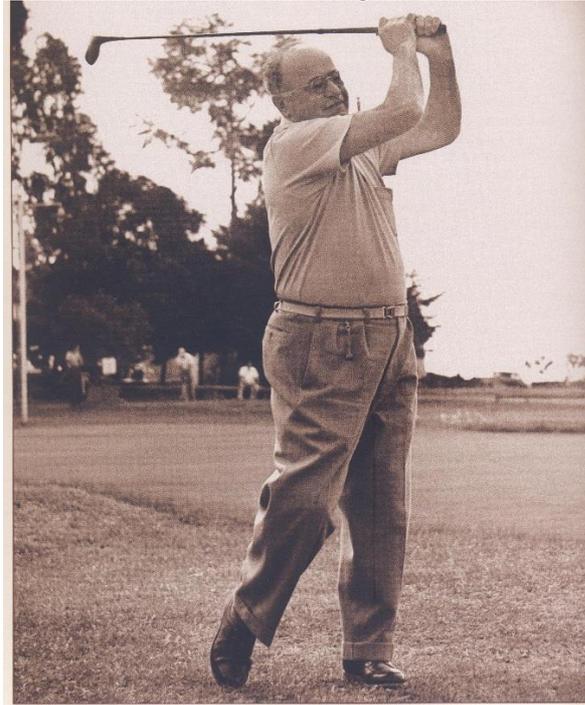
<sup>73</sup> Fundado pelo advogado Paul Harris, em 1905, em Chicago nos Estados Unidos. Quis mudar no que acontecia entre as partes que disputavam algo, e assim, fundou novo movimento que tinha como objetivo ser altruísta, tendo como ideal ajudar o próximo. Possuía dois princípios básicos, um deles era “servir com base de todo empreendimento digno e, em segundo, afirmava que tinha como norma primordial a ética na realização de negociações e profissões” O segundo *Rotary* foi aberto em São Francisco, na costa oeste dos Estados Unidos, quando, em 1922, tornou-se global (A FEDERAÇÃO, 18 fev. 1934, p. 2).

<sup>74</sup> Primeira diretoria do *Rotary* de Porto Alegre foi constituída por: presidente, Ismael Chaves Barcellos; vice-presidente, Dr. Frederico Dahne; primeiro secretário, dr. Carlos Azevedo; 2 secretário, dr. Eduardo Secco Junior; tesoureiro, Osvaldo Rentzsch; vogais, Othelo Rosa e Ismael Torres (A FEDERAÇÃO, 8 nov. 1928, p. 5).

Alguns dos fundadores do *Porto Alegre Country Club* também eram rotarianos, como José Bertaso, A. J. Renner, Fábio Netto, John Aldsworth, Pelegrin Figueras e Victor Kessler, entre outros<sup>75</sup>, ou trabalhavam na CEERG ou na CBFE, como G. E. Sands, Fernando Martins e John Aldsworth. A primeira reunião registrada pelo jornal “A Federação” em que o intendente e o gerente-geral são mencionados juntos foi no ano de 1931, quando a nova diretoria do *Rotary Club* foi estabelecida, e Millender e Alberto Bins foram delegados à seção de Serviços Internacionais (A FEDERAÇÃO, 13 jul. 1931, p. 4). Cabe ressaltar que as reuniões serviam para debater questões econômicas e sociais, bem como ações de auxílio aos necessitados.

A. J. Renner, como Alberto Bins e Millender, frequentava tanto o *Porto Alegre Country Club* quanto o *Rotary* (Figura 27).

Figura 27 - A. J. Renner no Porto Alegre Country Club em 1930



Fonte: Axt e Bueno (2013, p. 110)

A. J. Renner consolidou-se como uma das principais figuras do meio empresarial do Rio Grande do Sul, e possuía uma das maiores empresas de vestuário da América Latina (FORTES, 2004). A história da sua família esteve ligada ao comércio. Seus avós vieram para o Rio Grande do Sul no início do século XIX e seu pai era um construtor de moinhos.

<sup>75</sup> Entre os rotarianos da época, também podem ser citados: Fernando Martins, Ismael Chaves Barcellos, Adolpho Luce Junior, Basil Sefton, Piero Sassi e Fernando de Azevedo Moura,

Nascido em 7 de maio de 1884, na colônia alemã da serra, Alto Feliz (AXT; BUENO, 2013), em 1900, mudou-se para São Sebastião do Caí, onde viveu dos 19 aos 30 anos de idade (AXT; BUENO, 2013). Seu pai abriu uma refinaria de banha, a Banha Rosa, em 1894, que mais tarde foi transformada em frigorífico (FORTES, 2004). Mais tarde, A. J. Renner abriu uma ourivesaria com a ajuda do pai. Aos 20 anos, casou-se com Mathilde Trein, herdeira da empresa *Christian Jacob Trein & Co.*, da qual tornou-se sócio (AXT; BUENO, 2013). Seu negócio começou com produção de capas de lã impermeáveis; mais tarde, devido ao sucesso, deu início à confecção de ternos masculinos, tornando-se, no final dos anos 1920, o primeiro lugar na indústria de fiação e tecelagem no estado.

A. J. Renner, assim como Millender, era morador do bairro Moinhos de Vento, na rua Moinhos de Vento (atualmente 24 de Outubro) esquina com a Quintino Bocaiúva. A partir de 1930, começou a ter uma vida pública mais ativa. Participou da Comissão Permanente de Indústrias, criada pelo governo estadual “para resolver os problemas de chegada de suprimentos, escoamentos da produção” e outros referentes ao operariado (FORTES, 2004, p. 183). No dia 7 de novembro de 1930, foi criado o Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul (Cinfa), em razão das greves articuladas em 1929. A. J. Renner foi o primeiro presidente, “com respaldo de Alberto Bins” (FORTES, 2004, p. 184). Através desse cargo, ingressou no Partido Republicano Liberal (PRL), organizado por Flores da Cunha, o interventor federal do Rio Grande do Sul. Sua carreira partidária terminou com o advento do Estado Novo, em 1937.

As articulações políticas e econômicas firmadas por A. J. Renner se assemelhavam às de Millender, sendo que nas reuniões semanais do *Rotary Club* aproveitavam para trocar experiências entre os rotarianos, como foi ressaltado pelo jornal “A Federação”, sobre a viagem de A. J. Renner realizada aos Estados Unidos (A FEDERAÇÃO, 30 ago. 1934).

Renner “teve um papel absolutamente central na redefinição dos perfis da indústria e da classe operária de Porto Alegre na primeira metade do século” (FORTES, 2004, p. 178). Implantou diversos benefícios aos trabalhadores da sua empresa, afrontando indiretamente o movimento operário, que via na sua figura um concorrente pela lealdade dos trabalhadores, e também o inimigo na sua luta por direitos (FORTES, 2004).

A influência política dos industriais se dava através da “rede de instituições e organismos culturais mantidos até a Segunda Guerra Mundial” e da “ascendência que possuíam sobre segmentos da própria classe trabalhadora, por meio de sofisticado sistema paternalista que integrava empresa, família e comunidade, perpassadas por valores e práticas culturais estruturados por relações hierárquicas de gênero e étnica” (FORTES, 2004, p. 179).

A exemplo de Renner e outros industriais gaúchos do período, os contatos pessoais de Millender não se limitavam à elite, pois eram cultivados também no ambiente de trabalho. Assim, outra ponte de encontro entre os empresários citados eram as relações paternalistas com que tratavam seus funcionários. Alexandre Fortes (2004, p. 177) se refere a esse relacionamento como uma “variedade mais moderna de paternalismo empresarial praticado no Brasil”. Para ele, a indústria do vestuário de A. J. Renner e a de aviação Varig possuíam “políticas de benefícios” e similaridade “em sua concepção sobre as relações entre capital e trabalho” (FORTES, 2004, p. 177). O autor ainda revela que as políticas sociais dessas empresas “alimentavam a imagem do capitão de indústria como pai de família que pretendia constituir no âmbito da empresa” (FORTES, 2004, p. 179).

Millender aplicava as mesmas políticas sociais na CEERG e na Carris, e ver-se-á que também sustentavam benefícios aos seus funcionários, que, para Pesavento, eram “disfarces da dominação” (FORTES, 2004, p. 203), mas que também pode ser compreendida como parte da cultura empresarial da época. Em 1931, conforme nota do jornal “A Federação”, a CEERG e a Carris possuíam Caixa de Aposentadorias e Pensões (A FEDERAÇÃO, 2 dez. 1931, p. 5), que em 1933, contava com 1.487 funcionários associados, sendo 347 da CEERG e 1.140 da Carris (A FEDERAÇÃO, 29 abr. 1933, p. 7). Tais benefícios eram distintos, na medida em que poucas empresas da época concediam-nos aos seus funcionários.

A imagem de Millender, cultivada através dessas relações, da sua atuação na vida pública da cidade e nas publicações oficiais da empresa em jornais da época, projetou-se na memória coletiva daqueles que o cercaram. O funcionário Roberto Vásquez<sup>76</sup>, que trabalhou no setor de Controle de Análise de Carvão, sendo entrevistado em 1988 para o “Projeto Memorial Usina do Gasômetro”, recorda a figura de Millender:

Ele era um texano, é o estado americano que se assemelhava ao Rio Grande do Sul, é o estado dos *cowboys*, não é? E ele, seguido estava lá embaixo [Usina], ia todo dia. Era muito querido. [...] ele deixou nome aqui na cidade. Era muito dado com todo mundo, para ele não tinha diferença. O homem era bom e ele era bom de sentimentos. Quanta gente ele favoreceu. Ele foi destaque aqui em Porto Alegre. Foi o criador do *Country Club*, lá na rua Anita Garibaldi [...]. Ele jogava golfe e criou o campo de golfe e toda essa gente foi para lá jogar.

A imagem de Millender é projetada como amigo do trabalhador. O gerente saía de seu escritório e descia até a usina, misturando-se aos funcionários. Além do mais, é exaltado

---

<sup>76</sup> O entrevistado nasceu em Montevideo, em 20 de outubro de 1904. Filho de José Manoel Vasquez e Catarina Chiva Vasquez. Teve dois filhos, Maria Helena Etcheverry e Elisabeth Maria Vasquez Elmo. Projeto Memória da Usina do Gasômetro/Transcrições das entrevistas, 1988 (AHPAMV). Fundo Cultura, código 19.10.6.

como um homem de grandes feitos, como a fundação do clube de golfe. Por outro lado, Millender também transmitia a imagem de “um pai severo e atencioso” (FORTES, 2004, p. 207). Para Roberto Vasquez, apesar do trabalho árduo, a experiência de trabalhar para a empresa norte-americana foi boa:

Aquela época era uma época de ouro, a gente trabalhava com prazer naquela empresa. Era uma coisa muito séria [...] aquele que não estivesse meio [?], ele mesmo se dava conta e desistia. Muita, muita exigência. [...] A gente trabalhava de verdade, mas com prazer [...]. Nos dávamos bem (AHPAMV, Fundo de Cultura, 1988).

Para Fortes (2004, p. 211), “esse tipo de combinação de uma atitude de respeito ao trabalhador com uma rígida hierarquia e a exigência de dedicação obstinada” era visto na Varig. Nas entrelinhas do funcionário, também nota-se esse comportamento. Sobre os foguistas, o depoente relatou:

Eles trabalhavam bem porque [...] eles eram bem tratados. Em geral eles gostavam muito desse presidente, por que ele era [...] uma pessoa muito dada. Ele não fazia distinção do preto, rico ou pobre. Para ele, todos eram pessoas. Ele tinha uma certa filosofia de vida muito interessante (AHPAMV, Relato Roberto Vasquez, 1988, s.p.).

As qualidades pessoais são ressaltadas. O gerente é visto como um amigo e bem relacionado com as autoridades do período:

ele era querido por todo governo e autoridade [...].  
 Todos esses políticos da época [...] ele freqüentava a alta roda naturalmente.  
 Também, se tu pedias alguma coisa para ele, ele se desmanchava para atender. [...] é como nosso homem do interior aqui, sabe? Em geral eles são bons, são de boa índole. São puros, e ele era assim, sabe? Era pedir um favor para ele... ele nunca disse não.  
 Mas era muito simpático, muito dado, brincalhão. Gostava de anedotas, contava anedotas. Era um verdadeiro gaúcho americano. E ele usava um chapelão grande também de gaúcho. Eu tenho... ele foi na sua mocidade xerife de uma cidade pequena nos Estados Unidos. Eu tenho um recorte do Correio do Povo, faz o histórico dele, ele está vestido de xerife com um bota de um trabuco na cintura. Ah, que coisa notável! É, e tinha esta vida tem. As vezes eu nem gosto de recordar de certos fatos. Hoje está tão diferente e tão difícil um relacionamento bom e simples.  
 [...] quando eu entrei em mil novecentos e vinte e nove, a chefia era toda americana: Vice-presidente, Gerente Geral, Contador-Geral e vários funcionários de Contabilidade que vieram para instituir o sistema de contabilidade da empresa, o sistema americano. Naturalmente que isso era para fazer face a remessa de informações para essa companhia americana, não é? A qual ela pertencia, além de ter a escrita, [...]. Quer dizer que eram duas escritas. Eu cheguei a trabalhar no relatório financeiro por vinte anos em inglês. Fazia-se todo o movimento mensal de todos os setores, estava tudo ali em um folheto, uma coisa muito bem feita [...], digno de ser copiado pelas empresas. Naturalmente, [...] quando foi encampada, aquele serviço foi desativado porque não tinha objetivo nenhum, não é? Tudo era

uma informação para ir até Nova Iorque [...] (AHPAMV, Relato Roberto Vasquez, 1988, s.p.).

Pergentina Moretto<sup>77</sup>, funcionária da Usina do Gasômetro, também demonstra satisfação em relação ao tempo passado, ao longo dos muitos anos em que trabalhou na empresa, antes e depois da encampação. Ao ser questionada sobre a exigência de trabalho dos americanos, argumenta:

[...] eu acho que todo mundo **cumpria com a obrigação**, quer dizer que eles não eram assim... uma seriedade [...]. Eu gostei muito de trabalhar com os americanos e quando foi encampado também, continuei no mesmo serviço que eu tinha, na mesma coisa, não mudou nada. [...]  
Agora os meus chefes foram muito bons. Tanto faz os americanos como os brasileiros, quer dizer, quando houve a encampação, a seção continuou a mesma coisa, com os mesmos chefes, os mesmos funcionários. Não houve mudança nenhuma. Então sempre foram muito bons. [grifou-se]

A trabalhadora manifesta que trabalhar ia além da vontade, era um dever. Segundo olhar de Jorge Ferreira (1997, p. 22), “o Estado nos anos 30 e 40 tornou-se produtor de bens materiais e simbólicos, a fim de obter deles a aceitação e o consentimento do regime político”. Sendo assim, neste período, pode-se notar a nova relação entre Estado e classe trabalhadora baseada em nova legislação social e trabalhista, na qual o trabalhador é valorizado e necessário, e ele se sente como tal, pois é seu dever. A empresa também reflete esses valores para os trabalhadores, contribuindo para a lógica idealista e os valores do Estado.

O depoente Roberto Vasquez relembra a época da enchente de 1941 e de uma foto que tinha do gerente-geral Millender (figura 28). A foto chama a atenção pela postura do gerente geral que se encontra no meio da inundação, auxiliando na evacuação da Usina.

Durante a enchente de 1941, por exemplo, entrava-se de bote lá dentro da usina, remando. [...] A Usina parou, a água subiu de tal forma que chegou nas caldeiras e não puderam fazê-las funcionar. Houve então um racionamento na época. [...]. Eu tenho uma fotografia [...] o gerente-geral saindo de bote lá de dentro da usina, remando. Ficou tudo inundado.

---

<sup>77</sup> Depoente Pergentina Guimarães Morreto, brasileira, nascida em Porto Alegre no dia 20 de outubro de 1907. Casada com Silvio Moretto. Era eletricitária da CEEE.

Figura 28 - Millender empurrando o bote junto aos funcionários da Usina. Enchente maio de 1941, Porto Alegre



Fonte: Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman. Foto n. 6444F

O trabalhador considera o sistema americano digno de ser copiado e demonstra orgulho do seu antigo ambiente de trabalho, Roberto Vásquez descreve relações com outros atores sociais e, apesar da provável desigualdade entre eles, esta interação influencia o comportamento de todos dentro da Usina. Ele não se vê submisso aos outros participantes, mas integrante de uma ordem. Na última frase do trecho supracitado, nota-se um sentimento nostálgico em relação ao tempo vivido: o passado era bom, mas já terminou.

Entre as políticas sociais criadas pela empresa, destaca-se o clube de futebol Grêmio Esportivo Força e Luz (Figura 29) para os funcionários, fundado em 1921, e que teve Millender na diretoria. A abertura da temporada de jogos de futebol no Clube Rui Barbosa, em 1932, também teve sessão de filmes e apresentação da *Jazz-Band* Carris Porto Alegrense (A FEDERAÇÃO, 26 fev. 1932, p. 8). Meses mais tarde, o clube inaugurou o G. E. Força e Luz na rua Arlindo. Segundo a notícia do jornal “A Federação”, o campo era o mais central e mais perto das linhas de bondes. Para a inauguração, convidou-se como adversário do time o Grêmio Porto-Alegrense (1903), e a madrinha da cerimônia foi a esposa de Millender, Elsie, que cortou a fita inaugural (A FEDERAÇÃO, 3 jun. 1932). Em 1935, nova inauguração teve como convidados autoridades civis e eclesiásticas, entre outros. Na cerimônia, foi homenageado Flores da Cunha, que cortara a fita de abertura. Comemorou-se a praça de

esportes Força e Luz para associados do Clube da Carris e a programação teve jogos, aviões do exército, e novamente, apresentação da banda de *Jazz Carris* (A FEDERAÇÃO, 13 abr. 1935, p. 5).

Figura 29 – Grêmio Esportivo Força e Luz



Fonte: Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman. Foto n. 6479f

Outro espaço de sociabilidade entre a empresa e os funcionários, segundo o projeto “Memória Carris”, consistia nas apresentações da banda de *Jazz*. Consta que o idealizador do conjunto musical *Jazz-Band Carris*<sup>78</sup> foi o gerente-geral Millender. A orquestra era composta por funcionários da empresa e objetivou, assim como a criação de um teatro e cinema, proporcionar lazer. O grupo de funcionários era composto por motorneiros e cobradores, entre outros, que viriam a formar o grupo (MEMÓRIA CARRIS, 2014). No entanto, foi necessária a contratação de alguns profissionais para que o projeto se tornasse realidade. Millender impôs a condição que os músicos profissionais, para que tocassem na *Jazz-Band Carris*, trabalhassem para a empresa. Segundo texto sem data do acervo da memória Carris:

Em todos os carnavais (Mr. Millender era fã incondicional desta festa) o *Jazz Carris* divertia os quase quinhentos funcionários, juntamente com os seus familiares. Organizavam-se verdadeiras festas dentro da Carris, que em certa época também contratava o regional de Piratini para atuar no teatro com pequenas esquetes, bem

<sup>78</sup> Contou com importantes músicos de *Jazz* da época como o saxofonista Marino dos Santos, o baterista Luiz Americano, o violinista Ulisses Bernardi e o pianista Hans Guampa.

como tocar números musicais. Dava gosto observar e participar dessas festas da empresa [...].

Os anos 1930 foram considerados pelo pesquisador Herdy Verdana um dos momentos mais importantes da música popular brasileira em Porto Alegre. Diversos bailes e festas, muitos ligados a eventos da Carris e do *Porto Alegre Country Club*, entre outros, contaram com o *Jazz-Band Carris*.

Outro local em que se destaca a atuação de Millender, por sua formação militar, foi a fundação do Aeroclube do Rio Grande do Sul. O objetivo era incentivar a aviação militar e civil no estado. Entre os fundadores estavam: Dias Campos, Carlos Maria Bins, Capitão Tenente Jusaro Fanoto, Tenente Paulo Sampaio, Metzleaur e Lothar Pabst (que estava representando Millender), João Alvez, Rubem Berta, Otto Meyer (gerente Varig) e Frank Sampaio (gerente da Panair), entre outros (A FEDERAÇÃO, 25 maio 1933).

Conta-se que Millender pegava o bonde para ir para o trabalho, na sede da CEERG na rua da Praia, e manejava ele mesmo o veículo da Carris, dispensando o condutor (BISSÓN, 2008).

Os motivos prováveis de sua permanência por tanto tempo no estado estão relacionados a fatores econômicos e sociais. A doação de milhões de dólares para sua antiga faculdade são indícios de que foi bem sucedido em sua vida empresarial, através das atividades nas subsidiárias da Amforp, e, provavelmente, como pecuarista. No entanto, cabe reflexão acerca dos motivos sociais que o fizeram permanecer por tanto tempo no Rio Grande do Sul.

Em interessante entrevista com o brasilianista norte-americano Joseph L. Love, que como Millender nasceu no Texas, fez considerações a respeito da semelhança entre seu estado natal e o Rio Grande do Sul. Afirmou que ambos os estados possuem em sua história marcantes tradições e forte regionalismo e identidade cultural. Para ele, em seu subconsciente, a escolha do foco de sua pesquisa, o Rio Grande do Sul, tem relação com essa semelhança cultural. Vê similitude, através de um dito, e nas suas palavras, “há uma frase que se ouve de vez em quando no Texas, que diz o seguinte: ‘Americano por nascimento e texano pela graça de Deus’” (HEINZ, 2003, p. 167).

Quando Millender foi questionado sobre o Rio Grande do Sul, em artigo publicado em 1949, sob o título “Nativos do Rio Grande parecidos com os texanos”<sup>79</sup>, no jornal *The Miami*

---

<sup>79</sup> Tradução livre. O título original é “*Natives of Rio Grande much like Texans*” (TARVAR, 1949).

*News*, também delinea este paralelo cultural. Millender fala sobre sua vida no Rio Grande do Sul:

Sinto-me em casa aqui. E não apenas por causa das 8,000,000 cabeças de gado. Essas pessoas [gaúchos] tem o mesmo espírito e entusiasmo que os texanos. E eles não levam desaforo de ninguém. Eles são cidadãos do Brasil, assim como os texanos são dos Estados Unidos. Mas eles são rio-grandenses em primeiro lugar.<sup>80</sup>

Millender utiliza o mesmo ditado citado por Joseph L. Love para fazer o elo entre os estados. É interessante perceber que o sentimento dos texanos é de aparente afinidade com o Rio Grande do Sul, mesmo que em épocas diferentes.<sup>81</sup> Não cabe aqui afirmar se tais relações são procedentes ou não, mas sim, ressaltar que, ao menos no senso comum, os dois estados possuíam forte semelhança, sendo este um possível fator da permanência de Millender no estado.

Em outra foto (Figura 30), Millender está trajando, aparentemente, roupa típica de *cowboy*, que se enquadra na descrição de Joseph L. Love sobre o gaúcho no livro clássico “Regionalismo gaúcho”:

sua roupa colorida compunha-se de um chapéu de aba larga; um lenço em volta do pescoço; botas de cano alto com pregas sanfonadas nos tornozelos; enormes esporas ruidosas, chamadas chilenas; calças largas e pesadas (bombachas) para proteger as pernas contra o cerrado (LOVE, 1981).

---

<sup>80</sup> Citação original: “*I feel at home here. And not just because of the 8,000,000 cattle. These people have got the same spirit and zest as Texans. And they won’t take anything from anybody. They’re citizens of Brazil just as like Texans are of the U.S. But they’re Rio Grandens first!*” (TARVAR, 1949, tradução livre).

<sup>81</sup> Millender foi entrevistado em 1949, enquanto Joseph Love foi entrevistado em 2003.

Figura 30 - Lindy Millender, 1912



Fonte: Thomas (1998, p. 7)

No Rio Grande do Sul, assim como no Texas, Millender criava gado. Segundo o jornalista gaúcho Carlos Augusto Bissón, escritor da história do bairro Moinhos de Vento em Porto Alegre (BISSON, 2008), Millender teria regressado ao seu estado natal no final dos anos 1940. Já aposentado, teria voltado ao Rio Grande do Sul, indo morar no município de Gravataí com seu irmão, em 1953. O jornalista afirma que os dois eram proprietários da Granja Itacolumi, onde criavam gado da raça *Jersey*. Não foram encontradas fontes que confirmem essas informações, no entanto, em 1945, o *Corsicana Daily*, jornal local da cidade de Corsicana, noticiou o envio da compra de dois touros de “raça pura” do rancho *Burke Brothers Brahma* para J. E. L. Millender em Porto Alegre, no Brasil.<sup>82</sup>

Além disso, Millender serviu como intermediário das relações entre Estados Unidos e Brasil, tendo recebido condecoração brasileira da Ordem Militar do Cruzeiro do Sul, em 1945, homenagem prestada a estrangeiros pelo Presidente da República. Sabe-se também que

<sup>82</sup> CORSICANA DAILY, 19 dec, 2005. *December 19, 2005. A Step Back in Time ...* Bob Dennis, Corsicana Daily, 1945. Texto original: “Two Burke Brahmas Shipped To Brazil – Sale of two pure breed Brahma bulls from Burke Brothers Brahma ranch east of Corsicana to J. E. Millender, Porto Alegre, Brazil, was revealed this week by Harry Burke, one of the owners of the famous ranch here. Millender, manager of a large electric concern in Brazil, formerly resided in Corsicana but has been in the South American country for many years. One of the animals is the 15-months-old Diez Moroto II, half-brother to Highland Moroto, grand champion at the last Houston Brahma show and Moro Mansuco, aged 10 months. The young bulls will be shipped to Brazil within a few days.”

Millender participou do *Office of Inter-American Affairs*<sup>83</sup> no Brasil, e era Maçon, segundo o Dicionário biográfico *Who's Who* (HILTON, 1948). No entanto, fontes indicam que Millender morreu em 1974, no seu país de origem, mas não se sabe os motivos do seu retorno. Millender dizia que existiam dois países maravilhosos no mundo: o Texas e o Rio Grande do Sul (BISSON, 2008).

Figura 31 – Visita de Millender ao Brasil em 1959. Recepcionado pela presidente da EEB L.M. Pabst e sua esposa no Cais do Porto em Porto Alegre.



Fonte: Roteiro, 1959, p. 21

### 3.2 Decadência da Amforp em Porto Alegre

Cabe ressaltar que a entrada da Amforp no Rio Grande do Sul representou a solução para os problemas do setor de energia elétrica, que sempre se apresentaram deficientes. Assim, quando os serviços da empresa iniciaram, “Porto Alegre viveu momentos de euforia, pois pela primeira vez a cidade tinha energia elétrica farta e de boa qualidade” (AXT, 1995, p.

<sup>83</sup> Foi criado no dia 16 de julho de 1940 com o nome de *Office for Coordination of Comercial and Cultural Relations Between the Americas*, e, em 1941, se tornou o *Office of Inter-American Affairs* (OCIAA). Tinha objetivos políticos e econômicos que deveriam ser alcançados através de atividades culturais e comunicação. Este departamento foi entregue ao jovem Nelson Rockefeller.

147). Como foi visto, Porto Alegre vivenciou transformações no seu traçado urbano, substituindo completamente e ampliando a rede de iluminação pública. Reformou também as linhas de bonde e transformou a usina de gás para calor (CORREIO DA MANHÃ, 16 jun. 1936, p. 17). Em junho de 1929, inaugurou nova iluminação nas principais artérias de cidade, a rua dos Andradas e a rua Sete de setembro, contemplando a praça Senador Florêncio, atual Praça da Alfandega (A FEDERAÇÃO, 29 jun. 1929, p. 4).

Por outro lado, a cidade viveu atritos com a Amforp. Os problemas referentes à poluição causada pela Usina do Gasômetro, as altas tarifas cobradas pelos serviços de luz e transporte, e as greves dos funcionários, que se refletiram em racionamentos de luz, abalaram a imagem da empresa, ao longo dos anos. Com o passar do tempo, as instalações da Amforp ficaram sucateadas, e tornaram-se insuficientes para atender à demanda de energia, cada vez maior em Porto Alegre (AXT, 1995).

Para Gunter Axt (1995), quatro fatores estiveram ligados à interrupção de investimentos da Amforp: o primeiro esteve relacionado à crise de 1929 e às dificuldades impostas pela crise econômica. Neste período, investiu apenas no incentivo de consumo de energia elétrica, através de loja de venda de eletrodomésticos; o segundo, à regulamentação do setor de energia com a criação do Código de Águas em 1934. A Amforp postergou o projeto de construção de uma grande hidrelétrica no Rio Grande do Sul, e acomodou-se devido ao regime tarifário que lhe garantia retornos lucrativos. Na década de 1940, foi prejudicada pela Segunda Guerra, naquilo que diz respeito às restrições de importações; e por último, o contrato firmado com Porto Alegre garantia vantagens à empresa (AXT, 1995).

Em 1939, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os investimentos europeus cessaram na América Latina, e o Brasil passou a ser um dos países mais importantes do continente para os planos norte-americanos, tanto por sua posição estratégica quanto pelas ricas fontes de matérias-primas necessárias ao esforço de guerra, e por sua influência política entre os vizinhos da América do Sul (MOURA, 1983).

Cada vez mais, a ação do Estado sentiu-se necessária, principalmente na fase de substituição de importações, precisando de indústrias e serviços para melhoria da infraestrutura produtiva do país (SILVA, 2007).

Loureiro da Silva, que foi nomeado prefeito de Porto Alegre em 1937, seguia a corrente nacionalista, e criticava uma aproximação do Brasil com os Estados Unidos (SILVA, 2007). Em 1939, criou a Diretoria Estadual de Urbanismo e Saneamento, plano diretor que objetivava coordenar a expansão urbana de Porto Alegre, focado no encanamento de água,

setor elétrico e rede de esgotos (AXT, 1995). Organizou também o Plano de Viação e Ferrovias, na tentativa de conter a crise que envolvia o setor dos transportes:

Este conjunto de novas repartições públicas e de planos de intervenção do Estado na sociedade e na economia, traduz os primeiros passos na superação de uma modernidade fragmentada, até então dominada nos círculos administrativos gaúchos, e imprime as características de uma nova época. Face esta nova mentalidade, o problema da eletricidade no estado receberia atenção destacada (AXT, 1995, p. 115).

Em 1937, Loureiro da Silva rompeu com a Amforp. Dois anos mais tarde, apresentou estudo sobre os contratos firmados em 1928 entre Porto Alegre e a empresa. O objetivo era revisar as cláusulas ou encampá-la (SILVA, 2007). Devido à insatisfação em relação aos serviços prestados pela companhia norte-americana, encaminhou relatório ao Interventor Federal no estado. Na sua argumentação, o contrato havia sido firmado com objetivo exclusivo de garantir lucros para a empresa, sem respeitar as necessidades locais, e não se deixando fiscalizar pelas autoridades (SILVA, 2007). Para o prefeito, o contrato era “*standardizado*, cheio de malícia de uma grande experiência em muitos outros lugares e do largo tirocínio de homens de negócios, que tinham irradiação em muitos outros países” (SILVA, 1939, p. 5). Referiu-se à Amforp como “organização tentacular”, na medida em que “dominava e influenciava distintas esferas da sociedade” (BAKOS, 1996, p. 108).

Silva (2002) ressalta que através do departamento social da empresa, eram empregadas manobras políticas que puderam ser identificadas em algumas notícias selecionadas para esta pesquisa. Nota-se que a empresa estava associada a importantes autoridades locais. Esse departamento também

prevê, com todas as minúcias para as respectivas homenagens, [...], a chegada e a partida dos políticos de mais evidência, os banquetes aos homens de responsabilidade do governo ou as sentidas condolências dos mortos mais distanciados de suas famílias.

constitui um verdadeiro sistema, que se infiltra em todos os sectores, desde os mínimos fatos da vida social de cada localidade aos de mais alta relevância econômica e administrativa (SILVA, 1939, p. 5).

Loureiro da Silva tentou demonstrar que o sistema da Amforp era extremamente tendencioso, e penetrava na própria sociedade, envolvendo “os detentores do poder e seus auxiliares mais diretos”, naquilo que ele chamou de “teia de homenagens, de solicitude, elevadas a um grau que procura coibir psicologicamente, as restrições que se possam opor aos desígnios dessa organização tentacular” (SILVA, 1939, p. 5).

A situação do setor de energia elétrica no Rio Grande do Sul tornou-se cada vez mais grave. Principalmente nos anos 1940, a população vinha sofrendo severos racionamentos de energia, pressionando os poderes públicos para uma intervenção imediata na empresa estrangeira, que culminou na formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a CEERG (AXT, 1995).

Neste contexto, o governo do Rio Grande do Sul elaborou plano pioneiro de eletrificação para o estado, em fevereiro de 1943. A Comissão Estadual de Energia Elétrica, conhecida como CEEE, teve seu plano aprovado pela Divisão de Águas.<sup>84</sup> Em 26 de outubro do mesmo ano, foi concedido ao estado o direito de explorar potenciais hidráulicos do estado (AXT, 1995). Poucos anos depois, em 1948, a CEEE inaugurou a primeira Usina hidrelétrica Passo do Inferno, localizada na cidade de São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul (AXT, 1995).

No período Dutra (1946-1951), a Amforp e a *Light* receberam crédito do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e *Export-Import Bank of Washington* (EXIMBANK), que ultrapassavam outros setores da economia em termos de crédito internacional. Em vista disso, políticos locais e grupos nacionalistas questionavam se a Amforp investia o dinheiro recebido pelas instituições de crédito na expansão da infraestrutura de energia elétrica ou se apenas pretendia obter lucros na transação (SAES, 2012).

Em outros países, notava-se o desinteresse das multinacionais em investir e, como resultado, viram sua influência diminuir no mundo todo (SAES, 2012). O desinteresse e o descaso das multinacionais, tal como a presença cada vez mais forte dos governos em setores estratégicos dos seus países, resultaram em expropriações de empresas estrangeiras. O caso da expropriação, em 1959, da subsidiária da Amforp no Rio Grande do Sul não foi um caso isolado. Um dos primeiros ocorreu na Argentina, entre 1943-1945. Em 1946, o México encampou duas subsidiárias, e em 1947, o mesmo ocorreu em Cali, na Colômbia. No entanto, a expropriação mais prejudicial à Amforp foi em Cuba, depois da Revolução de 1959. Cuba era o maior foco de investimento da Amforp, e não pagou um centavo pela sua encampação (SAES, 2012).

Desde 1950, em relatórios da Amforp analisados por Saes (2012), a empresa afirmava que estava desapontada com os investimentos feitos na América Latina. A alternativa era negociar com governos locais, para garantir um negócio vantajoso na sua saída, sem correr o

---

<sup>84</sup> Através do Decreto n. 18.899 do dia 29 de outubro de 1945 (CORREA, 2003).

risco de acontecer o mesmo que em Cuba, onde não recebeu nada. Esta foi a estratégia pensada para a Amforp se retirar do Brasil. No entanto, o problema da obtenção de recursos retardou a encampação das companhias, mesmo em 1951, quando o governo estadual passou a discutir novamente a problemática questão do setor de energia.

O retorno de Vargas como presidente da República, em janeiro de 1951, mesmo que sem abandonar a receptividade ao capital estrangeiro, preocupou a Amforp e outras empresas estrangeiras que atuavam no país com a elaboração do Fundo Federal de Eletrificação (FFE) e o Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), convertidos em lei em agosto de 1954 (SAES, 2012).

Em 1956, a Amforp apresentou novo programa de investimento com custo de US\$ 250 milhões. O crédito foi conseguido através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e do EXIMBANK. Em última instância, o projeto de 250 milhões de dólares não foi totalmente implementado (SAES, 2012). Um ano depois, a Amforp anunciou novo programa de investimento para os próximos cinco anos, o qual seria responsável por 50% dos custos e o EXIMBANK e o BNDES, pelo restante. Mais uma vez o projeto não foi implementado (SAES, 2012), agravando ainda mais a situação da empresa.

Em 1957, foi feito acordo entre o Governo da União e do Rio Grande do Sul para que se fizesse inventário dos bens e instalações da CEERG, para efetivação da sua compra. No ano referido, 70% da energia de Porto Alegre era fornecida pela Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE).<sup>85</sup> A CEERG recebia a energia e vendia ao consumidor por quatro vezes o valor original (AXT, 1995).

Em 1959, o estado do Rio Grande do Sul empossou Leonel Brizola como governador e, no mesmo ano, o presidente Juscelino Kubitschek autorizou a encampação da Amforp. É importante ressaltar que em período de profunda crise econômica na estrutura do país a decisão da encampação teve grande repercussão, e terminou por polarizar o setor político, segundo Axt (1995, p. 137):

---

<sup>85</sup> A Comissão Estadual de Energia Elétrica foi criada a 1 de fevereiro de 1943, pelo Decreto Lei n. 328 do governo do Estado, permitindo ao Rio Grande do Sul plano de letificação. Teve como objetivo solucionar os problemas ligados à indústria, principalmente o setor de energia e de transportes (AXT, 1995). Em 19 de dezembro de 1963, a Comissão Estadual de Energia Elétrica vira sociedade por ações de economia mista, e constiu a Companhia Estadual de Energia Elétrica, que mantém a mesma sigla, CEEE.

De um lado, alinhavam-se os grupos partidários do liberalismo econômico, da parceria com o capital estrangeiro e da livre remessa de lucros para fora do país, batizados de ‘entreguistas’. De outro lado, dispunham-se os setores que defendiam o reajustamento das estruturas nacionais através do intervencionismo estatal e mesmo da estatização de alguns ramos da economia, que se definiam por ‘nacionalistas’.

Ambos foram considerados estatizantes pela Amforp (e outras empresas estrangeiras), causando-lhes mal-estar. Em 1959, o conflito do Rio Grande do Sul com a Amforp culminou com a encampação da CEERG (AXT, 1995). O episódio passou a ser uma preocupação do governo norte-americano, saindo da esfera privada e tornando-se um problema diplomático, no qual os Estados Unidos ameaçou o governo brasileiro, para que este concedesse as demandas exigidas pela Amforp. Caso contrário, os Estados Unidos cortariam o desejado financiamento norte-americano para o Brasil.

## CONCLUSÃO

Ser otimista não significa esquecer os povos oprimidos e os marginalizados. Ser otimista significa apenas o seguinte: estar ciente dos problemas do mundo, de todos os sofrimentos existentes, da miséria, mas ver também a possibilidade de salvação.<sup>86</sup>

Domenico de Masi

A presente pesquisa permitiu analisar o contexto da entrada da empresa norte-americana Amforp no Rio Grande do Sul, em 1928, e sua trajetória ao longo de três décadas, até o momento de sua encampação, em 1959, e dessa forma, alcançar uma melhor compreensão sobre o desenvolvimento do setor de energia elétrica no estado.

Para entender este processo, foi essencial reconstruir historicamente a trajetória da Amforp nos Estados Unidos, que, segundo Mira Wilkins, acompanhou o início da organização da indústria de energia elétrica do país. A indústria dos aparelhos elétricos e de distribuição de energia foi explorada pelas mesmas empresas nos Estados Unidos devido às patentes de três inventores norte-americanos, Edison (*General Electric*), Thompson (*Houston Electric Company*) e Westinghouse (*Westinghouse Electric Co.*). A reconstrução desse processo fez com que fosse percebido que, na verdade, a Amforp fez parte de um complexo sistema de corporações capitaneado pela *Electric Bond and Share*, que tinha como investidores o sistema bancário e os magnatas norte-americanos. A Amforp foi criada com o objetivo de expandir a *Electric Bond and Share* além do território norte-americano, e esteve encarregada das vendas de equipamentos elétricos e eletrodomésticos.

A internacionalização das companhias norte-americanas refletiu o novo relacionamento entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, sinalizando a sua hegemonia através de investimentos diretos na região e a exportação do estilo de vida americano em diversos setores. No Brasil, o capital estrangeiro, através da *Light* e da Amforp dividiram o mercado de energia elétrica. Enquanto a *Light* dominava o centro do país, São Paulo e Rio de Janeiro, a Amforp atendeu as capitais Natal, Recife, Maceió, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, além de outras cidades brasileiras.

Deve-se levar em conta que este progresso se desenrolou de forma contraditória. As *holdings* que se estabeleceram no Brasil visavam a lucros, e muitas vezes, não atendiam aos interesses de bem-estar da população. A expansão norte-americana alcançou o Brasil no período de transição do seu modelo econômico, que deixou de ser unicamente baseado na

---

<sup>86</sup> ENTREVISTA COM DOMENICO DE MASI. Roda Viva. São Paulo, TV Cultura, 3 dez. 1998. Programa de Tv. Disponível em: [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/5/entrevistados/domenico\\_de\\_masi\\_1998.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/5/entrevistados/domenico_de_masi_1998.htm). Acesso em: 5 abril 2014.

agroexportação, abrindo espaço para o crescimento da indústria. É o momento de renovação pela busca da modernidade urbana associada às transformações políticas.

O caso das subsidiárias da Amforp em Porto Alegre faz parte de um complexo sistema desta organização que atuou em diferentes estados brasileiros, mas com estratégias semelhantes. Percebeu-se que o desenvolvimento do setor elétrico na cidade, mesmo sendo a primeira capital brasileira a possuir uma usina elétrica, foi problemático. No final da década de 1920, a política do município cedeu espaço ao monopólio da iniciativa privada e capital estrangeiro, na medida em que não possuía recursos para que o setor se desenvolvesse. O projeto político do PRR encontrou o parceiro perfeito para contribuir na construção do imaginário moderno e no progresso de Porto Alegre. A Amforp assumiu o papel da moderna empresa comercial, tornando-se uma poderosa instituição econômica. A ação da empresa no sentido de manter privilégios se dava por meio da infiltração de seus funcionários em instâncias decisivas de poder. Na capital gaúcha, identificou-se o gerente-geral norte-americano Joseph Ermonde Lindy Millender como um desses funcionários, atuando nas subsidiárias Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG) e Companhia Carris Porto Alegrense (Carris).

Porto Alegre tentava acompanhar o desenvolvimento tecnológico e industrial dos grandes centros, tornando parte do seu projeto de governo a melhoria dos serviços e obras públicas da cidade. Seu cenário urbano sofreu mudanças que influenciaram o comportamento da sociedade. O intendente de Porto Alegre Alberto Bins, político e industrial, era muito preparado. Assim como seu antecessor, Otávio Rocha, estava empenhado no melhoramento do calçamento das ruas, saneamento, iluminação e transporte público. Convencido da importância da energia elétrica para o progresso da capital, assinou contrato com a única empresa que efetivamente se interessou. Foi a CBFE, representante da Amforp, que chegou em Porto Alegre como peça-chave nesse cenário, contribuindo com a iluminação, tornando mais seguros os divertimentos à noite e fornecendo novas linhas de bondes que acompanhavam a expansão da cidade. Fornecia, também, energia para as indústrias, contribuindo para o desenvolvimento econômico.

Além disso, a estratégia da multinacional para penetrar no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre foi a mesma empregada em outros estados e cidades brasileiras. Procurava adaptar-se às peculiaridades políticas, implantava sua organização operacional e seu desenvolvimento tecnológico, estabelecendo relações com os consumidores. O estilo de vida americano esteve associado ao uso da energia elétrica e na difusão de eletrodomésticos. A sede da CEERG possuía iluminada vitrine, que causava admiração naqueles que transitavam

em frente à loja situada na principal rua do centro da cidade. O estabelecimento oferecia modernos objetos de desejo, como aspirador de pó, ventiladores, fogões, luminárias, ferro de passar e rádios.

Ao longo do seu período de atuação, foram identificados diversos problemas para o crescimento do setor de energia e transporte.

Verificou-se, na revisão bibliográfica, que grande parte dos trabalhos já realizados sobre a Amforp no Brasil não teve como foco a administração da moderna empresa comercial. Seguindo as contribuições de Chandler, de que por trás de uma organização existe a “mão visível da gerência”, identificou-se quando, onde e como atuava J. E. L. Millender. Desta forma, compreendeu-se o papel do gestor numa unidade operacional da Amforp que pertencia a muitos acionistas e movimentava bilhões de dólares por ano.

A trajetória da vida profissional de Millender, como engenheiro nascido em Dallas, Texas, iniciou durante a Primeira Guerra Mundial, quando serviu como Major na França, construindo pontes e estradas, e já apresentava aptidão para administrar pessoas. Na Amforp, começou a trabalhar na Guatemala e no México, chegando em Porto Alegre em 1928, para fazer parte do processo de reorganização das subsidiárias na cidade. O Major Alberto Bins vincula-se à história da empresa e ao gerente-geral neste contexto; ambos faziam parte da elite local e conviviam nos mesmos espaços. Novos lugares de convivência social foram sendo glamourizados, acompanhando a modernização da cidade, como foi o caso do *Country Club* idealizado pelo norte-americano.

Millender logo se integrou como parte da elite local. Possuía características de liderança, era carismático, dedicado ao trabalho, esportivo e gostava de contar anedotas, razão pela qual era muito popular. Ao utilizar o “paradigma indiciário” como metodologia de pesquisa, foi possível encontrar indícios sobre este homem, mas políticas e práticas, que serviram de base para as construções das redes sociais tecidas por ele, demonstrando que havia uma nítida infiltração da Amforp em diferentes instâncias da sociedade.

Outro local de convivência entre Alberto Bins e Millender foram as reuniões semanais do *Rotary Club* para debater questões ligadas ao melhoramento da cidade, estratégias econômicas, e experiências pessoais. Millender teceu relações políticas também com o governador Flores da Cunha e com Oswaldo Aranha, embaixador do Brasil em Washington, na época.

Os contatos pessoais de Millender também foram estabelecidos no ambiente de trabalho. Lembrado e estimado pelos funcionários, implementou políticas sociais e fez parte da Diretoria do time de funcionários das subsidiárias da Amforp (Grêmios Esportivo Força e

Luz). Além dos jogos de golfe, outra influência norte-americana que contou com a participação de Millender foi seu incentivo à formação da *Jazz Band Carris*, que animava bailes e festas.

Cabe ressaltar que grande parte dos indícios recolhidos era proveniente de periódicos e revistas destinadas à elite, e, portanto, exaltavam a empresa e seus dirigentes. Também por parte dos funcionários, analisados a partir das entrevistas do Projeto Memorial da Usina do Gasômetro, a gestão norte-americana e o gerente da época eram bem vistos pelos trabalhadores. Na maioria dos relatos, havia um sentimento de orgulho de identidade e pertencimento à empresa. Os poucos relatos que mencionam Millender são positivos e recordam com admiração este líder paternalista.

Por outro lado, também apontam para contradições desta organização, problemas como as greves, os acidentes de trabalho e outras insatisfações inerentes às relações entre capital e trabalho, já demonstrado em outras pesquisas e que não podem ser esquecidos.

O olhar lançado nesta dissertação possibilitou múltiplas visões sobre a gestão norte-americana no desenvolvimento do setor elétrico em Porto Alegre. Ao mesmo tempo, evidenciou estratégias da empresa, ressaltando o lado dos homens da administração.

Sabe-se que a presente pesquisa foi limitada pelo número de fontes consultadas, mas para a realização de estudos comparativos é necessário que sejam feitos os estudos de caso. Novas pesquisas podem completar o quadro, na medida em que forem sendo desvendados novos atores envolvidos neste processo.

Foi enriquecedor para a pesquisa identificar o papel de Millender, pois ele não estava esquecido só pelos gaúchos e brasileiros; também no seu país de origem foram poucas as informações encontradas sobre sua trajetória. Em contato com familiares do norte-americano no Texas, seu sobrinho-neto Shawn Millender, que embora não tenha conhecido seu tio-avô, revelou ter escutado suas aventuras no Brasil através de seus avós.

Shawn lamenta que após a morte de Millender, sua memória tenha se apagado. Apesar da família todos os anos receber cartas de agradecimento de alunos da Universidade do Texas devido à doação de uma grande quantia à Universidade para ser revertida em bolsas de estudo, seu túmulo possui apenas uma pequena marca de identificação e sua avó se empenha junto ao órgão dos veteranos de guerra para conseguir uma lápide digna.

Em Porto Alegre, existe apenas um único evento que ainda menciona seu nome, e é um Torneio de Golfe realizado pelo *Country Club*.

A Amforp e a figura de Millender não estão associadas aos locais de memória da eletricidade que permaneceram como patrimônio histórico da cidade. Tanto o edifício Força e

Luz quanto a Usina do Gasômetro foram preservados, porém devido à polêmica encampação e às contradições durante a gestão norte-americana, esta memória foi sendo substituída, prevalecendo aquela ligada a sua estatização. Desta forma, ao elucidar múltiplas memórias permite-se que novas interpretações se construam.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. Dicionário biográfico: a organização de um saber. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1998.

ALL BUSINESS. *What is the role of officers and directors in a corporation*. Disponível em: <<http://www.allbusiness.com/business-planning-structures/business-structures/2976-1.html>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

AMERICAN & FOREIGN POWER COMPANY. *Annual Report for 1927*. New York: AMFORP, 1928.

\_\_\_\_\_. *Annual Report for 1928*. New York: AMFORP, 1929.

\_\_\_\_\_. *Annual Report for 1929*. New York: AMFORP, 1930.

\_\_\_\_\_. *Annual Report for 1930*. New York: AMFORP, 1931.

\_\_\_\_\_. *Annual Report for 1931*. New York: AMFORP, 1932.

\_\_\_\_\_. *Annual Report for 1932*. New York: AMFORP, 1933.

\_\_\_\_\_. *Annual Report for 1933*. New York: AMFORP, 1934.

\_\_\_\_\_. *Annual Report for 1934*. New York: AMFORP, 1935.

\_\_\_\_\_. *Annual Report for 1935*. New York: AMFORP, 1936.

\_\_\_\_\_. *Annual Report for 1936*. New York: AMFORP, 1937.

\_\_\_\_\_. *Annual Report for 1937*. New York: AMFORP, 1938.

\_\_\_\_\_. *Annual Report for 1938*. New York: AMFORP, 1939.

\_\_\_\_\_. *Annual Report for 1939*. New York: AMFORP, 1940.

AXT, Gunter. **A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul: dos primórdios à formação da empresa pública (1887-1959)**. 1995. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

\_\_\_\_\_. A participação da iniciativa privada nacional no setor elétrico gaúcho: uma retrospectiva das maiores empresas (1887-1922). **Revista Eletrônica de História do Brasil**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 69-83, 1998.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendent**s. Porto Alegre: Edípucrs, 1996.

BALDISSERA, Rudimar. Organizações como *complexus* de diálogos, subjetividades e significação. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **A comunicação como fator de humanização das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão, 2010. p. 61-75.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARRETO, Lima. **Bagatelas**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Sobre a dinâmica do nacionalismo varguista**: o caso de empresas estatais e filiais estrangeiras no ramo da energia elétrica. XXXIV Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 34., Salvador, 2006. **Anais Eletrônicos...** Acesso em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A004.pdf>>. Visto em: 2 dez. 2012.

BASTOS, Ronaldo Marcos. **Porto Alegre, uma história fotográfica**. Porto Alegre, 15 set. 2011. Disponível em: <<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br/2011/09/o-politico-alberto-bins-e-sua-familia.html>>. Acesso em: 30 abr. 2014. foto Alberto bins

BERNARDI, Mansueto; MARTINS, Justino; VERÍSSIMO, Érico. Um pouco da história da Revista do Globo. **Revista do Globo**, Porto Alegre, ano XXXIV, n. 813, p. 40-45, 3 fev. 1962.

BISSÓN, Carlos Augusto. **Moinhos de Vento**: histórias de um bairro de elite em Porto Alegre. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura: IEL, 2008.

BORDINI, Maria da Gloria (org.). **Centro Cultural CEEE Erico Veríssimo**: memória que gera cultura, cultura que gera memória. Porto Alegre: Centro Cultural CEEE Erico Veríssimo, 2002.

BRANCO, Catullo. **Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

BUCCELLI, Vittorio. *Un Viaggio a Rio Grande Del Sud*. Milão: L. F. Pallestrini, 1906.

BUCHANAN, Norman S. *Service Contracts in the Electric Bond and Share Company*. **The Journal of Land & Public Utility Economics**, Wisconsin, v. 9, n. 3, p. 283-296, 1933.

BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. **Indústria de ponta**: uma história da industrialização do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Buenas Ideias, 2009.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. São Paulo: Edusc, 2003.

CASTRO, Maria Helena Steffens de. **A publicidade na Revista do Globo**: intercorrência da literatura na construção do discurso publicitário sul-rio-grandense. 2001. 227 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CHANLAT, Jean-François. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: TORRES, Ofélia de Lana Sette. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993. p. 21-45.

COMPANHIA CARRIS PORTO ALEGRENSE. Ata da Assembléia Geral Ordinária. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 18 maio 1929, seção 1, p. 98. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1949854/pg-98-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-05-1929/pdfView>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

COMPANHIA CARRIS PORTO ALEGRENSE. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 1930. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 24 maio 1930, seção 1, p. 97-98. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1962600/pg-71-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-05-1930/pdfView>>. Acesso em: 20 dez. 2012

COMPANHIA ENERGIA ELÉTRICA RIO GRANDENSE. Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 1930. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 24 maio 1930, seção 1, p. 71. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1962600/pg-71-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-05-1930/pdfView>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. A conquista do tempo noturno: Porto Alegre “moderna”. **Estudos Íbero-Americanos**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 65-84, dez. 1994.

CORRÊA, Maria Letícia. **O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: O Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)**. 2003. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1971.

DOMENACH, Jean-Marie. **Abordagens da modernidade**. São Paulo: Instituto Piaget, 1995.

EMPRESAS ELECTRICAS BRAZILEIRAS. Ata da Assembleia Geral. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, seção 1, 19 abr. 1933, p. 96.

ERRO, Carmen. **Historia empresarial: passado, presente y retos de futuro**. Barcelona: Ariel, 2003.

FAUSEL, Erich. **Alberto Bins: o merlense brasileiro**. São Leopoldo: Rotermund, s. d.

FERREIRA, Angela Lúcia; SIMONINI, Yuri; SILVA, Alexsandro Cardoso da. A penumbra da luz: redes técnicas brasileiras e a gestão da AMFORP entre 1952 a 1963. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL ELETRIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO SOCIAL, 2., 2013, São Paulo, SP. **Anais eletrônicos...** São Paulo, SP: USP, 2013, p. 1-24.

FERREIRA, Ângela Lúcia; SIMONINI, Yuri; SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. Donos da luz: redes técnicas brasileiras e a gestão da Amforp entre 1952 e 1963. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL GLOBALIZACION, INNOVACION Y CONSTRUCCION DE REDES TECNICAS URBANAS EN AMERICA Y EUROPA, 1890-1930: Brazilian Traction, Barcelona Traction y otros conglomerados financieros y técnicos. Barcelona: Facultad de Geografía e Historia, 23-26 jan. 2012. Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cFerreiraetal\\_Osdonos.pdf](http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cFerreiraetal_Osdonos.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2013.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. Caxias do Sul: EducS, 2004.

FRANCO, Sergio da Costa. **Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

\_\_\_\_\_. **Guia Histórico de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

\_\_\_\_\_; NOAL FILHO, Valter Antônio. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941**. Santa Maria: Anatterra Livros, 2004.

GARCIA, Eugenio Vargas. **Entre América e Europa: a Política Externa Brasileira na Década de 1920**. Brasília: UNB, 2006.

\_\_\_\_\_. Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entreguerras. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 41-71, jan./jun., 2002.

GAULD, Charles A. **Farquhar: o último titã. Um empreendedor na America Latina**. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

GENERAL ELECTRIC. **Anúncio norte-americano da General Electric, 1920**. Disponível em: <<http://www.ge.com/about-us/history/1913-1924>>. Acesso em: 26 maio 2012.

\_\_\_\_\_. **Past leaders: Charles A. Coffin**. Disponível em: <<http://www.ge.com/about-us/leadership/profiles/charles-coffin>>. Acesso em: 30 maio 2014.

GERTZ, René Ernaini. **O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

GUIMARÃES, Emerson de Carvalho. **A Usina do Gasômetro: memórias da construção de um patrimônio histórico de Porto Alegre**. 2002. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GUINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. São Paulo: Difel, 1989.

HAUSMAN, William J. They spawned PUHCA. **APPA American Public Power Association**, Washington, D.C, may/jun. 2006. Disponível em: <<http://www.publicpower.org/Media/magazine/ArticleDetail.cfm?ItemNumber=16621>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

\_\_\_\_\_; HERTNER, Peter.; WILKINS, Mira. **Global Electrification: multinational enterprise and international finance in the History of Light and Power (1878-2007)**. Cambridge University Press: New York, 2008.

HAUSMAN, William J; NEUFELD, John L. The economics of electricity networks and the evolution of the U. S. Electric Utility Industry, 1882-1935. **Business History Conference**, v. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.thebhc.org/publications/BEHonline/2004/HausmanNeufeld.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. The rise and fall of the American & Foreign Power Company: A lesson from the past? **The Electricity Journal**. v. 10, n. 1, 1997, p. 46-53.

HEINZ, Flávio Madureira. Entrevista com Joseph L. Love. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 165-177, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2197>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

HILTON, Ronald. Millender, J. E. L. In: **Who's who: in Latin America. Part VI: Brazil**. Standford: Standford University Press, 1948.

HUGHES, Thomas P. S. Z. Mitchell and the Electrical Industry by Sidney Alexander Mitchell. **The Business History Review**, Cambridge, MA, v. 35, n. 1, p. 139-140, 1961. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3111650>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

KIEFER, Flávio. De Edifício Força e Luz a Centro Cultural CEEE Érico Veríssimo. **Revista Arq. urb**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 21-47, 2008.

LANCIOTTI; Norma S.; SAES, Alexandre Macchione. *US electricity companies in Argentina & Brazil: Some notes on the case of American & Foreign Power, 1926-1955*. In: WORLD BUSINESS HISTORY CONFERENCE, 2014, Frankfurt Am Main, Germany, 2014. Disponível em: <[http://www.worldbhc.org/files/full%20program/D2\\_lanciotti\\_saes.pdf](http://www.worldbhc.org/files/full%20program/D2_lanciotti_saes.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2014.

LEITE, Antonio Dias. **A energia do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LEWINSOHN, Richard. **Trustes e cartéis: suas origens e influências na economia mundial**. Rio de Janeiro: Globo, 1945.

LIMA, Henrique Espada. **A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOBATO, Monteiro. **América: os Estados Unidos de 1929**. São Paulo: Brasiliense, 1948.

LOVE, Joseph. **A revolução de 30 e o regionalismo gaúcho**. Porto Alegre: Erus, 1982.

MAUAD, Ana Maria. **Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-174, jan./jun. 2005.

MCDOWALL, Duncan. **Light: a história da empresa que modernizou o Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

MCCULLOUGH, David. **The Path between the seas: The creation of the Panama Canal (1870-1914)**. New York: Simon & Schuster, 1977.

MEMÓRIA CARRIS. **Jazz Carris**. Publicado em: 10 fev. 2014. Disponível em: <<http://memoriacarris.blogspot.com.br/2014/02/jazz-carris.html>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

MERTZ, Marli. A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 422-444, 1991.

MITCHELL, Sidney Alexander. *S. Z. Mitchell and the electrical industry*. New York: Farrar, Straus & Cudahy, 1960.

MONTEIRO, Charles. **Breve história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Da Cidade; Letra & Vida, 2012.

\_\_\_\_\_. **Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

\_\_\_\_\_. **Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950**. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 159-176, 2007.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-1942. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 177-189, 1993.

\_\_\_\_\_. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção tudo é história)

\_\_\_\_\_; MOURA; Maria Margarida. A modernização dos anos 40. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 7., 1983, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, out. 1983.

90TH DIVISION. **Roster**. Disponível em: <<http://www.90thdivisionassoc.org/90thDivisionFolders/mervinbooks/WWI315/WWI31502.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2013.

NORTH, Douglas C. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1995.

NUNES, Marion Kruse; VILARINO, Maria da Graça (coords.). **Companhia Carris Porto-alegrense: Carris 120 anos**. Porto Alegre: Carris, 1992.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PENROSE, Edith Tilton. Foreign Investment and the Growth of the Firm. **The Economic Journal**, Saint Andrews, UK, v. 66, n. 262, p. 220-235, 1956. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2227966>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A burguesia industrial gaúcha na República Nova (1930-1937). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. VII, n. 1-2, jul./dez. 1981.

\_\_\_\_\_. **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: Rio Grande Companhia de Celulose do Sul, 1985.

\_\_\_\_\_. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Paris-Rio de Janeiro-Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. **RS: a economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PIERENKEMPER, Toni. Conceptos y Desarrollo Reciente de la Historia Empresarial em Alemania, 1962-2002. IN: ERRO, Carmen (org.). **Historia empresarial: pasado, presente y**

retos de futuro. Barcelona: Ariel, 2003.

ROTHBARD, Murray N. *A History of Money and Banking in the United States: the colonial era to World War II*. Ludwig Von Mises Institute, Auburn: Old World Prints, 2002.

SAES, Alexandre Macchione. *Light versus CBEE: capital nacional e estrangeiro na modernização da cidade do Rio de Janeiro (1905-1915)*. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, MT, v. 1, n. 2, p 165-195, jul./dez. 2008.

\_\_\_\_\_; LOUREIRO, Felipe Pereira. From Foreign to State Investment in the Brazilian Electric Power Sector: the expropriation of the American Foreign and Power in Brazil (1959-1965). **Working Paper Series**, São Paulo, n. 2012-08. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/feaecon/RePEc/documentos/AlexandreSaes08WP.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

\_\_\_\_\_; SASSE, Carla Muller. A AMFORP e o setor elétrico brasileiro (1926-1964). In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE HISTORIA ECONÓMICA, 3., 2012, Bariloche. Anais... Bariloche: Asociación Argentina de História, 2012.

SCHEMES, Claudia; FAY, Cláudia Musa; PRODANOV, Cleber Cristiano. Arriscar e inovar: uma geração de empreendedores gaúchos do século XX. **História Econômica & História de Empresas**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 157-186, 2010.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômica**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: no *loop* da montanha-russa. São Paulo: Companhia. Das Letras, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. Prefácio “A virada cognitiva, ambiental e ética”. In: MAGALHÃES, Gildo. **História e Energia**: memória, informação e sociedade. São Paulo: Alameda, 2012. p. 20-25, 2012.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

SILVA, Cristina Ennes da. **Nas profundezas da terra**: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883/1945). 2007. 380 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Francine Borges; FERREIRA, William Rodrigues. Expansão territorial da geração hidrelétrica brasileira. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 11., 2007, Bogotá. **Anais...** Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, v. 1, p. 1-15, 2007.

SILVA, José A. Loureiro da. **A Companhia Brasileira de Força Elétrica contra a cidade de Porto Alegre**: estudo dos contratos de concessão. Porto Alegre: Globo, 1939.

SILVA, Rodrigo Capiotti da. **“Servimos com prazer!” Norte-americanos em Porto Alegre, 1928 a 1959**: uma história empresarial. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) –

Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOARES, Liziane do Espírito Santo. Gênero e poder na Revista do Globo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador, BA. **Anais...** Salvador: ITERCOM, 1-5 set. 2002.

SOUZA, Giane Ferreira de (org.). **Porto Alegre Country Clube: 70 anos.** Porto Alegre: Ladeira Livros, 2000.

STONE, Irving. British direct and portfólio investment in Latin America before 1914. **The Journal of Economic History**, Cambridge, UK, v. 37, n. 3, p. 690-722, 1977.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899/1939. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 132-135, jan./abr. 1986.

\_\_\_\_\_. Contribuições de Edith Penrose (1914-1996) à historiografia das empresas multinacionais. **História Econômica & História de Empresas**, Curitiba, v. XI, n. 1, p. 5-27, 2008.

TARVAR, Jack. Natives of Rio Grande much like Texans. **The Miami News**, Miami, 19 set. 1949. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=2206&dat=19490919&id=Ep8yAAAAIIBAJ&sjid=5ekFAAAAIBAJ&pg=3911,1709481>>. Acesso em: 4 set. 2012.

THE 90TH DIVISION ASSOCIATION, (s.d.). **Roster**. Disponível em: <<http://www.90thdivisionassoc.org/90thdivisionfolders/mervinbooks/WWI315/WWI31502.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2012.

THOMAS, Rose Ann (ed.). Giant among man. **Spirit News of Texas A&M Foundations**, College Station, TX, v. 1, n. 1, p. 6-7, 1998. Disponível em: <[http://giving.tamu.edu/PDFs/Spirit\\_Maga\\_zine/1998\\_Spring.pdf](http://giving.tamu.edu/PDFs/Spirit_Maga_zine/1998_Spring.pdf)>. Acesso em: 4 jul. 2012.

TILLY, Charles. **Migration in modern European history**. Michigan: University of Michigan, 1976. Disponível em: <<http://faculty.utep.edu/Portals/1858/Tilly%201976%20Migration%20in%20Modern%20European%20History%20Dpblue145.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WESTAD, Odd Arne. The empire of liberty: American ideology and foreign investments. In: **The global cold war: third world interventions and the making of our times**. Cambridge: Cambridge Press, 2007)

WILD, Flávio. **Usina do Gasômetro**. Porto Alegre: [s.n.], 2001.

WILKINS, Mira. **The Free Standing Company in the World Economy, 1830-1996**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

## FONTES DOCUMENTAIS

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, edições de 1930-1937.

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO (AHPAMV).

ARQUIVO OSVALDO ARANHA. Classificação: OA cp 1942.05.19/2. Carta de Joseph E.L. Millender a Oswaldo Aranha pedindo atenção para a situação crítica de sua firma. Porto Alegre, 19 maio, 1942.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL

CENTRO CULTURAL CEEE ÉRICO VERÍSSIMO. **Contratos e Concessões**. Porto Alegre: Companhia Brasileira de Força Elétrica, 1928.

COMPANHIA CARRIS PORTO ALEGRENSE. Atas de Assembléia Ordinária Geral, de 1929-1945.

COMPANHIA ENERGIA ELETRICA RIO GRANDENSE. Atas de Assembléia Ordinária Geral, de 1930-1952.

COMPANHIA ENERGIA ELETRICA RIO GRANDENSE. Revista Roteiro: Porto Alegre, 1958.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, edições de 1930-1939.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, edições de 1929-1932.

CORSICANA DAILY SUN, Corsicana, TX, 3 nov. 1930, p. 7; 19 dez., 2005.

DELFO: Espaço de Documentação e Memória Cultural (PUCRS)

FOTOGRAFIAS DA USINA DO GASÔMETRO.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Projeto Periódicos Extintos – Fonte digital, *online*<sup>87</sup>

INDEXADORES DA PESQUISA: Millender. Country Club. CEERG. EEB. Alberto Bins.

MEMÓRIA USINA DO GASÔMETRO. Transcrições das entrevistas, 1988. Fundo Cultura. Código 19.10.6

---

<sup>87</sup> Não foram lidos todos os periódicos entre os anos de 1930-1939. Devido a pesquisa feita através da busca indexada, pesquisou-se apenas as edições que continham o número de ocorrências.

MUSEU DA ELETRICIDADE DO RIO GRANDE DO SUL CEEE/RS.

MUSEU JOSÉ JOAQUIM FELIZARDO. Fototeca Sioma Breitman.

REVISTA DO GLOBO, Porto Alegre, edições de 1929 e 1934.

SHAWN, Millender. Curiosidades sobre J. E. L. Millender. **Facebook**. 28 nov. 2013. Entrevista concedida a Paula Joelsons.

TEXAS A&M UNIVERSITY. **College Archives**. Biography. Millender, J.E. (Lindy). Bryan Daily Eagle, may 6, 1962.

